

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – CED  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE

WLADSON DALFOVO

**DESENVOLVIMENTO E TERRITÓRIO:  
Saberes em construção no Assentamento Contestado – Fraiburgo – SC**

Ilha de Santa Catarina, junho de 2009.

WLADSON DALFOVO

**DESENVOLVIMENTO E TERRITÓRIO:  
Saberes em construção no Assentamento Contestado – Fraiburgo – SC**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Sônia Branco Beltrame

Ilha de Santa Catarina, junho de 2009.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**“DESENVOLVIMENTO E TERRITÓRIO: SABERES EM CONSTRUÇÃO NO  
ASSENTAMENTO CONTESTADO – FRAIBURGO – SC”**

Dissertação submetida ao Colegiado do Curso do  
Curso de Mestrado em Educação do Centro de  
Ciências da Educação em cumprimento parcial  
para a obtenção do título de Mestre em  
Educação.

**APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM 10/06/2009**

Dra. Sonia Aparecida Branco Beltrame (CED/UFSC-Orientadora)

Dra. Helana Célia de Abreu Freitas (UNB-Examinadora)

Dra. Antonio Munarim (CED/UFSC-Examinador)

Dra. Cristiana de Azevedo Tramonte (CED/UFSC-Suplente)

**WLADSON DALFOVO**

**FLORIANÓPOLIS/SANTA CATARINA/JUNHO/2009**

Para Sabrina, com todo carinho

## **AGRADECIMENTOS**

Foram muitas as pessoas que me auxiliaram nestes dois anos do mestrado, mas especialmente queria agradecer:

Primeiramente, aos meus familiares, minha mãe Eli (Dn<sup>a</sup>. Eli), aos meus irmãos Wladimir (Wladi) e Jackson (Preto) e à minha filha Maria Eduarda (Madu), por estarem presente em todos os momentos e pela força espiritual.

A minha orientadora, Professora Sônia Beltrame, pelas elucidações das dúvidas, sua valiosa crítica e pela amizade.

Ao Grupo Pandorga, por sempre me fazer voar.

Aos dirigentes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST e, principalmente, aos agricultores do Assentamento Contestado, pelos momentos de amizade e conversas.

Aos professores e alunos da Pós-Graduação em Educação, pelos debates e críticas.

E aos meus amigos, que me proporcionaram alegrias tocando o violão e batendo o pandeiro ou no dia a dia, “tocando a vida e batendo pernas”, em momentos de companheirismo, de lazer, de amizade e de carinho.

Pra gente cantá o sertão,  
Precisa nele morá,  
Tê armoço de feção  
E a janta de mugunzá,  
Vivê pobre, sem dinhêro,  
Trabaiano o dia intêro  
Socado dentro do mato,  
De apragata currulepe,  
Pisando inriba do estrepe,  
Brocando em unha-de-gato.

(Cante lá eu canto cá, Patativa do Assaré 1978)

## SUMÁRIO

<b>LISTAS DE SIGLAS.....</b>	<b>ix</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>x</b>
<b>RÉSUMÉ.....</b>	<b>xi</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>01</b>
O caminho da pesquisa.....	05
O saber e o território.....	05
Como emerge o plano de organização social – A territorialização do saber.....	08
<b>Desenvolvimento e sustentabilidade: uma ética territorial.....</b>	<b>13</b>
1. O Desenvolvimento e suas idéias.....	13
1.1 A emergência do Desenvolvimento sustentável.....	16
1.2 Desenvolvimento rural sustentável.....	19
1.2.1 O “Novo Rural”.....	20
1.2.2 Agricultura familiar e reforma agrária como princípios do desenvolvimento rural.....	22
1.2.3 Agricultura familiar, redes de desenvolvimento e sustentabilidade.....	24
1.2.4 Agroecologia.....	26
1.3 Desenvolvimento Territorial.....	28
1.3.1 Espaço e poder.....	30
1.3.2 O espaço como território dado e território construído.....	31
1.3.3 Cooperação, descentralização e educação como princípios básicos do DT.....	33
1.3.3.1 A educação do campo.....	34
1.4 Desenvolvimento autêntico: uma dimensão ético-filosófica da sustentabilidade territorial.....	40
1.4.1 Diretrizes iniciais de um desenvolvimento autêntico.....	41
1.4.2 O esboço de uma ética do desenvolvimento.....	44
1.4.3 Educação e desenvolvimento: contribuições a Educação do Campo.....	46

<b>Processos de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização: o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST.....</b>	<b>49</b>
2. Des-re-territorialização e o surgimento dos agricultores sem-terra.....	49
2.1 A territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e seu modelo de desenvolvimento rural.....	55
2.2 MST e desenvolvimento rural – Cooperativas de Produção Agrícola – CPA’s.....	58
2.3 MST, cooperativismo e agroecologia.....	60
<b>O saber dos sujeitos nos processos de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização.....</b>	<b>63</b>
3. O assentamento Contestado.....	63
3.1 A territorialização dos saberes na agrovila.....	66
3.2 A relação com o MST.....	68
3.3 A produção e o mercado.....	73
3.4 Agroecologia e sustentabilidade.....	78
3.5 Desenvolvimento humano.....	83
3.6 O território de desenvolvimento e o saber singular dos agricultores – um saber próprio integrado a uma rede de saberes.....	90
<b>Considerações finais.....</b>	<b>94</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>98</b>



## **LISTA DE SIGLAS**

AMOSC – Associação dos Municípios do Oeste Catarinense  
APACO – Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense  
COOPEROESTE – Cooperativa dos Assentados da Reforma Agrária  
COOPERCONTESTADO – Cooperativa dos Assentados da Região do Contestado  
CONCRAB – Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária  
CPA – Cooperativa de Produção Agrícola  
FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra  
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem – Terra  
ONG – Organização Não Governamental  
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio  
PROCERA – Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária  
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PRONERA – Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária  
PT – Partido dos Trabalhadores

## RESUMO

O presente estudo analisa a construção dos saberes acerca do desenvolvimento a partir dos processos de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (T-D-R) no Assentamento Contestado, localizado no município de Fraiburgo, meio oeste catarinense. Os sujeitos investigados vivem e trabalham em uma agrovila, composta por cinco famílias, ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST, integrantes de uma Cooperativa de Produção Agrícola – CPA. Esse modelo de desenvolvimento rural adotado pelo MST está baseado num sistema de produção coletivizada no campo, concebida como um “sistema de cooperação integral”, pois além da produção, as demais atividades associativas são realizadas coletivamente e a terra tem um uso comum. Através de uma bibliografia especializada, é apresentada uma ideia geral sobre o desenvolvimento e confrontada com os processos de T-D-R, sendo possível observar a existência de um saber singular entre os agricultores acerca deste tema. Há uma interação com outras formas de saberes, que emergem dos vários territórios que perpassam o espaço social, hegemônico pelo MST, mas também há a incorporação das relações com outras instâncias como o Estado, empresas integradas, as Organizações não-Governamentais – Ong’s, os meios de comunicação e a sociedade local. A memória dos homens e mulheres que participam desse movimento, também é um elo forte na construção dos saberes e das relações com a terra.

O estudo enfatiza o papel do Estado e, principalmente, do movimento social como determinante de um saber relacionando ao desenvolvimento, quando os agricultores se reterritorializam em ações de base produtivas e práticas sociais, indo ao encontro de algumas proposições integradas ao desenvolvimento rural territorial sustentável, vislumbrando novas alternativas para a melhoria da vida no campo.

Palavras chave: Desenvolvimento, Território, Movimentos sociais.

## RÉSUMÉ

Cette étude analyse la construction du savoir à propo de développement, à partir des processus de Territorialization–Déterritorialisation–Reterritorialisation (T-D-R) dans le “Assentamento Constestado”, localisé à Fraiburgo, moyen oest catarinense. Les sujets étudiés habitent et travaillent dans une agroville, composée par cinq familles, liées au Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST et integrent une Coopérative de Production Agricole – CPA. Cet modele de développement rural adopté par le MST est fondé au une système de production colletif en campagne, conçu commen un “système de coopération intégrale”, donc en plus production, d’autres activités en association elles sont réalisée en collectif et la terre a un employ commun. À travers une bibliograhie particulière est présentée une idée générale sur le développement et confrontée avec les processus de T-D-R. Il est possible d’observer l’existence du savoir singulier entre les agriculteurs à propo de ce thème. Il y a une interaction avec d’autres formes de saviors, que emerge de ces divers territoires qui croisent l’espace social, hégémonisée par le MST, donc aussi incorporée les relation avec d’autres instances comme l’État, enterprises, Organisation non-Governmentales – Ong’s, moyen de communication et la societé locale. La memórie ces homes et femmes aussi forme un anneau fort dans la construction des saviors et des relations avec la terre.

L’étude rehausse le rôle de l’État et principalement de ce moviment social commen determinant dans un savoir relationé sur développement, quand les agriculteurs se reterritorialisent en actions de bases productive et pratiques sociaux à la rencontre de proposition, qui nous denominons , ici, de developpement rural territorial, apercevu nouvelles anternatives à une meilleue vie dans la campagne.

Mots clef: Développement, Territorie et Moviment sociaux.

## INTRODUÇÃO

O desenvolvimento foi sempre um tema presente em nossas pesquisas desde a graduação, quando estudávamos a evolução sócio-espacial de balneários da Ilha de Santa Catarina. Isso nos levou para a área da educação, na tentativa de compreender como a população da periferia da cidade de Florianópolis apreende a questão do desenvolvimento, num espaço social marcado pela pobreza e pelo fraco apoio do poder público.

Através de um acúmulo de conhecimento na área de ciências sociais, compreendendo como os processos sociais que ocorrem no espaço geográfico têm íntima relação com os territórios aí alocados e levando-se em conta que, a partir deste princípio, os saberes são estabelecidos de acordo com o campo de força instituído, fomos amadurecendo um projeto de pesquisa com a linha mestra do desenvolvimento e território.

Na seleção para o mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação – PPGE da UFSC, na linha de pesquisa Educação e Movimentos Sociais, este tema permeou nosso projeto e nos propomos a estudar como os jovens e os adultos de comunidades rurais do oeste catarinense produzem seus saberes relacionados à questão ambiental em seus territórios, pela influência do Estado, principalmente pela escola e outras instâncias como Organizações não Governamentais – Ong's.

Passando pela seleção e, definitivamente na área da pesquisa como pesquisadores-alunos, nos inserimos num grupo de professores-estudantes em um curso de especialização em Educação de Jovens e Adultos do campo, promovido pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera, em parceria com a UFSC e realizado nas dependências do Centro de Educação – CED desta universidade. Faziam parte deste curso integrantes de vários movimentos sociais do campo, principalmente do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra – MST. Procuramos, então, associar nossa experiência e objetivos de pesquisa passando primeiramente pela proposta em pesquisar a constituição dos aprendizados sociais dos educadores no curso em relação à questão ambiental.

Porém, posteriormente, diante do andamento dos nossos estudos e através de diálogos incessantes com os professores, os colegas e com a orientadora, a compreensão do meio ambiente e seus problemas ecológicos invariavelmente coadunavam à questão do desenvolvimento. Através das experiências trazidas pela formação em Geografia, percebíamos os territórios como lócus sócio-espacial da produção de saberes e conhecimentos e, desta maneira, indicador de um modo de desenvolvimento.

Decidimos, então, procurar uma disciplina que abarcasse esta questão voltada para o rural – Desenvolvimento rural e atores sociais, realizada no Centro de Ciências Agrárias (CCA da UFSC), propondo pesquisar um espaço social próprio da agricultura. Ou seja, analisar o território dos assentados da reforma agrária, investigando como os saberes que abarcam a questão do desenvolvimento estão instituídos e sendo construídos pelos agricultores em assentamentos rurais organizados pelo MST, a partir dos processos de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (T-D-R). Os objetivos secundários são referentes às trajetórias destes saberes e de que maneira estes, como a sustentabilidade, é reterritorializada pelos assentados. Procuramos também identificar o território destes assentados e aqueles territórios que perpassam seu espaço social.

Especificamente, a pesquisa foi realizada no sul do Brasil, no Assentamento Contestado, localizado no município de Fraiburgo, meio-oeste do estado de Santa Catarina. Escolhemos um locus de pesquisa que abarcasse a complexidade do tema, conscientes do perigo de adentrar neste campo, pois além da enorme dificuldade de estudar a questão do desenvolvimento, pois é um tema delicado, multidisciplinar e de grande responsabilidade, ainda mais embaraçoso se torna quando nos inserimos no ambiente rural brasileiro e dentro de um movimento social do porte do MST, que tem uma ideia singular de desenvolvimento, perpassando correntes como a socialista e temas emergentes como o desenvolvimento sustentável.

Desta forma, nos inserimos numa agrovila constituída por cinco famílias, onde é sediada uma Cooperativa de Produção Agrícola – CPA, um modelo de desenvolvimento rural na linha do trabalho, de produção e de lotes coletivos, aperfeiçoado pelo MST desde a constituição do Movimento e apoiado por instituições como universidades, sindicatos e Ong's. Além disto, com a emergência da questão ambiental, os discursos do desenvolvimento, em qualquer território em que adentramos atualmente, vem marcados pelo adjetivo sustentável e, neste sentido, encontramos outro aspecto importante destes estudos.

Em vista da profundidade que o tema demanda, trabalhamos com a totalidade dos sujeitos no processo, desde os jovens da agrovila formados em escolas do Movimento, os quais participam ativamente da vida social no assentamento, até os adultos, vindos de uma vida social marcada pela formação familiar na agricultura e pela experiência do acampamento. Ao todo, foram nove pessoas entrevistadas, entre agricultores, dirigentes e técnicos do MST que integram e perpassam o território da agrovila, além de um dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais local.

Nossa abordagem teórica contemplou uma perspectiva integradora, ou seja, trabalhamos tentando compreender o todo e suas partes. Fizemos um estudo a partir da história e do espaço, recorrendo a determinados estudos estruturais que nos auxiliaram a compreender os processos de T-D-R e verificar como os saberes emergem num dado território, levando em conta a história dos atores sociais e seus contextos de classe e de lugar. A pesquisa se insere num campo educacional, mas tentou dialogar com outras áreas disciplinares, propiciando um estudo referente e multidisciplinar acerca do desenvolvimento rural. Da mesma forma, tentamos romper com os reducionismos conceituais acerca da concepção de território, que se tornou limitada como uma ferramenta de análise para compreender processos de T-D-R, vistos aqui pelo enfoque do desenvolvimento. Uma pesquisa primordialmente qualitativa, usando também dados quantitativos.

O trabalho está dividido em três capítulos, porém, antes disso apresentamos o caminho da pesquisa e alguns conceitos fundamentais adotados como o de território. Pensamos o conceito a partir da realidade dos processos sociais e não o contrário. Sendo assim, o território aqui emerge das relações próprias dos sujeitos da pesquisa com a sociedade e a partir do espaço. Evidencia-se, que a noção clássica de território colada aos limites do Estado-nação ou delimitada por fronteiras fixas, já não comporta os processos realizados no espaço, por isso sua definição a partir de redes e de fronteiras móveis e sobrepostas sustenta melhor a realidade atual e o saber. Este, que é outro conceito explorado aqui, vem colado aos territórios, numa relação de interação com os sujeitos e com o mundo.

O primeiro capítulo é constituído por uma reflexão acerca do desenvolvimento e algumas de suas principais vertentes históricas e atuais. Abordamos o desenvolvimento visto a partir de estudos clássicos relacionado com crescimento econômico. A partir da segunda grande guerra, os sistemas preconizados pela chamada escola neoclássica são postos em xeque por problemas ecológicos e sociais, emergenciais e reais, originados pelo modelo desenvolvimentista. A partir então de uma nova perspectiva, através dos movimentos sociais e da ciência, o desenvolvimento toma o adjetivo sustentável, como forma de institucionalização do tema premente nos Estados-nação de forma globalizada por meio de novos paradigmas. Desta maneira, o desenvolvimento rural e a própria ideia de ruralidade toma outros contornos, no sentido da valorização das paisagens e de um espaço social mais integrado à natureza e à própria cultura local, surgindo vertentes importantes, como o desenvolvimento territorial. Apresentamos também neste capítulo, questões filosóficas sobre o tema, questionando e oferecendo algumas proposições a respeito de um desenvolvimento autêntico.

Para entendermos um território e seus processos de T-D-R, é fundamental um apanhado histórico. Por isso, no segundo capítulo, apontamos como a territorialização de um modelo de desenvolvimento hegemônico, como o capitalista, desterritorializa outros e, assim, os próprios modos de vida, como o dos caboclos que viviam como posseiros no espaço rural catarinense e, mais recentemente, o território de agricultores familiares e de trabalhadores rurais do oeste de Santa Catarina. Entendemos, também, que há um processo de reterritorialização, quando surge o MST reivindicando um lugar na sociedade e efetivamente conquistando um território.

O terceiro capítulo compreende a pesquisa de campo e nos traz elementos, através das entrevistas e das práticas dos sujeitos envolvidos nos processos territoriais analisados. Ou seja, a partir da constituição dos saberes na agrovila devido às suas peculiaridades, encontramos várias interfaces, não reduzindo-se a um território estanque e fechado, pois existe uma correlação de forças, determinando um complexo modo de visualizar o desenvolvimento. A construção destes saberes e sua instituição, se estabelece principalmente com base na identidade destes agricultores a partir do MST, em torno do problema fundiário brasileiro, seu laços comunitários e sua inserção como agricultores familiares em redes de desenvolvimento, sejam locais ou globais. Este vínculo com o movimento social suscita um saber ligado à família e ao trabalho como princípios organizacionais básicos e na identidade Sem-Terra como marco direcional nas ações de desenvolvimento rural coletivo. A partir das redes de desenvolvimento, o território interage com outros saberes compartilhados através do Estado, com empresas integradas, Ong's, meios de comunicação e através da sociedade local.

Estas instâncias relacionadas têm o potencial de territorializar efetivamente algumas proposições integradas a um desenvolvimento rural territorial sustentável, ligadas à valorização da agricultura familiar, o respeito ao meio ambiente e, principalmente, ao ser humano.

## **O caminho da pesquisa**

Primeiramente, tentamos delimitar conceitos fundamentais em nosso estudo, o saber e o território, pois a partir destes as análises realizadas no espaço social são associadas aos territórios alocados e, desta maneira, aos saberes produzidos e construídos. Depois, adotamos uma metodologia para captarmos a “realidade”, identificando os territórios que perpassam a agrovila, fazendo uma análise das entrevistas realizadas pelo enfoque do desenvolvimento.

### **O saber e o território**

No nosso estudo, dimensionamos o território materialmente e imaterialmente, pensando o ser humano no âmbito cultural-simbólico dentro de um espaço social, no qual estaria o substrato de seu conhecimento: a técnica, a cultura, as informações e os saberes. No caso dos assentamentos rurais, estaríamos lidando com saberes (capacidade discursiva em formular interesses) das quais surgem ações sociais (oportunidades para agir sobre tais formulações), relacionadas à dada conjuntura social, histórica e geográfica, determinando o espaço concreto (a distribuição dos recursos econômicos que facilitam certos cursos de ação).

Estes saberes são gerados através de fluxos de informações, condensadas a partir da formação social, dos meios de comunicação, das relações interpessoais e com o mundo. Como afirma Charlot (2000, p. 63): “Não há sujeito de saber e não há saber senão em uma certa relação com o mundo, que vem a ser, ao mesmo tempo e por isso mesmo, uma relação com o saber. Essa relação com o mundo é também relação consigo mesmo e relação com os outros.” Essa relação provoca uma forma de ação dentro de relações de linguagens e com o tempo. Acrescentemos também, em nosso estudo, relações com os territórios, por isso com o próprio espaço social, uma forma de apropriação do mundo. O saber, então, é construído “em uma história coletiva”, produto de relações epistemológicas (conhecimento científico) entre seres humanos, porém, mais amplamente “as relações de saber são relações sociais”.

Este autor ainda acrescenta que esta relação com o mundo, com os territórios, também provoca uma renúncia, seja ela provisória ou profunda de outras relações com este mundo, consigo e com os outros, sendo assim, “a questão do saber sempre é uma questão identitária.” Ou seja, faz sentido em relação a uma história, a referências, a expectativas, a uma concepção de vida e às relações com os outros e consigo mesmo. Pensemos, ainda, na relação com este saber. De acordo com Charlot (2000, p. 81), “é um conjunto das relações que um sujeito



mantém com um objeto, um ‘conteúdo de pensamento’, uma atividade, uma relação interpessoal, um lugar, uma pessoa, uma situação.”

Através do espaço social, se compreende o espaço de produção. Neste sentido, entendemos o que nos apresenta Milton Santos (2002, p. 201) para o qual “(...) a própria prática da produção é fundamental ao processo de produção do conhecimento humano (...)”. Desta maneira, na dialética entre o discurso e a prática, há uma constituição de saberes no desenvolvimento. O saber é, portanto, um conhecimento mais objetivo, que de acordo com Charlot (2000), é produzido sempre com relação a outro sujeito, uma informação que é apropriada por este, porém, desvinculada da excessiva subjetividade de um conhecimento peculiar, resultado de uma experiência pessoal, única. O saber é, então, um produto comunicável, uma informação disponível dentro dos territórios de um sujeito para outro sujeito.

Desta maneira, estes saberes são territorializados através de símbolos significativos e vão desde uma bandeira, à vida comunitária afetiva e à própria informação e ao conhecimento. Além de o território representar esta questão simbólico-cultural, pensamos o território como fonte de recursos, portanto, como lócus espacial onde se constroem relações de poder<sup>1</sup>. Materialmente, os territórios contêm recursos naturais e valores culturais fundamentais para uma ideia, que se reproduz imaterialmente territorializando e conquistando efetivamente outros espaços. Desta maneira, os territórios são mutáveis, não se compõem de uma só localidade e são sobrepostos, existindo no mesmo espaço outros territórios que não necessariamente se excluem, mas são verdadeiros “campos de força”. Conforme Souza (2003, p. 86, grifos do autor), esta concepção de território é:

“(...) uma forma de se abordar a temática da territorialidade, mais abrangente e crítica, pressupõe não propriamente um descolamento entre as dimensões política e cultural da sociedade, mas uma flexibilização da visão do que seja o território. Aqui, o território será um **campo de forças**, uma **teia** ou **rede de relações sociais** que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, os *insiders*) e os “outros” (os de fora, os estranhos, os *outsiders*).

Para este autor, os territórios são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas de espaço (uma rua, algumas quadras, uma região, país e até blocos de países) e dentro

---

<sup>1</sup> A noção de poder aqui é ampla. Inclui sua natureza econômica e simbólica. O poder não é adquirido e sim exercido e este também vem de baixo, onde não existe oposição binária e global entre dominador e dominado. (Cf. em FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979).

de escalas temporais diversas (séculos, anos, dias, horas). Podem estes ter caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica. “É um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2003, p. 78). É “um espaço social, delimitado e apropriado politicamente e enquanto território de um grupo é suporte material de existência e, mais ou menos fortemente, catalisador cultural-simbólico e nesta qualidade, indispensável fator de autonomia.”. (SOUZA, 2003, p. 108)

Vemos a partir desta concepção, o território com características básicas, ou seja, intimamente ligado a uma dimensão humana e social. Neste caso, com base no poder e relacional com as múltiplas dimensões humanas, sejam elas materiais ou imateriais no espaço e no tempo. Sendo assim, o assentamento representaria este espaço, lugar de reprodução social dos assentados, com base em recursos materiais e poder simbólico, contudo, através do assentamento existe um campo de forças ou uma rede de relações sociais, determinando um modelo de desenvolvimento perpassado por relações às quais não se excluem e, inclusive, têm objetivos comuns. Portanto, o território não se reduz a estas influências e sim é uma interação, uma relação de forças.

Milton Santos (2000) usa uma definição de território “usado” e território de “abrigo”, com um enfoque mais econômico. Esta noção se relaciona com os atores hegemônicos e hegemonzados no espaço. Os primeiros tratam o território como território de uso, ou seja, uma garantia de seus interesses particulares e entre eles estariam o próprio Estado e as empresas. Já como território de abrigo seriam os atores hegemonzados, buscando adaptar-se ao meio, recriando estratégias de sobrevivência.

Uma concepção similar parte de Hasbaert (2004, p. 94) com base na distinção entre domínio e apropriação do espaço a partir de Henri Lefebvre, enfatizando o poder simbólico. Vê o território, ao mesmo tempo, como uma dimensão simbólica e cultural, por uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico sobre o espaço em que vivem (forma de apropriação) e uma dimensão político-disciplinar e econômica mais concreta. Esta última é “a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos”.

Territorializar-se, de acordo com Hasbaert (2004, p. 97, grifos do autor):

“é criar mediações espaciais de efetivo ‘poder’ sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (e indivíduos). Poder que é multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de dominação e apropriação ao mesmo tempo.”

Percebemos que o território aglutina um poder econômico, na forma do capital, mas não se reduz a isto, por isso sua importância em seu poder simbólico-cultural. Além disto, neste trabalho, enfatizamos o território em vista da importância que a técnica, a informação e a própria ciência assumiram nas sociedades modernas, e apresentamos, além das características apontadas anteriormente, a questão dos fluxos, ampliando nossa noção.

Aquela noção clássica de território zonas, como dominação de áreas no imperialismo do século XIX, passa atualmente aos domínios de territórios no controle de fluxos, redes e conexões. (HASBAERT, 2004). Um dos autores que chamou atenção para uma geografia nova foi Santos (2002b), vislumbrando que o conceito de território não é a-histórico, é híbrido e historicamente mutável, sendo assim, estaríamos diante de um olhar contemporâneo sobre o território.

A abordagem de Hasbaert (2004, p. 235), neste sentido, vê o território numa perspectiva integradora, ou seja, o território ou os processos de territorialização “como fruto da interação entre relações sociais e controle do/pelo espaço, relações de poder em sentido amplo, ao mesmo tempo de forma mais concreta (dominação) e mais simbólica (um tipo de apropriação)”. O autor encara como um híbrido, nas suas várias relações multidimensionais e multiescalares com a esfera humana e natural e não mais colado a um território zona, explicando melhor as relações que se dão nas sociedades técnicas-informacionais contemporâneas. Atualmente, com certo enfraquecimento dos territórios delimitados pelos Estado-nações, diante da globalização, o território migra de uma concepção de “território-zona” para o “território-rede”.

Porém, salienta-se que para entendermos um território, primeiramente, é imprescindível contextualizá-lo historicamente dentro de relações sociais, principalmente na sua dinâmica capitalista no meio técnico-científico-informacional, como apontava Santos (2002a).

## **Como emerge o plano de organização social – A territorialização do saber**

Para a pesquisa de campo, realizamos duas saídas entre junho e outubro de 2008. Em cada estadia ficamos cerca de uma semana na agrovila, dentro do assentamento Contestado em famílias diferenciadas, tentando colher o máximo de informações decorrentes de seus modos de vida: método de trabalho, aprendizados, cultura, enfim, tentamos apreender, mesmo

parcialmente pelo escasso tempo<sup>2</sup>, como os agricultores pensam e efetivamente constroem e territorializam seus saberes acerca do desenvolvimento e por consequência, quais são os campos de força na agrovila, interagindo e influenciando as tomadas de decisões.

Concentramos nossos esforços na agrovila, onde é sediada uma Cooperativa de Produção Agrícola – CPA (Copercam), corroborando para a seleção do campo de estudo, já que estas famílias, na região, são as mais alinhadas ao modelo de desenvolvimento preconizado pelo MST, com base nas cooperativas de trabalho e produção coletivas. Para visualizar e observar como os saberes acerca do desenvolvimento são produzidos pelos processos de T-D-R através das relações sociais, partimos da nossa concepção de território, identificando-os e observando, primeiramente, os saberes que emergem dos agricultores do local, dos símbolos culturais expressivos e de suas relações interpessoais.

Para colher estas impressões, adotamos um procedimento metodológico baseado em Geertz (1999), que analisa as comunidades rurais “balinesas”. De acordo com este autor, o fundamental para um estudo junto a uma comunidade são os elementos raros e menos comuns e não aqueles mais constantes, pois são estes aspectos excepcionais que nos fornecem os dados básicos e preciosos para descortinar os princípios de base da organização social e, assim, um dado território.

Esta forma de representação de comunidades rurais passa a ser vista, a partir do que Geertz (1999) chama de “planos de organização social”, que são os materiais a partir dos quais estas sociedades são construídas, de maneiras e de intensidades diferentes onde o autor, no seu estudo, identifica sete planos<sup>3</sup>. No nosso trabalho, a partir do enfoque do desenvolvimento pelos relatos de entrevistas semi-estruturadas e pela interpretação de fatos, conseguimos identificar quatro planos, sendo a própria territorialização de seus saberes, necessariamente conjugados e interconectados: **1) A relação com o MST, 2) A produção/mercado, 3) Agroecologia e sustentabilidade e 4) Desenvolvimento humano.**

---

<sup>2</sup> Queríamos deixar aqui registrado uma crítica à pesquisa social no Brasil. O fraco apoio, a importância e o valor que se tem destes estudos em âmbito das universidades, torna difícil para alunos pesquisadores terem uma formação adequada e à altura dos processos científicos sociais. Sendo assim, fomos prejudicados enormemente pelo pouco tempo que permanecemos no assentamento e para estudos mais aprofundados, em causa principal pelos escassos recursos, pois não fomos contemplados por uma bolsa de estudo. Inclusive, tornou-se difícil em alguns momentos desta pesquisa dar continuidade, já que ao mesmo tempo precisávamos trabalhar durante o dia e fazer os créditos necessários (aulas) e, pela noite, estudar e descansar.

<sup>3</sup> (1) obrigação partilhada de render culto em um templo determinado; (2) residência comum; (3) propriedade dos arrozais situado no interior de uma única linha de divisores de água; (4) partilha de um *status* social atribuído ou de uma mesma casta; (5) laços consanguíneos e de afinidades; (6) filiação a uma ou outra organização “voluntária”; (7) subordinação legal reconhecida a um único funcionário administrativo do governo (GEERTZ, 1999, p.280).

Esta organização e suas formas de confluência não obedecem a nenhum modelo geral e varia de comunidade para comunidade, explicando, assim, as semelhanças, apesar da grande diversidade existente nestas localidades. De acordo com este método de pesquisa, não existe nada pré-estabelecido e a análise parte daquilo que é real em cada grupo, olhando a diversidade para explicar as diferenças dos princípios organizacionais, os quais não são dados a priori. (GEERTZ, 1999)

A entrevista foi o modo mais eficaz e rápido para empreendermos a pesquisa. Thiollent (1985) aponta como as entrevistas são técnicas de observação direta, estabelecendo contato efetivo com as pessoas implicadas no problema investigado.

Foram entrevistadas nove pessoas. Na agrovila seis agricultores, quatro homens e duas mulheres, sendo um dos homens dirigente do MST. Fora da agrovila, entrevistamos um técnico do Movimento<sup>4</sup>, que dá apoio aos assentamentos e o dirigente geral do MST na região do alto vale do Rio do Peixe ou como é chamado, o chefe da Brigada de Fraiburgo. Estes dois últimos foram escolhidos para compor a pesquisa, justamente pela ligação orgânica com a agrovila, seja na questão do desenvolvimento, como com o MST. Para um olhar “de fora do Movimento”, também entrevistamos o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fraiburgo, tentando correlacionar e cruzar informações, confirmando e contextualizando as relações sociais fora da agrovila e do Movimento e seus possíveis conflitos.

Também identificamos este plano social através da descrição e de anotações subjetivas, utilizando um diário de campo. O diário de campo foi uma importante ferramenta de observação, análise e interpretação, pois nele não estão registradas meras descrições. No diário de campo foi onde se captou maiores peculiaridades que escapam do temível gravador, pois o aparelho impõe certa figuração ao entrevistado e entrevistador. Como diz Geertz (1989, p. 20), “a etnografia é uma descrição densa” e para realizá-la é preciso decifrar “um manuscrito estranho”, é como “enfrentar uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e implícitas”.

Além dos símbolos culturais subjetivos, também procuramos confrontar com os símbolos concretos existentes e tentamos delinear um território próprio dos assentados da agrovila o qual rompe com o assentamento em si, pois este espaço não se compõe nem do assentamento todo, nem somente da agrovila a qual estão alocadas as famílias entrevistadas. Também tentamos identificar os territórios “*outsider*” que perpassam pela agrovila.

---

<sup>4</sup> “Movimento” e “Sem-Terra” com letra maiúscula e “MST” são usados aqui como sinônimos.

Neste sentido, o trabalho de Champagne (1975) apud Cazella (2006) sobre as coletividades rurais segue o mesmo caminho metodológico e nos dá melhores bases acerca do conceito de território, pois o autor critica as delimitações geográficas ou até mesmo por populações, aprisionando as comunidades a estruturas físicas, tratando-os como uma “totalidade”.

Cazella (2006, p. 229), com base em Champagne aponta que:

“A mobilidade espacial provoca uma disjunção das relações entre território e população. O espaço social das populações rurais está, assim, longe de se reduzir à comunidade rural e ao seu entorno. Seu sistema de relações está cada vez mais afastado da dimensão local”.

Chamamos a atenção para a questão da mobilidade social. No nosso trabalho, o próprio espaço social é delimitado como seus territórios, sobrepostos e móveis e, em alguns momentos, se inserem em redes hierarquizadas. Sendo assim, o território é influenciado diretamente pelas relações políticas, sociais e econômicas e, desta maneira, a territorialização do saber no assentamento sofre impacto direto destas redes.

Por isso, mais adiante no mesmo parágrafo, Cazella (2006, p. 229, grifos nossos) afirma:

“As relações locais de interdependência, de ajuda mútua e de interesses coletivos, que conduzem os indivíduos a censurar o conflito, tendem a se atenuar, e a ideologia da “comunidade camponesa” solidária é cada vez menos um traço característico. Assim, **a análise das relações de dependência** instauradas num dado espaço social torna-se mais adequada para a pesquisa sobre a localidade”.

Além de enfatizarmos o grau de conflitos existente neste processo, o que ressaltamos é a dependência da informação e do saber, os quais geram uma territorialização, um “campo de forças” acerca do desenvolvimento no assentamento, especificamente na agrovila, sofrendo influências diversas entre um fluxo de informações complexas e um espaço social concreto, seguindo uma hierarquia, mas não necessariamente determinada por esta.

Quando emerge o plano de organização social na agrovila, seja (1) A relação com o MST, (2) A produção/mercado, (3) Agroecologia e sustentabilidade ou (4) Desenvolvimento humano, percebe-se este engendrado por complexos fluxos informacionais e de recursos, coexistindo várias instâncias sociais. Neste sentido, o espaço na agrovila forma um território singular e híbrido, próprio dos agricultores, construindo uma materialidade com a terra, com a técnica e com a informação. Enfatizamos aqui também a questão do espaço físico, o qual

intrinsecamente faz parte da territorialidade destes agricultores e além de recurso natural, exerce uma subjetividade com o trabalho, com a família e com uma cultura camponesa.

Também estes territórios são determinados pela própria sobrevivência e às vezes não existem escolhas quando suas necessidades fundamentais e básicas escapam de qualquer influência territorial externa, processando-se numa verdadeira territorialidade objetiva.

## **CAPÍTULO I**

### **Desenvolvimento e sustentabilidade: uma ética territorial**

Neste capítulo, introduzimos as principais abordagens sobre o desenvolvimento, caracterizando os contornos desta ideia e como ela se mundializou. Partindo de uma análise crítica, tentamos sintetizar alguns princípios, elucidando os caminhos que foram trilhados, chegando efetivamente a um corpo material e imaterial, territorializado daquilo que nossa sociedade pensa sobre o desenvolvimento. Como a pesquisa em torno deste tema aborda o meio rural, fizemos um enfoque específico no que concerne ao desenvolvimento rural, análise fundamental do trabalho.

#### **1. O desenvolvimento e suas ideias**

A ideia geral sobre o desenvolvimento em nossa cultura foi adotada com base no mito do progresso e na crença da tríade ciência-razão-técnica. (MORIN, 2002). No Brasil, esta concepção se conforma na nossa bandeira nacional: Ordem e Progresso. Lema este que abarca as ideias desenvolvimentistas e positivistas que preencheram as mentes na proclamação da República no século XIX e do Estado Novo no início do século XX, trazendo da Europa a “civilização” e transformando o espaço brasileiro. (SALES, 1986)

Visualizada como uma categoria estática e universal e, a partir de dadas condições, seria acionada uma “chave mágica” e por si só o desenvolvimento se cumpriria. O que realmente encontramos nesta concepção é uma ideologia, pois o desenvolvimento é um processo autônomo, histórico e sócio-cultural. Para sua adoção, a priori não existiriam receitas prontas, saindo de bases e modelos abstratos e ideais, já que as especificidades de dada sociedade exigem demandas conjunturais, as quais são apresentadas culturalmente como parte de um universo econômico e social, onde as pessoas possam efetivamente se desenvolver, de acordo com as condições históricas e geográficas vivenciadas. (FURTADO, 1998)

Sendo assim, além das condições básicas de alimentação e de abrigo, existiriam também condições éticas, culturais e técnicas, em que as pessoas poderiam se desenvolver sem conceber necessariamente a ostentação de bens materiais e a opulência como meta final do processo, como acontece efetivamente nas sociedades capitalistas modernas. Se pensarmos numa “ética do desenvolvimento”, conforme Goulet (1966) preconiza, a qual enfatiza a



questão do “ser mais” em detrimento do “ter mais”, conjugaríamos uma cosmologia, onde a separação entre o homem e a natureza, conforme a ciência clássica instituiu entre sujeito e objeto, desapareceria em virtude da consciência filosófico-humanista em que nos deparamos.

Nas sociedades modernas capitalistas, onde o ideal liberal se firma no Estado-nação, teríamos a questão da “expansão da liberdade”, como aponta Amartya Sen (2000), ou das liberdades instrumentais, como as liberdades políticas, econômicas, sociais, jurídicas e protetoras. Sem dúvida, uma segurança social legítima, mas que desloca veemente o foco da questão do desenvolvimento quando analisada às estruturas do capitalismo. Quando concebe o desenvolvimento como liberdade, este autor resgata a ideia liberal clássica de Adam Smith, entrelaçada num humanismo urgente, vislumbrando o desenvolvimento em que o ser humano é visto como parte central e agente deste processo, através das garantias fundamentais de educação, saúde, participação e trocas, bem entendidas estas últimas não com base num mercado ideal e hegemônico neoliberal, mas primeiramente com bases nas trocas culturais, sociais e de reciprocidade. O ser humano é representado, então, como ator central do processo e não como mercadoria, como faz a economia neoclássica.

Entretanto, o problema sobre o desenvolvimento nesta ideia ainda encontra contradições quando relaciona e elege uma teleologia do progresso como etapas evolucionistas e uma lógica mecânica para se chegar a um nível elevado de bem estar, principalmente pautado sobre o bem estar material.

Ideias estas ancoradas numa perspectiva da civilização industrial do próprio nascimento do capitalismo, como o conhecemos desde a Revolução Industrial do século XVIII e suas sucessivas crises e transformações, levando necessariamente a novas formulações sobre desenvolvimento, mas tendo na raiz da acumulação capitalista sua base, a qual pressupõe um nível de desigualdade social. O discurso da igualdade se remete principalmente à forma de consumo nos padrões estadunidense e europeu, e se efetivamente for democratizada para o globo, como prega o ideal liberal, a pressão seria tamanha sobre os recursos naturais, o que provavelmente causaria o colapso do sistema e do próprio planeta. (FURTADO, 1998; MORIN, 2002)

A ideia do desenvolvimento está determinada por períodos históricos e sociais, assim como foi o Keynesianismo importado da Inglaterra para os Estados Unidos e depois para o resto do mundo no pós-guerra na década de 1940 (HIRSCHMAN, 1996). Ou a própria ideia de que o subdesenvolvimento era necessariamente uma etapa para o desenvolvimento, criticado principalmente pelos pensadores da Comissão Econômica para a América Latina – Cepal. (FURTADO, 1996)

O brasileiro Celso Furtado (1980), membro da Cepal, foi um dos maiores pensadores sobre o desenvolvimento. Em suas obras, apontava para a importância de um desenvolvimento endógeno, a partir de dentro de um país. Assim como o francês Pierre Perroux (1981), que também alertava como relações econômicas não são fixadas por uma suposta regulação econômica ideal, mas sim por relações de poder no espaço social.

Atualmente, é hegemônica a ideia do neoliberalismo, transposta de um plano a outro, globalizando uma ideologia<sup>5</sup>, gerando um processo de desterritorialização intenso, maculada com a economia neoclássica, baseada na teoria do equilíbrio geral onde os custos são maximizados e não internalizados em outras dimensões da vida humana e no meio-ambiente, num economicismo exagerado. O desenvolvimento é baseado no fator crescimento econômico, pelo aumento do Produto Interno Bruto – PIB e seus princípios são fundamentados num liberalismo e reducionismo econômico extremos, sem regras de mercado e no Estado mínimo, contra as proposições de um desenvolvimento autêntico, ou seja, além do crescimento econômico, na satisfação das necessidades das populações presentes e futuras, como também na redução das desigualdades sociais e econômicas, associada à proteção do meio ambiente. (SACHS, 1993; GOULET, 2001; MORIN, 2002)

Sendo assim, a concepção de que o crescimento é premissa básica para o desenvolvimento é insuficiente e, apesar das suas complementaridades, existem contradições profundas. O limite, neste modelo de desenvolvimento, está na medida, quando os recursos naturais começam a ser ameaçados comprometendo o próprio sistema capitalista e na consequente exclusão social e cultural, onde as pessoas foram praticamente dissocializadas através da transformação de seres humanos criativos e produtivos, para consumidores. Em um sistema que a todo instante procura inovações para se renovar, principalmente em condições ambientais e sociais contrárias, paradoxalmente exclui toda a criatividade humana. Sendo assim, conclui-se que a ideologia neoliberal é avessa ao desenvolvimento. (SACHS, 1993; MORIN, 2002)

Contudo, não podemos deixar de reconhecer como a modernidade tecnológica e social trouxe consigo o bem estar humano físico e moral, como aponta Morin (2002). Portanto, deixar que nosso pensamento transcenda para novos mitos, expulsando a modernidade do “Jardim do Éden”, também não parece uma solução plausível. Se quisermos um “paraíso

---

<sup>5</sup> Cf. em ANDERSON, Perry. **Balanço do neoliberalismo**. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 09-23.

terrestre” é apropriado reconhecer primeiro as próprias fraquezas do ser humano e vê-lo como ele é realmente, assim como Francisco Goya, pintor espanhol, olhava o mundo.

Desta forma, quando o espaço é preenchido por ideias, culturas, modos de vida, informação e técnica, estas, dialeticamente, vão sendo territorializadas numa correlação de forças, emergindo a hegemonia de um território. Atualmente, temos territórios hegemônicos na forma da exclusão social, na padronização de comportamentos, na concentração de renda, territórios homogêneos e disciplinados. Por outro lado, também temos territórios de liberdade, democráticos, de expressão de vida, sem tiranos ou ditadores.

### **1.1 A emergência do desenvolvimento sustentável**

A sustentabilidade é pensada como uma complexa interrelação entre diferentes dimensões da vida em âmbito social, cultural, econômico e ecológico no contexto histórico da humanidade. Caracteriza-se no limiar de um novo pensamento e, portanto, de um novo território, na crise de paradigmas de uma sociedade, baseada num desenvolvimento racionalmente economicista e reducionista regida pela técnica e pela ciência descontroladas pela lógica do capital. (SACHS, 1993; MORIN, 2002)

Críticas à sociedade moderna, industrial e consumista<sup>6</sup>, principalmente relacionados com fatores ecológicos, foram preconizadas primeiramente pelo movimento ambientalista na década de 1960. Já discussões acerca do desenvolvimento criticando o modelo com base no crescimento econômico atentando para os limites dos recursos naturais, surgiram através do Clube de Roma<sup>7</sup> no seu relatório, *“The limits of grow”*, de 1972, o qual indicava para a emergência do crescimento zero ou de uma economia sem crescimento, com o PIB estabilizado.

Seguido posteriormente pela intensificação das Organizações não-governamentais, ambientalistas e partidos políticos e a partir da década de 1980, pela institucionalização deste tema através da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, produziu-se assim o relatório “Nosso Futuro Comum”, em 1987, popularizado como Relatório Brundtland, no qual sintetiza o conceito de desenvolvimento sustentável. Conforme, o Relatório Brundtland de 1987, é definido como desenvolvimento sustentável o

---

<sup>6</sup> Termo controverso numa sociedade com profundas desigualdades. Remete-se a expressão ao modelo de consumo preconizado pelas nações mais industrializadas e imanentes às sociedades modernas capitalistas.

<sup>7</sup> O Clube de Roma foi fundado em 1968 por cientistas, empreendedores e homem políticos preocupados com as estratégias mundiais do desenvolvimento. Tem o mérito de ter provocado um debate a respeito dos riscos do modelo de desenvolvimento adotado pelos países ricos e imposto na esfera internacional. (BRUSEKE, 2003)

“desenvolvimento que responde às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades.”. (BRUSEKE, 2003, p. 09)

Este conceito dará um novo fôlego à ideia do desenvolvimento visto como uma solução para as mazelas modernas. Entretanto, vai se restringir a este relatório, ficando como uma ideia muito geral, esvaziando toda a discussão alimentada anteriormente pelos próprios movimentos ambientalistas e intelectuais da época, sobre as questões sociais e econômicas, priorizando, assim, a dimensão ambiental da sustentabilidade, legitimando o chamado capitalismo verde ou ecológico.

Como salienta Bruseke (1996), a origem da noção de sustentabilidade é anterior ao texto do Clube de Roma e verifica-se como este conceito já vinha sendo delineado antes mesmo destas movimentações institucionais, passando primeiro por estudos de importância como *“The entropy law and the economic process”* de Georgescu-Roegen, de 1971, marco da economia ecológica e do papel da termodinâmica para o estudo do desenvolvimento e da sustentabilidade e pelo termo do “ecodesenvolvimento”, um outro conceito importante, que partiu de Ignacy Sachs, em 1976, em *“Environment and styles of development”*, pois a partir dele se criam discussões sobre outro paradigma de desenvolvimento.

O conceito de ecodesenvolvimento foi cunhado em 1972, em Estocolmo e largamente difundido por Ignacy Sachs, maior estudioso da área e significa o desenvolvimento autônomo de um país ou região, baseado nas suas próprias potencialidades, sem criar dependência externa, tendo por objetivo, responder à problemática da harmonização dos objetivos sociais e econômicos do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio. (SACHS, 1993)

A construção deste conceito parte da crítica ao economicismo e ao desenvolvimentismo, que seriam os responsáveis pelos problemas ambientais, pois se baseiam em visões reducionistas da economia e numa base antropocêntrica e vê a natureza apenas como recurso para produção de bens para servir o ser humano, sendo que, não são “internalizados” nos cálculos econômicos os custos ambientais. Assim, o ecodesenvolvimento questionou este modelo e, mais tarde, com algumas diferenças, foi substituído pelo conceito de desenvolvimento sustentável. Na definição do ecodesenvolvimento fica evidente a preocupação e posição ética com os aspectos sociais e ambientais no mesmo patamar do econômico, pressupondo uma solidariedade sincrônica com os povos atuais, passando da lógica da produção, para a das necessidades fundamentais da população e uma solidariedade

diacrônica, na perspectiva da gestão de recursos naturais, preocupado com as gerações vindouras, sendo assim caracterizado por um projeto de civilização. (SACHS, 1993)

De acordo com este autor, a sustentabilidade encontra cinco dimensões, dentro do ecodesenvolvimento: **A sustentabilidade social**, um processo de redução das diferenças sociais; **a sustentabilidade econômica**, define-se por uma “alocação e gestão mais eficientes dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado” (SACHS, 1993, p. 26); **a sustentabilidade ecológica**, pautada no uso equilibrado dos ecossistemas, associado à preservação de fontes energéticas e naturais; **a sustentabilidade espacial/geográfica**, evita a excessiva concentração populacional, de atividades e de poder, assim como uma busca mais equilibrada da relação campo-cidade e, por último, **a sustentabilidade cultural**, na qual se traduz os conceitos do ecodesenvolvimento, numa pluralidade de soluções individuais, respeitando as especificidades de cada ecossistema, das culturas e locais.

Entretanto, o conceito de ecodesenvolvimento não foi adotado internacionalmente, pelo seu conteúdo restritivo. Sendo assim, a partir da década de 1980 é difundido o termo desenvolvimento sustentável, colocado primeiramente na conferência mundial sobre a conservação e o desenvolvimento, da IUCN (Ottawa, Canadá, 1986), como um novo paradigma, tendo como princípios: integrar conservação da natureza e desenvolvimento; satisfazer as necessidades humanas fundamentais; perseguir equidade e justiça social; buscar a autodeterminação social e respeitar a diversidade cultural e manter a integridade ecológica. (BRÜSEKE, 2003)

Existem contradições na forma como o desenvolvimento sustentável é defendido pelo Relatório Brundtland, pois a proposição básica de “produzir mais com menos” é um dos fundamentos deste documento e foi dada sequência por outros autores, implicando em aceitar o padrão de consumo atual, expandido e difundido globalmente, prevalecendo, assim, o status de consumidor. Além disto, embasa suas ações no otimismo tecnológico, ou seja, a tecnologia vai resolver os problemas ambientais. Desta forma, o desenvolvimento sustentável, como vem sendo utilizado indiscriminadamente, é considerado por muitos estudiosos como um mito. (MONTIBELLER-FILHO, 2001)

Porém, além das disparidades destes conceitos entre si, situados principalmente no campo político e no que diz respeito às técnicas de produção, há uma grande convergência entre eles nos seus fundamentos como no holismo, na abordagem sistêmica, no ambientalismo, no plano e planejamento local e na ideia força da ecologia com uma visão mais biocêntrica. Ou seja, vê na própria natureza os valores de ordem, padrão, ciclos a serem respeitados, para não se esgotar potencialidades e fontes energéticas do planeta.

## 1.2 Desenvolvimento rural sustentável

O desenvolvimento rural atualmente está relacionado com diversos fatores, dentro das transformações que o mundo viveu recentemente, na questão da globalização e dos problemas ecológicos e sociais, fazendo a própria concepção de ruralidade ser questionada e efetivamente em alguns espaços, tomado outras formas como em países da Europa e nos Estados Unidos. (WANDERLEY, 2000)

No Brasil, houve principalmente a partir do início do século XX, um movimento de T-D-R nos ambientes rurais, através de ideias e ações desenvolvimentistas as quais se generalizam no início da década de 1960, tomando forma nas abordagens de economistas neoclássicos como de Theodore W. Schultz (1965) e sua principal obra intitulada “A transformação da agricultura tradicional”, influenciando intelectuais, técnicos e políticos dos países chamados à época de terceiro mundo. De acordo com suas premissas, com base no capitalismo agrário, o desenvolvimento da indústria voltado à agricultura e ao padrão tecnológico dominante (insumos e maquinário agrícola) dos países do centro, aumentaria a eficiência na produção, promovendo o desenvolvimento no espaço rural.

Como parte deste projeto, a vertente marxista predominantemente forte no contexto político da América Latina na época, também visualizava o desenvolvimento do capitalismo como um dado inevitável para as condições à revolução no quadro histórico-social, enfatizando a mudança fundiária e o aumento na eficiência da terra. (ABRAMOVAY, 1992). Estas ideias reforçavam o mito do progresso pelo mundo e a territorialização de um desenvolvimento homogêneo com suas peculiaridades históricas e sociais conforme os países atingidos, mas de maneira geral, não respeitando as culturas locais e ambientes ecológicos, ocorrendo uma verdadeira desterritorialização, se reterritorializando hegemonicamente.

Já atualmente no Brasil, de acordo com Mior (2005), o debate acerca do desenvolvimento rural parte de três enfoques e está ligado ao papel da agricultura familiar<sup>8</sup> e, principalmente, de sua reinserção socioeconômica: O primeiro origina-se através dos estudos da FAO/Incrá no início dos anos de 1990 e se refere à inserção da agricultura familiar no contexto da reforma agrária, dando destaque à agricultura como principal atividade e indutora do desenvolvimento. O segundo enfoque enfatiza o “surgimento” de um “Novo-Rural” e as atividades não agrícolas, cada vez mais presentes nos ambientes rurais. Já o terceiro relaciona

---

<sup>8</sup> Adotamos o conceito de agricultura familiar conforme Lamarche (1993, p.15) segundo a qual “a exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família”.

a agricultura com base familiar e sua possibilidade de reintrodução no mercado, por meio das cadeias produtivas fordistas tradicionais e, principalmente, por novas cadeias, sobretudo, novos nichos de mercados em produtos emergentes associados a produtos locais, artesanais, coloniais, orgânicos e agoecológicos.

### 1.2.1 O “Novo Rural”

Por motivos didáticos, começamos abordando o “Novo Rural”, no intuito de adentrarmos neste debate, pois no Brasil é relativamente novo. Este debate está relacionado a uma nova forma de conceber o meio rural além de um espaço agrícola produtivo. Um dos autores que estuda esta questão no país é José Graziano da Silva (1999) a partir de pesquisas, principalmente em âmbito europeu e estadunidense. Este autor vê o “Novo Rural” brasileiro<sup>9</sup>, em termos espaciais como um *continuum* urbano-rural. Em relação ao econômico, não poderíamos mais definir a cidade como predominantemente industrial e o campo somente pelas atividades da agricultura e pecuária. De acordo com autor, este “Novo Rural” se define constituída dos seguintes subconjuntos:

- 1) Uma agropecuária moderna, baseada em commodities e ligada às agroindústrias;
- 2) Atividades de subsistência, que giram em torno da agricultura rudimentar e de criação de pequenos animais, que são a parte excluída do *agribusiness*;
- 3) Atividades não agrícolas, ligadas à moradia, ao turismo, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços;
- 4) Novas atividades agropecuárias, localizadas em nichos específicos de mercado.

Mior (2005) e Monteiro (2006), avaliando este subconjunto, contestam esta posição, pois quase todos estes fenômenos já estão em processo no país desde o final do século XIX, como as atividades de subsistência já existentes nos limites das fazendas agro-exportadoras ou a agricultura moderna integrada, que emergia já na década de 1970. Se referindo às atividades não-agrícolas, Mior faz um adendo, apontando em relação aos critérios destas atividades, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNADs, concluindo que “ao incluir as atividades agroindustriais como ‘não-agrícolas’, a abordagem do novo rural acaba

---

<sup>9</sup> Uma importante pesquisa foi coordenada por este autor, no âmbito do Instituto de Economia da Unicamp, o Projeto Rurbano, que aglomera vários pesquisadores e diversas universidades e institutos de pesquisa agropecuária e estuda, desde o início de 1990, a dinâmica do rural brasileiro.

desconsiderando como o processo de agroindustrialização de produtos na propriedade do agricultor remonta às próprias origens da agricultura familiar” (p. 67, grifos do autor).

É o que percebemos na nossa pesquisa, onde as várias atividades agrícolas na agrovila estão já integradas dentro da propriedade coletiva, através de processos de industrialização local conferindo um grau de produção histórico, pois aprenderam com seus pais ou através de cursos de extensão rural, geralmente oferecido pelo Estado. Estão incluídos neste rol, por exemplo, produtos embutidos como salames e lingüiça, além da farinha de fubá, mandioca e uma infinidade de produtos, como compotas de legumes e frutas através de processos artesanais. Ou seja, uma prática de longa data que se configura, atualmente, como uma das alternativas de sobrevivência.

Com relação à noção do rural como *continuum* do urbano, esta posição é afirmada por Wanderley (2000), porém, criticando a ideia urbano-centrada e a própria dicotomia campo-cidade, pois longe destes se constituírem pólos opostos, ocorre que cada um tem suas especificidades as quais não se anulam, como em questões sociais, políticas e culturais. Esta autora mostra uma característica importante do meio rural: a relação entre o ser humano e a natureza, onde se vive num espaço ainda “natural” e, podemos dizer, numa relação mais territorializada. Autores como Tönnies (1961) apud Hasbaert (2004) conferem esta característica à expressão alemã *Gemeinschaft* (comunidade), uma sociedade mais relacionada ao solo, ao sangue e uma relação mais afetiva, original, além de ser definida como uma sociedade de interconhecimento.

Wanderley (2000) afirma existir efetivamente uma mudança no “rural” um *continuum*, mas no sentido da crise do produtivismo e da valorização do meio ambiente com a crise ecológica. Cada vez mais este ambiente dependerá da “capacidade de atrair outras atividades econômicas e outros interesses sociais e de realizar uma profunda ‘resignificação’ de suas próprias funções sociais”. Nesta resignificação, ela chama atenção para a “A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas”, no título de seu artigo, analisando este “Novo-Rural” “como um espaço singular e ator coletivo”, a partir de uma abordagem territorial do desenvolvimento, da descentralização política das comunidades, da pluriatividade<sup>10</sup> com base na agricultura familiar, vislumbrando na agricultura um meio de vida, mas com outras bases, como uma produção integrada na propriedade, na própria cultura, no turismo, no artesanato e numa “percepção do rural como patrimônio a ser usufruído e a ser preservado”. (p. 96, grifos do autor)

---

<sup>10</sup> A família ou o agricultor que exerce múltiplas atividades.



Já para Graziano da Silva (1999), neste “Novo Rural” o agricultor ou a família pluriativa seriam os atores principais, mas em atividades que estariam cada vez mais associadas ao não-agrícola, sendo assim, o desenvolvimento rural seria caracterizado numa dinâmica a não ser dada mais pelo crescimento das atividades agrícolas. Para Mior (2005, p. 69), a perspectiva do “Novo Rural” é importante para o entendimento das novas dinâmicas de desenvolvimento, porém, ao reduzir a agricultura familiar a este papel “(...) da convencional forma de produção agrícola, o Novo Rural estaria a compartilhar a visão homogeneizadora da agricultura pelas forças da globalização do sistema alimentar”.

### 1.2.2 Agricultura familiar e reforma agrária como princípios do desenvolvimento rural

O contexto da agricultura familiar no Brasil é importante, principalmente no espaço catarinense, pois como se sabe, o modelo de desenvolvimento no Estado não seguiu exatamente os contornos brasileiros, apesar de, no geral, sempre acompanhar as tendências do processo de crescimento do país. (SCHIMTZ, et. ali, 2002)

Associado ao “paraíso da pequena produção”, o Estado catarinense concentra 293 municípios, caracterizados na sua grande maioria predominantemente pela atividade agropecuária e marcado pela cultura rural, herdada pela sua colonização europeia a partir do século XIX e expansão posterior para as fronteiras agrícolas. A partir desta condição e da construção de um espaço rural baseado em unidades familiares relacionado a uma estrutura predominantemente agropecuária, surge e se consolida um poderoso complexo agroindustrial, com grande relevância na construção do Produto Interno Bruto. (SCHIMTZ, et. ali, 2002)

Em Fraiburgo, apesar da maior parte da população ser urbana, como mostra o censo de 2000 do IBGE, sua população total é de 32.948 habitantes e vivem no meio urbano 27.623 habitantes, e no rural 5.325 habitantes, entretanto, teremos um município rural<sup>11</sup>, com atividades predominantes agrícolas, como o cultivo da maçã e outras frutas de clima temperado adaptadas bem ao clima da região, a plantação do pinheiro (*pinus*) e a produção principalmente de milho, feijão, soja, bovinocultura do leite, gado de corte, piscicultura, suinocultura, avicultura e o fumo, estes últimos produzidos principalmente pela agricultura

---

<sup>11</sup> Se adotássemos o critério da OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, onde as regiões essencialmente rurais, mais de 50% da população vivem em comunidades rurais com menos de 150 habitantes por quilômetro quadrado, Fraiburgo com 75,8 hab/km<sup>2</sup>, e com atividades predominantemente agrícolas, se encontraria nesta posição.

familiar. Em relação à agricultura orgânica, existe alguma produção, mas é pouco expressiva<sup>12</sup>.

O município tem a maçã como principal produto da agricultura, importante fonte para economia e empregos. Nas suas rodovias, podemos ver as grandes plantações em volta da cidade juntamente com as empresas do ramo. Também dentro da cidade existe uma grande indústria de papel, uma das alternativas econômicas do município, pois além das extensas plantações de maçã, notamos a monocultura do pinheiro (*pinus*) em moderadas e grandes plantações. Porém, também nota-se uma rica agricultura familiar, localizada nos acessos mais difíceis do município. (BURKE, 1994)

Tabela 01 - Estrutura fundiária de Fraiburgo

Levantamento Agropecuário de Santa Catarina 2002-2003 – Dados Preliminares

Área em hectare	Menos de 10	10 a 20	20 a 50	50 a 100	100 a 200	200 a 500	500 a 1000	Total
Número de estabelecimentos	148	317	166	56	30	15	04	736

Fonte: Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural

Como se percebe na estrutura fundiária do município, a pequena e média propriedade são significativas. Geralmente estas estão localizadas na periferia do município, como observado, assim como os assentamentos. Enquanto as grandes propriedades se encontram mais centralizadas perto da cidade e infra-estruturas das empresas, as indústrias da cidade são todas ligadas ao ramo agroindustrial, como empresas de maçã e de celulose, as quais empregam a maioria dos trabalhadores rurais. Somente a agroindústria, de acordo com dados da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional-SDR-Videira (2003), em 2001 empregou 4.241 trabalhadores formais nas atividades agropecuárias. Existem também pequenos empreendimentos em turismo rural, como alguns hotéis e pesque-pague e um parque aquático. (Instituto CEPA/SC, 2003)

Destaque para a mudança fundiária com a implantação de sete assentamentos destinados à reforma agrária no município, destes a maioria são organizados pelo MST. Os movimentos sociais do campo e a Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – veem a necessidade de rever o papel do meio rural e da agricultura no desenvolvimento a partir da reforma agrária e por políticas públicas diferenciadas para a

<sup>12</sup> EPAGRI/Produção agropecuária 2007

agricultura familiar. Esta demanda originou a implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf<sup>13</sup>, a partir da pressão social em torno do Estado. (MIOR, 2005)

Este projeto de desenvolvimento com base na agricultura familiar e na reforma agrária é defendido por algumas instituições e pesquisadores brasileiros. O importante documento com o título “Diretrizes de políticas agrárias e desenvolvimento sustentável” da FAO/Inca, (1994), nos oferece uma base desta proposta, o qual apresenta diretrizes de desenvolvimento através do fortalecimento da agricultura familiar, por meio de um processo de reforma agrária e da criação de um ambiente institucional favorável à implementação deste tipo de agricultura, como linhas de crédito para custos e investimentos, pesquisa agropecuária, extensão rural, infraestrutura e assistência técnica.

Outros trabalhos também apontam à importância que a agricultura familiar tem na produção agropecuária, seja nas agroindústrias como no *agrobusiness*. Neste último, por exemplo, estaria respondendo por 31,6% da produção de soja, 39,9 da produção de aves e 48,65 da produção de milho, além de 37,9% da produção agropecuária brasileira, portanto, um importante segmento da economia nacional. (GUANZIROLI et al., 2001, p. 7)

Para Abramovay (2003), qualquer estratégia de desenvolvimento rural no Brasil, necessariamente passa pelo fortalecimento da agricultura familiar e pela realização da reforma agrária, diante da criação de um quadro institucional que construa bases para este desenvolvimento, através de fortes investimentos na área de educação e profissionalização dos agricultores.

### 1.2.3 Agricultura familiar, redes de desenvolvimento e sustentabilidade

Mior (2005), em seu recente trabalho sobre o desenvolvimento rural no oeste catarinense, abordando também a região de Fraiburgo, analisa que as alternativas existentes para a agricultura familiar estariam nas suas próprias bases. Ou seja, nas redes de desenvolvimento com a agroindústria tradicional, surgindo também no horizonte novas redes baseadas na abordagem territorial, relacionadas com produtos artesanais e orgânicos e/ou agroecológicos, com raízes históricas na região, fomentadas por projetos estatais e pelos movimentos sociais.

---

<sup>13</sup> Pressionado pelo Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais e tendo o documento da FAO/Inca (1994) como base, o Ministério da Agricultura institui em 1995 a Secretaria de Desenvolvimento Rural, posteriormente, articulando a criação do Pronaf (MIOR, 2005).

Sendo assim, não existiria uma contradição entre as empresas integradas e a agricultura familiar e sim uma complementação. O que vem ocorrendo é uma maior especialização a partir dos anos de 1990, excluindo parte dos agricultores familiares, mas estes vêm encontrando a partir de inovações, pressões sociais e incentivos estatais, nichos específicos os quais estariam no rol das alternativas de sobrevivência. (MIOR, 2007)

De acordo com este autor, houve um processo de re-espacialização das agroindústrias convencionais, gerando fundamentais desdobramentos neste território, associado ao amadurecimento do *cluster*<sup>14</sup> agroindustrial do oeste catarinense, destacando-se novos agentes associados à “desverticalização” do processo produtivo. Este estaria associado ao fortalecimento das redes verticais tradicionais, baseada na agroindústria convencional até o surgimento de novas redes, estas baseadas nas agroindústrias familiares. (MIOR, 2007)

Este processo vem acompanhado por um processo de descentralização administrativa, emergindo atores que buscam a constituição de novas redes, destacando-se os programas estatais, como a recente política de apoio à agricultura familiar (Pronaf) e a revisão da legislação (criação de lei da agroindústria artesanal), sugerindo e efetivamente construindo um novo ambiente institucional e organizacional nas atividades produtivas de agregação de valor dos agricultores familiares, evidenciando, desta maneira, um processo crescente de legitimação da agroindústria de base familiar diante de uma região conhecida como espaço hegemônico da atuação da agroindústria convencional. (MIOR, 2007)

O surgimento de novas redes de desenvolvimento rural a partir das agroindústrias familiares ocorre na reconstituição de suas redes de relações históricas com o território local/regional, mobilizando recursos sociais e naturais internos e externos no processo de construção das agroindústrias. Estas novas redes são fomentadas e constituídas por institutos de desenvolvimento como a Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina-Amosc, Ong's como a Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste catarinense - Apaco e movimentos sociais como o MST. (MIOR, 2007)

Ao mobilizar estes recursos, estes atores introduzem novas convenções de qualidade na produção, processamento, distribuição e consumo de alimentos, complexificando as redes associadas à agroindústria convencional e familiar através de redes sócio-técnicas, captando recursos sociais e novos atributos de qualidade nas agroindústrias familiares, podendo ser

---

<sup>14</sup> O autor define “cluster” como sinônimo de “distrito industrial”, como veremos mais adiante, é um conjunto de empresas, em geral pequenas e médias do mesmo segmento, concentradas em uma região geográfica e operam em regime de intensa cooperação, executando cada firma um estágio do processo de produção. Existem outras tipologias, baseadas nos distritos industriais, onde as grandes empresas privadas ou estatais impulsionam as pequenas (MIOR, 2005).

definida como uma reterritorialização da agricultura familiar, através do resgate histórico-cultural e de um processo de desenvolvimento territorial, inserindo no circuito a produção agrícola associada à cultura, através de produtos que sempre estiveram no rol da subsistência, mas com atributos atualizados na produção e modernização das técnicas e comercialização.

As Cooperativas dos Assentamentos de Reforma Agrária – CooperOeste, constitui atualmente um exemplo deste processo. Através do MST, em 1992 é fundada a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária – Concrab, que articula em nível nacional a produção dos assentamentos. Em 1997, foi constituída a CooperOeste em São Miguel do Oeste, extremo oeste catarinense, além de outras cooperativas de crédito, surgindo um rico processo de aprendizagem com a ideia fundamental que para a viabilidade de uma agricultura familiar era preciso a organização da produção via cooperativas, surgindo a marca “Terra Viva”, um grande laticínio de processamento de leite e fabricação de queijos, uma inovação organizacional que permitiu uma ampliação da área de influência do MST em todo o Estado, surgindo outras cooperativas, como a Coopercontestado – Cooperativa dos Assentados da região do Contestado na região estudada com a mesma atividade e as CPA’s nos assentamentos. Atualmente, estas cooperativas interagem com o mercado das *comodities*, através da comercialização de queijos. Sendo assim, também participam de redes, atuando em nível globalizado. (MIOR, 2007)

#### 1.2.4 Agroecologia

Outro processo político, social e técnico analisado no debate do desenvolvimento rural é o papel da agroecologia. Ainda padecendo de um corpo teórico e metodológico definido, se confundindo ora como um instrumento técnico-científico e ora como política de desenvolvimento, também vem sendo utilizada como ferramenta ideológica por movimentos sociais e grupos de agricultores familiares, como contraponto tanto para o resgate da cultura camponesa, quanto uma alternativa de sobrevivência à marginalização econômica causado pelo mercado globalizado. (ALMEIDA, 2003)

A agroecologia, na sua acepção científica, pode ter inúmeras definições, como agricultura sustentável, alternativa, orgânica, ecológica e outras. É baseada no cultivo de plantas e na criação de animais, com a interação do ser humano. Portanto, envolvendo diversos níveis, através de técnicas sejam tradicionais ou científicas, numa interdependência entre cultivos, fauna, solo e florestas, atuando com as populações humanas. (ALTIERI, 2002)

No desenvolvimento rural sustentável, a agroecologia estaria englobada pelos objetivos da sustentabilidade de promover a saúde dos agricultores e dos consumidores, evitando os agrotóxicos, mantendo a estabilidade do meio ambiente através de processos naturais, como os ciclos de nutrientes, a fixação do nitrogênio e o controle de pragas por predadores naturais. No campo socioeconômico, garantiria através de dispositivos regulativos, assegurarem os lucros dos agricultores e a produção, respondendo à demanda atual, mas pensando nas gerações futuras. (ALTIERI, 2002; GUIVANT, 2002)

Altieri (2003) elucida, quando aproximamos a questão ambiental dos princípios agroecológicos, a proposta de que o desenvolvimento rural sustentável deve levar em conta a pobreza rural, assim como a degradação dos solos e cursos d'água, salientando que o enfoque agroecológico e suas técnicas são compatíveis com a cultura camponesa, pois se baseiam no saber tradicional dos camponeses, combinados com a ciência e com a agricultura moderna. Além disto, as técnicas são ecológicas, pois não modificam nem transformam radicalmente os espaços dos camponeses, mas identificam elementos de manejo, propiciando um melhor aproveitamento da propriedade ou assentamento rural.

Partindo além destes princípios, a agroecologia também se apoia na base das culturas tradicionais, que conseguem apreender o potencial agrícola dos sistemas sociais e biológicos em processos de evolução. Sendo assim, tem a visão de que a ciência é uma das vias do conhecimento (princípios da contingência e complexidade da sustentabilidade), mas também incorpora o componente étnico do qual emerge a sociabilidade e a cooperação, pois pressupõem o cuidado não só consigo mesmo, mas com o coletivo, de homens, mulheres e seres vivos que convivem no meio rural. (NETO & CANAVESSI, 2003)

Ultrapassando este campo técnico-científico e multidisciplinar, pode-se também contextualizar a agroecologia no processo político e social a qual está inserida. Sendo assim, será um conceito em mutação de acordo com seus objetivos, extrapolando os campos da agricultura e da ecologia humana. Neste caso, devemos assumir, então, que além dos seus princípios de sustentabilidade ambiental ela se encontra num domínio político-ideológico. Desta maneira, ela também pode ser vislumbrada como uma técnica contra a racionalidade hegemônica vivida no campo, por isso um elemento político de resgate da cultura camponesa, ou seja, de reterritorialização, da preservação ambiental com técnicas ecológicas e da conquista de mercados alternativos para agricultores marginalizados.

De acordo com Almeida (2003), a agroecologia tem um grande potencial de mudança e é imprescindível para sua consolidação um verdadeiro movimento social em prol de sua implementação, pois difere de modelos tradicionais e é embasada principalmente na

experiência local, na descentralização, na democracia e no uso racional dos recursos naturais. Entretanto, este autor aponta como os atores sociais demandam mudanças e resultados imediatos além de concretos, os objetivos iniciais e suas aspirações utópicas acabam se perdendo pelo caminho. Schmidt (2001) não vê problema algum entre a agricultura orgânica e o mercado, conquanto que exista uma ética institucional a este tipo de agricultura e esta sempre esteja colada à agricultura familiar, onde os próprios atores poderão fazer sua produção, controle de qualidade e comercialização, com o apoio do Estado.

Neste contexto, esta reterritorialização através da agroecologia é feita no campo subjetivo através do ensino, da construção de novos saberes e mesmo do resgate histórico tradicional, para posteriormente ser concretizado o projeto materialmente, no caso, através do cultivo de produtos agroecológicos e do cuidado com nascentes d'água e com a preservação de espaços naturais, ou seja, na prática e na promoção da sustentabilidade no campo.

### **1.3 Desenvolvimento territorial**

Antes de adentrarmos na abordagem territorial, é importante ver o contexto histórico de onde ela surgiu, para depois analisarmos como estas ideias brotaram aqui no Brasil e como o Estado vê a implementação de uma nova política de desenvolvimento rural. Nesta abordagem, se sobrepõe um viés econômico perante o território, porém, tem valiosa discussão acerca da territorialização cultural e social que efetivamente encontramos em dado espaço e que, necessariamente, não são separadas.

A abordagem territorial ou local<sup>15</sup> teve origem na Europa após as crises econômicas e sócio-políticas<sup>16</sup> da década de 1970 e 1980 e, em alguma medida, se converteram para outras regiões do globo, como foi o “maio de 68” na França e o movimento ambientalista. Vivia-se, naquele momento, uma crise de paradigmas dos anos pós-guerra, do modelo de produção fordista marcado pela produção e consumo em massa, a organização do trabalho e regulação macroeconômica centralizada tipo Keynesianas. (CAZELLA, 2002)

Wanderley (2000) aponta outros fatos de relevância, como o esvaziamento do espaço no campo por um modelo agrícola baseado nas grandes fazendas monocultoras e a questão ecológica em pauta pelos movimentos sociais, reiterando que o rural terá uma revalorização

---

<sup>15</sup> Prefere-se o termo territorial em vez de local, em vista de que o primeiro conota a ideia de um espaço maior e não somente um local específico. Seria uma região por assim dizer, já que este tipo de desenvolvimento não se reduz a pequena dimensão, por conseguinte, não remete a idéia de localismo ou autarquia. (CARRIÈRE & CAZELLA, 2006)

<sup>16</sup> Cf. um histórico deste tema em Cazella (2002).

através das atividades agrícolas associadas à paisagem e à preservação ambiental, ganhando um lugar de notoriedade pelas instituições governamentais.

Quando o modelo do Estado centralizado em países como a França fracassa, colocando em xeque este tipo de política, a descentralização ganha status, passando para as regiões mais autonomia, gerando um re-ordenamento territorial questionando, desta forma, a desertificação social do meio rural como um dos empecilhos para o desenvolvimento. Este pensamento também surge dentro de um contexto em que além de questões econômicas, existiria uma base social de “uma geração que aprendeu na escola a importância do local”, valorizando o ser humano e seu enraizamento social. Outro aspecto desta mudança, este mais econômico, parte da experiência italiana no fenômeno chamado de “sistemas industriais localizados”, o que alguns pesquisadores chamam de “Terceira Itália”<sup>17</sup>, que são distritos industriais constituídos por pequenas e médias empresas e que, em alguma dimensão, influenciaram outros países da Europa. (CAZELLA, 2002)

Diferenciado do modelo tradicional e fordista, os distritos industriais são marcados por um ambiente social e econômico ancorados localmente e por relações entre as empresas e a comunidade local, caracterizadas pela reciprocidade. Sua base de divisão em pequenas firmas especializadas em um segmento produtivo gera uma variedade de produtos em pequena escala, em contraste com a produção em massa e estandarizada fordista. (CARRIÈRE & CAZELLA, 2006)

O desenvolvimento sustentável, assim como o ecodesenvolvimento, são mais ou menos tributários deste movimento de valorização do local, da descentralização política e econômica e da ideia de que os próprios atores locais é que devem assumir o desenvolvimento de uma região (CAZELLA, loc.cit.). No Brasil, estas ideias tomam forma a partir da constituição de 1988, pela redemocratização da sociedade e pelas transformações posteriores, quando aumentam as atribuições para as esferas municipais. Quem se apropria deste discurso da descentralização e da ideia de um desenvolvimento ascendente, alicerçada nas forças vivas do território, foi justamente a agricultura familiar e os movimentos sociais do campo, como o MST. (CARRIÈRE & CAZELLA, 2006)

Estas transformações, a partir do contexto histórico-social, ativam políticas importantes no meio rural brasileiro, como políticas públicas de crédito agrícola para a

---

<sup>17</sup> Vocábulo introduzido na literatura especializada, visando nomear as áreas localizadas no centro e no nordeste da Itália que se diferenciam, do ponto de vista socioeconômico, ao mesmo tempo, do triângulo formado pelas cidades de Milão, Turim e Gênova (1ª Itália) no noroeste e do Mezzogiorno no sul (2ª Itália) (CARRIÈRE & CAZELLA, 2006).



agricultura familiar e programas de educação para os assentamentos rurais, formando um território de conquista social e democrático legítimo.

Contudo, é importante salientar que, em vista das especificidades de países como o Brasil, as políticas territoriais que atualmente compõem o rol do Estado brasileiro visam a diminuição da pobreza, principalmente aquela do meio rural, bem diferente da Europa, onde a adoção de seus princípios foi proposta na redução das disparidades de regiões “mais ricas e menos ricas”. (CARRIÈRE & CAZELLA, 2006)

### 1.3.1 Espaço e poder

A abordagem territorial se inspira em teorias do modelo de desenvolvimento centralizado, como “os pólos de crescimento”, de François Perroux. Entretanto, o pensamento deste autor pertence à corrente descendente do desenvolvimento predominante até a década de 1970, e apontava o Estado como o organizador e a grande empresa investidora. O desenvolvimento era preconizado estritamente a um grupo de pessoas e empresas, não considerando as diferentes regiões e categorias sociais dentro de um espaço e cuja exclusão faz parte do processo. (CARRIÈRE & CAZELLA, 2006)

Contudo, Perroux (1981) sintetiza valiosas contribuições para o pensamento do desenvolvimento, apontado por Furtado (1980), como a questão dos efeitos de dominação que estão efetivamente ligados a processos sociais no espaço, passando a largo das análises neoclássicas, cujo aspecto central é o econômico.

Portanto, teremos a questão do poder e, assim, o território, como lócus espacial e simbólico do desenvolvimento. A noção da abordagem territorial rompe profundamente com o território ideal, onde a mercadoria é trocada livremente por mecanismos ideais, como concorrência, preços, geografia, informação e tecnologia, um rol de elementos hegemonizando um território (e longe de representarem um simples assessorio) que são a base de qualquer ação para uma comunidade se desenvolver nas sociedades capitalistas modernas.

Outra contribuição para o desenvolvimento territorial de Perroux (1981), através da teoria dos pólos de crescimento, é a questão dos centros industriais. Compreende-se que um processo de desenvolvimento sem os mecanismos de polarização, o que na leitura de Perroux eram os centros industriais, deve acontecer através de um centro urbano, seja ele pequeno, médio ou grande, sendo que este é imprescindível a um processo de desenvolvimento, já que

neles estão centralizadas toda a assistência tecnológica, contábil, de formação profissional, etc.

### 1.3.2 O espaço como território dado e território construído

De acordo com Carrière e Cazella (2006), não existia um diálogo entre as análises geográficas sobre o espaço e as reflexões sobre o desenvolvimento até a década de 1970. Atualmente, as reflexões que partiram desta relação se inscrevem na questão do “espaço-lugar”, antes visto como simples suporte das atividades econômicas no desenvolvimento e substituída pela ideia do “espaço-território”, carregado de vida, de cultura e de possibilidades para o desenvolvimento.

Os autores apontam o território como um leque de possibilidades para o desenvolvimento, através dos atores sociais locais e dos recursos naturais alocados. Ainda mais, a noção ultrapassa uma visão elitista do espaço como somente uma fonte de recursos humanos e naturais pelo poder externo de empresas e do Estado, deixando as comunidades locais como coadjuvantes de um processo, o qual é visualizado como autônomo e de reciprocidade entre os vários atores sociais públicos e privados.

A partir desta concepção, o território, então, é visto como “(...) o resultado da confrontação dos espaços individuais dos atores nas suas dimensões econômicas, socioculturais e ambientais.” Ele não se opõe ao espaço-lugar funcional e é visto como uma configuração mutável, provisória e inacabada, e sua construção pressupõe uma relação de proximidades dos atores (CARRIÈRE E CAZELLA, 2006, p. 34). Portanto, transcende a ideia de espaço meramente físico ou geográfico e com base no poder, o complexifica nas dimensões humanas, sociais, culturais e históricas. Quando este espaço social é tratado como uma confrontação de atores nas suas várias dimensões, vai ao encontro da nossa noção de campo de forças. Também agrega a noção de mobilidade e da periodicidade, podendo existir e se desfazer; sendo assim, trabalhamos com uma concepção similar de território.

Saímos também de uma visão idealista da economia neoclássica e partimos dos conflitos do espaço. A conformação do território pode conter ou não objetivos comuns entre determinados atores sociais, por isso, existiria uma diferença entre um território político-administrativo, antecipadamente já dado. Mas nem por isso existe algum tipo de relações sincrônicas com um território construído a partir de relações objetivas e subjetivas comuns.

Assim, dentro de um território dado, podem existir vários territórios construídos que se sobrepõem solidariamente ou se excluem.

Neste sentido, o território é visto conforme Carrière e Cazella (2006, p. 34) como “uma criação coletiva e institucional”, ou seja, a criação humana se associa entre as instituições informais (costumes e representações coletivas da sociedade que desempenha papel informativo e cognitivo) e formais (desempenha um duplo papel, corrigem de certa forma a insuficiência das instituições informais, organizando o sistema econômico, além da sua existência estrutural e concreta), nas quais as últimas exercem o papel do poder instituído, o poder territorial econômico e político hegemônico em determinado contexto, podendo aliar o território dado, na maximização dos recursos, com elementos materiais (recursos naturais) e imateriais (simbólicos-culturais) relacionados nos territórios construídos.

Teriam uma maturação econômica, quando os territórios construídos se relacionam de comum acordo para tirar vantagem de aspectos locais culturais e naturais relacionados, transformando isso em renda. Nesta concepção, o próprio território é visto como um produto a ser “comercializado”, porém, para isso ocorrer observa-se um importante princípio, o da articulação de diferentes atores locais, privados e públicos, em ações mercantis e não-mercantis. Seria, então, uma “oferta combinada e coerente de atributos territoriais”, chamados de “cestas de bens<sup>18</sup>” pelos teóricos do desenvolvimento territorial.

Há especificidades neste processo, pois como já vimos, não existe um modelo universal de desenvolvimento. Além disto, permanecem também questões contraditórias implícitas no poder hegemônico, pois num mesmo território dado podem existir vários territórios construídos, havendo a possibilidade de se excluírem, através dos conflitos sociais que aí emergem.

Assim, esta dinâmica territorial pode erigir uma figuração que exclui determinados estratos sociais ou comunidades inteiras, caindo no risco da “elitização” e na apropriação do que os autores citados chamam de “renda de qualidade territorial”. Seriam os recursos naturais aliados a fatores culturais que um território comporta, gerando desigualdades sociais e concentração de renda ou a própria expulsão indireta do território dado, ou seja, usando não uma violência física, mas simbólica e econômica.

---

<sup>18</sup> Cf. em PECQUEUR, Bernard. **Qualidade e desenvolvimento territorial: a hipótese da cesta de bens e de serviços territorializados** In: Desenvolvimento Territorial Sustentável, Revista Eisforia, ano 4, vol. 4, Florianópolis, 2006, pp. 135-154.

### 1.3.3 Cooperação, descentralização e educação como princípios básicos do DT

Diante deste processo, existem alguns aspectos operacionais da teoria do desenvolvimento territorial que são imanentes a qualquer ação territorial. Ressaltam-se as peculiaridades intransferíveis de cada território, como o saber-fazer ligado a um produto, à história, à cultura, a uma tradição local, tais como o artesanato, os pratos típicos e as festas tradicionais, um produto local recriado como uma construção social. Neste sentido, o território é criado através do sistema de atores sociais.

Para uma estratégia de desenvolvimento, primeiramente o planejamento e a pesquisa seriam de fundamental importância a fim de elaborar as potencialidades dos recursos locais, transformando aspectos negativos (como resíduos em atividades agro-pastoris) em projetos de desenvolvimento. A cooperação seria a mola propulsora entre os diferentes atores sociais (pesquisadores, associação civil, empresas privadas e órgãos públicos) nos territórios inseridos, pressupondo áreas de convergências, assim como a reformulação dos mecanismos centrais urbanos concentrados nos grandes pólos. Neste sentido, o desenvolvimento territorial torna-se tributário direto da descentralização político-administrativa, sendo um pressuposto para o sucesso das suas operações. O Estado centralizado deve somente limitar e auxiliar as iniciativas locais. (CARRIÉRE E CAZELLA, 2006)

Através de alguns exemplos concretos do que exatamente seria esta construção territorial social e solidária entre variados atores locais de uma região, os autores supracitados se baseiam em experiências europeias bem sucedidas de turismo rural e paisagístico (como monumentos e museus a céu aberto e o convívio com valores campestres), os quais resgatam valores e produtos tradicionais. Porém, outros estudos como o de Cristóvão (2000), salientam a peculiaridade deste processo em países da Europa, como Portugal, onde existe uma periferia não contemplada com tal iniciativa de desenvolvimento, gerando uma elitização destas atividades.

Neste caso, os aportes à educação e à formação profissional se tornam imprescindíveis através de programas e de políticas públicas. No caso do campo brasileiro, é urgente a adoção concreta da educação básica à superior, já que os índices de analfabetismo, apesar de estarem diminuindo, ainda continuam altos.

### 1.3.3.1 A educação do campo

Damasceno & Beserra (2004) apontam como um dos primeiros problemas que devemos enfrentar, quando falamos em educação do meio rural atualmente, está no significado que o rural adquiriu, quando a realidade é muito diferente de décadas passadas, principalmente no que Wanderley, (2002), assinala no sentido da valorização do rural<sup>19</sup> e da crise das cidades despontando assim, para uma nova ruralidade no mundo, presente nas sociedades modernas, sendo visto agora como um lugar de preservação ambiental, de produção, como reservas de recursos naturais, mas ultrapassando a visão produtivista agrícola, para um espaço rural mais integrado com as cidades em que estão presentes também territórios de vida, cultura, lazer, turismo e de moradia.

Estas transformações estão relacionadas por sua vez com as revoluções técnico-científicas e informacionais das últimas décadas e o debate em torno de outro paradigma de desenvolvimento que põe em dúvida o atual. Somam-se também mudanças políticas, econômicas e sociais mundiais, como a descentralização dos Estados e a crise do modelo fordista de produção, amarrado a homogeneização cultural e espacial que o neoliberalismo impõem. É deste processo que se origina o conceito de Desenvolvimento Sustentável (SANTOS, 2002b; WANDERLEY, 2002)

Podemos dizer que no Brasil, este processo mundial se intensificou a partir da redemocratização que se instalou na sociedade brasileira na década de 1980, através da abertura política que revigora a capacidade de mobilização dos movimentos sociais, impingindo uma nova forma no tratamento da democracia brasileira e de questões sociais como a educação e o meio-ambiente (SCHERER-WARREN, 1993).

No campo brasileiro está ação também acontece através dos movimentos sociais na luta social pela reforma agrária e os direitos sociais como o MST, os seringueiros (posseiros e índios) na Amazônia, os indígenas, os movimentos dos camponeses atingidos por barragens e várias Organizações não-governamentais – ONG's, alguns partidos políticos e religiosos. Percebe-se que as práticas políticas destes movimentos sociais rurais se alinham também ao movimento ecológico, numa luta baseada na humanidade, na democracia, na luta pela

---

<sup>19</sup> De acordo com Veiga (2002), um terço dos municípios rurais ostenta taxas de crescimento demográfico superiores à média nacional. Também é apontada a existência de 1109 municípios rurais atraentes, com uma população de 14,4 milhões de habitantes, que na década de 1991-2000 cresceram 31,3%, em contraste com 2025 municípios evanescentes que perderam 5,3% de sua população, enquanto 1351 municípios, qualificados como letárgicos, conheceram um crescimento de 9,7, inferior à média nacional, de 15,5%.

identidade cultural e modos de vida, defendendo o direito da preservação do meio-ambiente. (SCHERER-WARREN, 1993).

Pode-se dizer que a educação para a população rural no Brasil que é tratada atualmente por outra denominação e perspectiva, chamada de Educação do Campo, partiu da origem destes movimentos (CALDART, 2004).

Furtado (2007), a descreve como uma educação que incorpora experiências históricas variadas, assim como a própria vida cotidiana do campo, como os espaços dos assentamentos rurais, da agricultura familiar, dos ribeirinhos, dos índios, quilombolas, arrendatários, enfim, a realidade que se vive neste lugar chamado campo brasileiro, expressando ainda sua luta contínua contra a exclusão e por políticas públicas pelos seus direitos como cidadãos.

Além disto, como demonstra Veras (2005), a educação que partiu de movimentos sociais como o MST, incorporou o fator da sustentabilidade em suas linhas discursivas gerais. Caldart (2004), aponta que a Educação do Campo se trata de uma nova perspectiva de educação para as populações rurais. É uma educação **No Campo** pois “o povo tem direito de ser educado no lugar onde vive” e **Do Campo**, por que “o povo tem direito a uma educação pensada desde o lugar e com a sua participação, vinculada a sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais”.

É uma educação que se constitui como um campo específico de conhecimento e alimenta ações, no sentido de construir uma outra idéia do meio rural. Aquela concepção de que o campo é um lugar de atraso e o mito de que a cidade é um lugar de progresso, se descortina e dá vazão à idéia que um é complementar ao outro. Aliado a isto, esta educação constitui um processo conjunto dos sujeitos da própria mudança, que são os movimentos sociais populares do campo e que tem na história destes, experiência e alternativas de educação, incorporadas pela luta atual de uma transformação da vida no campo sendo assim, ela vem sendo elaborada há muito tempo. (CALDART, 2004).

Se re-visitarmos o passado vamos perceber o quanto as pessoas recriaram e reivindicaram espaços de educação, diferente da pedagogia extensionista, e que tinha como objetivo a emancipação humana, como é o caso das propostas educativas desenvolvidas pelo MEB – Movimento de Educação de Base, na educação de adultos e as pelas Comunidades Eclesiais de Base - CEB's, uma educação de base e popular e que fazia parte dos movimentos educacionais e culturais de contestação antes e na época da ditadura militar. (PAIVA, 1987)

Neste período, houve uma ampla movimentação em defesa de uma educação popular e tinha como fundamento, que esta deveria ser gerada pelos próprios movimentos sociais. De acordo com Paiva (1987) era um conjunto de práticas, que incorporava a luta social do

processo histórico que estavam imersos a população, sendo compreendida como uma estratégia mesmo de sobrevivência e libertação.

Os movimentos de educação popular, por exemplo, usavam emissoras de rádio comunitárias como um espaço de comunicação e aprendizado, especialmente voltados a população rural, onde o acesso era difícil para empreender uma escola. Tinham forte influência da pedagogia libertadora de Paulo Freire e como principal objetivo, o de formar a população, preparando-a para as reformas estruturais, como a Reforma Agrária, tendo como base que a educação, era um meio de transformação do mundo e que visava à conscientização (BRANDÃO, 1986).

Entretanto, veio a ditadura pelo golpe militar de 1964 e extinguiu este movimento, ficando alguns focos de resistência mantido pela Igreja Católica progressista, lideranças comunitárias e organizações de base. Com a redemocratização da década de 1980, os movimentos sociais se rearticulam e entram no cenário nacional em 1990, desenvolvendo práticas inovadoras na educação, que tem raízes nestes movimentos anteriores. De acordo com Caldart (2004), a produção pedagógica dos movimentos sociais, constituiu fundamentos importantes, que estão no movimento atual da Educação do Campo.

A Educação no Campo reitera a questão política e social na sua discussão teórica e prática apontando a fraca democracia do país, quando traz a história dos movimentos sociais como um diálogo de construção da cidadania. Se relacionarmos com a sustentabilidade, também encontraremos um sentido democrático e participativo como afirma Sachs (1993) quando se refere a Rio-92, Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente – CNUMA, realizada no Rio de Janeiro em 1992, ele salienta que o grande desafio desta era reconhecer uma nova ordem política e institucional, baseada numa genuína democracia participativa nos níveis locais (rural e urbano), nacionais e globais, não foi por acaso que desta conferência nasceu a Agenda 21, pautada sobretudo na descentralização governamental e no desenvolvimento local.

Sendo assim, existe todo um desenvolvimento em torno da idéia de uma outra educação para as populações do campo, sendo construída ao longo da década de 1990 e atualmente. Vários estudiosos e pesquisadores brasileiros de universidades públicas e privadas, instituições e movimentos sociais estão engajados na construção de um novo paradigma de educação.

Como Miguel Arroyo (2004), um dos maiores estudiosos da educação brasileira, aponta como um dos elementos primordiais deste processo, a legitimidade da luta por

políticas públicas específicas para o campo e um projeto de educação próprio dos seus sujeitos, os camponeses, arrendatários, posseiros, quilombolas, ribeirinhos, índios e outros.

Este autor afirma que estas políticas públicas estariam baseadas num “outro” tratamento público para a educação e que não tenha mais o cunho privado e de políticas compensatórias, como foi a Educação Rural. Uma reivindicação, afirma este autor, que vem se assegurando, pela entrada desta questão na agenda dos movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores rurais, pressionando as prefeituras, os estados e a própria federação neste sentido.

Este debate também entra na discussão sobre a nova ruralidade que vem surgindo nos espaços rurais contemporâneos, que apresenta uma nova forma, baseada na diversidade e mobilidade social e se articula diretamente com a dimensão do desenvolvimento num enfoque territorial e sua relação com o meio rural e a proteção do meio ambiente (WANDERLEI, 2002).

Esta visão está de acordo com Caldart (2004a), quando diz que a grande questão que envolve a Educação do Campo e a participação e sua contribuição no debate sobre desenvolvimento no Brasil, passa a assumir uma visão de totalidade, em contraposição à visão setorial e excludente que ainda predomina no Brasil sendo que, reforça-se a idéia de que é importante e possível fazer do campo uma opção de vida e não mais associado somente a uma visão de produção e de recursos naturais.

A Educação do Campo tem um grande vínculo com os movimentos sociais do campo e afirma-se que seus ideais só se tornarão realidade se permanecerem colados a estes movimentos, pois são eles que dão vida ao campo e a própria educação (CALDART, 2004).

Entretanto, não se pode afirmar que é um projeto somente de quem participa destes movimentos sociais ou dos assentamentos rurais, inclusive o Estado e outras instituições da sociedade estão participando do debate, justamente para construir um projeto de educação que contemple todo o campo.

Sendo assim, este é um grande desafio que a Educação do Campo enfrenta atualmente, conjugar os veios teóricos pedagógicos que nasceram dos movimentos sociais, num projeto que considere o conjunto do povo brasileiro que trabalha e vive no e do campo. Além disto, de acordo com Cardart (2004), este projeto de educação terá que dialogar com a teoria pedagógica, em torno de uma concepção de ser humano, dentro da tradição crítica e emancipadora e também da justiça e da igualdade social, justamente pelo seu princípio democrático e universal



De acordo com dados do IBGE<sup>20</sup> de 2000, a população residente no meio rural brasileiro é de um quinto do total, ou 18,8%, chegando a 32 milhões de pessoas. Como demonstra Furtado (2007), comparando com os residentes na área urbana em termos de capital físico (recursos financeiros) e capital sociocultural (escolaridade e frequência escolar), a população rural está em franca desvantagem, refletindo a intensa urbanização pela qual passou o país e a hierarquia campo-cidade instalada nas sociedades modernas após a industrialização, com maior intensidade em alguns países como o Brasil, por sua peculiaridade histórica.

Os índices de analfabetismo são preocupantes<sup>21</sup> e não estão incluídos os analfabetos funcionais, ou seja, aqueles que têm até a 4ª série completa e muitos dos quais não sabem ler e escrever. A região de maior índice de analfabetismo é o Nordeste, chegando a 42,7 % da população rural, enquanto no Sul é de 12,5%, configurando o menor índice. (FURTADO, 2007)

Isto é comprovado quando pesquisas como a de Furtado (2007) denunciam como é realidade da escola no meio rural. Ainda hoje em dia, são comuns aulas improvisadas em galpões e material didático para as crianças ou mesmo giz e quadro para escrever é uma raridade. Inclusive, nas aulas noturnas de algumas escolas da educação de jovens e adultos, ainda são usadas as velhas lamparinas para acompanhar o que a professora escreve no quadro.

De acordo com Damasceno & Bezerra (2004), para tentar mudar este quadro, atualmente existe uma política de descentralização e há a obrigatoriedade expressa na Constituição de 1988, determinando à União, aos Estados e aos municípios proporcionarem meios de acessos à educação, como transporte aos alunos do ensino fundamental no meio rural. Estas autoras apontam algumas mudanças significativas referentes às políticas públicas de educação. Uma primeira tendência desta mudança seria as escolinhas multisseriadas e isoladas, sendo substituídas por escolas centralizadas numa comunidade, garantindo aos alunos acesso à escola através do transporte escolar, seguindo o modelo urbano.

Entretanto, Ribeiro (2007) salienta que este modelo já vem acompanhado de contradições históricas. Pesquisas no estado do Pará, Mato Grosso e Minas Gerais ainda demonstram a precariedade física destas escolas, o transporte e a merenda inadequados para as crianças e, muitas vezes, inexistente, os materiais didáticos estranhos à cultura camponesa

---

<sup>20</sup> Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 02/02/2009. O próximo censo será realizado em 2010, os dados mais recentes se referem à “Contagem da população” realizada em 2007 nos municípios com mais de 170 mil habitantes, o que compromete os números da população rural.

<sup>21</sup> Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD (2005-2006) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 29,8% da população rural adulta (mais de que 15 anos) é analfabeta.

local e professores com múltiplas funções e desinteressados pelo trabalho multisseriado. Além disso, este modelo implantado no meio rural seria incompatível com a permanência das famílias no campo, pois não atende à realidade específica de cada comunidade rural.

Já uma segunda tendência, conforme Damasceno & Bezerra (2004) nasce no seio dos movimentos sociais populares da década de 1990 e procura criar um espaço institucional educativo, atendendo aos interesses das populações rurais. Sendo assim, vincula-se a um projeto político-pedagógico ligado à luta social dos trabalhadores rurais, na superação das desigualdades sociais e como instrumento de apoio técnico, intelectual e político nas lutas diárias dos camponeses, e a um projeto de desenvolvimento rural sustentável, o que induz os sujeitos do campo a reivindicar políticas públicas pautadas em uma democracia efetiva, como a questão da educação do campo.

Em 1997, como resultado de um processo democrático, o MST, em parceria com a Universidade de Brasília – UNB, o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, realizou o 1º Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária - ENERA, onde reuniu professores e instituições universitárias que atuavam nos assentamentos, em projetos de educação.

Esse processo culminou na realização, em 1998, da 1ª Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo e reuniu vários movimentos sociais, organizações governamentais e não-governamentais com o apoio da UNESCO, UNICEF, CNBB e UNB. Esta conferência teve por finalidade chamar estas entidades participantes a terem o compromisso de sensibilizar a sociedade e órgãos governamentais na formulação de políticas públicas de educação para a população do campo, legitimando, assim, um projeto de educação específico para os sujeitos do campo.

Esta conferência gerou uma “Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo”, ampliando a busca por um novo paradigma de Educação do Campo, conquistando as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica no Campo (Parecer nº 36/2001 do Conselho Nacional de Educação-CNE). Além destas conquistas, neste cenário foi gerada a proposta do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera, criado em abril de 1998, para programar ações educativas para as populações dos acampamentos e assentamentos rurais, tornando-se um articulador da reflexão e das ações sobre a Educação do Campo e um passo fundamental na construção de políticas públicas de educação para o meio rural. (ANDRADE & DI PIERO, 2004)

## **1.4 Desenvolvimento autêntico: uma dimensão ético-filosófica da sustentabilidade territorial**

Em vista da profundidade do tema desenvolvimento, as análises e reflexões transcendem dimensões sociais, políticas, econômicas e ambientais, constituindo um campo, sobretudo, ético-filosófico. Tentamos, então, refletir a partir de uma ótica humanista, sugerindo, antes de tudo, o desenvolvimento compreendido como uma dimensão espiritual, humana e criadora.

Denis Goulet (2001, p. 73), um grande pensador do desenvolvimento, afirma que não conseguimos responder se o desenvolvimento é sustentável, antes de duas questões cruciais. Primeiro saber: “Qual o significado de riqueza genuína?” E depois, responder satisfatoriamente: “O que é desenvolvimento autêntico?” Nas suas proposições acerca do desenvolvimento, o autor não se limita somente a enfatizar o crescimento econômico, tecnológico e a modernização de uma região ou de um país, que por si só representaria um desenvolvimento autêntico<sup>22</sup>, apontando como riquezas fundamentais e genuínas, não os valores instrumentais e sim aqueles que pertencem aos bens qualitativos do ser humano, como a própria inteligência e a solidariedade.

Por isso, este autor afirma, com base em autores da escola humanista, como o psicólogo Erich Fromm e o economista Josef Lebert, que o desenvolvimento não é apenas o aumento da produtividade ou as mudanças das leis de mercado, mas sim “a ascensão humana”, a ascensão de todos os homens e mulheres “(...) para o mais humano em todas as dimensões (...)” seja econômica, biológica, psicológica, política, social, cultural e também nas dimensões espirituais. (GOULET, 1966, p. 01)

As riquezas genuínas que compõem o cabedal humano não estariam especificamente nas riquezas materiais, mas sim na “provisão de bens essenciais a todos”, ou seja, a alimentação adequada, a habitação, um ambiente saudável e as liberdades reais<sup>23</sup>. Também constaria de “um modo de produção não-alienador”, criando meios de vida justos para todos. As riquezas materiais e seu uso representariam, tanto simbolicamente como objetivamente, um degrau para a conquista de “riquezas humanas de uma natureza espiritual”, alimentando a

---

<sup>22</sup> O que pode ser considerado, neste caso, é a trajetória “natural” e evolucionista do desenvolvimento como conhecemos habitualmente nos discursos oficiais de Estado e de Organismos Internacionais. Cf. em Silva (2004).

<sup>23</sup> O desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais onde as pessoas desfrutam, como as disposições sociais e econômicas (serviços de educação e saúde) e liberdades políticas (o sufrágio universal e a livre expressão) (SEN, 2000, p. 17).

vida, realçando o “ser mais” em vez de o “ter mais” e, por fim, teriam prioridade as riquezas públicas, pois alimentam “mais do que posses pessoais, promovendo o bem comum”. (GOULET, 2001, p. 76)

Com base no significado de “bom viver”, este autor afirma que no desenvolvimento há três conflitos de valor a confrontar. Um primeiro valor de disputa é “**a essencialidade da igualdade ou equidade para uma sociedade**”; o segundo valor é com base nos “**fundamentos de justiça da sociedade**”, “Direitos políticos e liberdades individuais têm prioridade sobre direitos coletivos sociais e econômicos?”; o terceiro seria **a postura diante do meio ambiente**. Deve-se usá-lo como um estoque de matéria-prima ou um bem maior, “como o útero maior da vida, na qual os humanos têm o seu ser e cujos ritmos e leis devem ser respeitados?”. Diante destas perguntas, o autor afirma que uma sociedade será autenticamente desenvolvida se responder normativamente e institucionalmente a estas questões de valor. (GOULET, 2001, p. 76, grifos nossos)

Um modelo de desenvolvimento autêntico, preconizado por L. J. Lebrét, fundador da escola de Economia e Humanismo o qual Goulet (2001, p. 77) se baseia, tem como princípio o desenvolvimento quando uma população ou comunidade transita para uma “espécie de vida menos humana para um tipo mais humano”, paralelo à promoção da solidariedade entre as pessoas no processo. “Mais humano” e “menos humano” são entendidos à luz da distinção entre “ter mais” e “ser mais”, pois uma sociedade é desenvolvida não quando seus cidadãos “têm mais”, mas quando podem “ser mais”.

É claro que o desenvolvimento material não é descartado, e sim necessário, mas não a qualquer preço e de qualquer forma, pois uma sociedade pode permanecer “pseudodesenvolvida” mesmo com um nível de renda “per capita” alto, enquanto prioriza a desigualdade e o privilégio de alguns, onde a minoria permanece numa abundância de bens de luxo, à custa da maioria privados das liberdades fundamentais, como no Brasil, onde as necessidades essenciais (subsistência), saúde, educação, liberdade políticas e de trocas e intercâmbios de mercadorias são, muitas vezes, ainda precárias, principalmente nos ambientes rurais. (MARTINS, 1997; SEN, 2000; GOULET, 2001)

#### 1.4.1 Diretrizes iniciais de um desenvolvimento autêntico

Para Goulet (1966), aqueles que participam de um processo de desenvolvimento, que é um processo primordialmente coletivo, exige a cooperação das pessoas, pois fica difícil

somente alguns indivíduos empreenderem, por exemplo em um assentamento rural sem muitos recursos financeiros, uma ação eficaz em torno do desenvolvimento. Por isso, a colaboração é uma das sustentabilidades entre as famílias de um assentamento ou comunidade e entre estes e o Estado ou qualquer outro parceiro.

A partir deste ponto, “o conhecimento mútuo” entre os colaboradores ou companheiros de empreitada é, então, fundamental, sendo esta uma outra diretriz importante, atribuindo sempre um ao outro “(...) uma reflexão crítica acerca dos princípios de ação no trabalho coletivo”. Dentro de um trabalho de colaboração, onde o entendimento desabrocha numa atmosfera de ignorância ou inventivos julgamentos, não haverá evolução nem o cimento da amizade. Desta maneira, tudo deve ser levado de forma clara e consciente, assumindo cada parte sua posição exatamente como pensa (GOULET, 1966, p. 23). Os conflitos aqui não devem ser encarados como desentendimentos, mas como afirma Hirschman (1996), como pilares de uma sociedade plural, democrática e livre, pois é do conflito social que surgem as grandes parcerias e criatividades humanas.

Já no diálogo inicial, devemos “evitar o equívoco”, ou seja, é primordial que se reconheça que a colaboração e o trabalho não estão sendo pautados pela falsidade. Elimina-se, assim, qualquer engano que esteja alimentando a parceria, para logo não perder tempo e desperdiçar forças, pois nesta verificação podemos perceber se as garantias iniciais concebidas na parceria permaneceram autênticas. (GOULET, 1966)

Todas estas diretrizes podem ser aplicadas também em instituições, partidos, movimentos sociais e indivíduos como uma verdadeira “ética do desenvolvimento”, onde, mais adiante, esboçaremos alguns fundamentos. Por hora, apontamos algumas diretrizes importantes que formam um impulso inicial deste processo que tentamos analisar aqui.

A “confiança mútua” é outra direção importante a ser seguida neste caminho de colaboração. Existem, de fato, equipes com muitas divergências, que acabam ou se diluem em etapas de um trabalho. Entretanto, o que deve sempre sobressair no desenrolar de uma tarefa é a confiança entre os parceiros, gerando, assim, um grande clima de cooperação. Desta maneira, deve-se rejeitar qualquer tipo de sectarismo, pois vivemos numa sociedade plural e o respeito entre as diferenças é fundamental, como as diferenças entre etnias, raças e gênero. Reduzir o mundo a um ponto de vista, seja ele qual for, e recusar enfrentar as divergências não garante um diálogo fecundo num processo de cooperação para o desenvolvimento. (GOULET, 1966)

Uma diretriz inicial e também secundária que devemos empreender é a “total lealdade ao ser humano”, pois se não acreditamos no ser humano, já começamos mal. Não convém

nem começar um diálogo se existe uma pré-disposição em tratar pessoas com preconceitos ou como simples objeto, um instrumento de produção e consumo, não amando-as e respeitando-as como um ser humano, pois o processo estará, logo de início, prejudicado. Sendo assim, uma premissa básica e primária num trabalho coletivo é a lealdade e se constitui numa exigência forte no seio da equipe. (GOULET, 1966; FREIRE, 1996)

A promoção do desenvolvimento sempre se encontra dentro de uma perspectiva coletiva e cooperativa e dentro desta coletividade é imprescindível que tenham equipes multidisciplinares, unindo-se em torno de problemas comuns. Sendo assim, seja num assentamento rural ou dentro de uma comunidade, onde a coletividade está sempre viva, deve-se tomar bastante cuidado ao usar técnicas de controle organizacional, pois estas devem estar sempre “(...) a serviço da liberdade, da personalidade e, sobretudo, da vida criativa da coletividade (...)” e o progresso econômico que surge no processo é senão, um meio de assegurar às pessoas uma vida digna, sendo a preocupação central ou o fim o “ser mais” nas dimensões dos “(...) problemas de valores e de civilização”. (GOULET, 1966, p. 36)

Desta maneira, propõe-se o esboço de uma ética do desenvolvimento, pois um desenvolvimento autêntico não se alcança sem uma ética, ou seja, homens e mulheres que possuam “uma ciência e arte dos fins e meios” do desenvolvimento. Uma ética que contenha uma mudança profunda e efetiva de valores e das estruturas de poder, citando o regime fundiário nas mãos de poucos e a distribuição desigual das riquezas no Brasil, como exemplo de estruturas desiguais que não favorecem um desenvolvimento humano. Podemos citar, também, as estruturas de poder como o clientelismo e o paternalismo na política e no meio rural brasileiro, as estruturas de ideias, como as ideologias revestidas de sociais e humanitárias, como também as religiosas (CHAUI, 2003). O discurso tecnológico como resolução do problema ambiental, também é um bom exemplo. (BRUSEKE, 2003)

Sendo assim, é imperativo para o desenvolvimento uma racionalização dos meios produtivos: no meio rural, uma política, seja de Estado ou da iniciativa privada, reordenando a grande propriedade que polui o subsolo e contamina alimentos, monopolizando riquezas através das grandes corporações, utilizando o poder político, econômico, técnico e ideológico (SILVA, 2004). A descentralização política e econômica também é crucial num processo como este. O investimento, numa perspectiva territorial do desenvolvimento, promovendo pesquisas em todos os níveis (local, regional e nacional), seria indispensável numa ação coletiva entre organizações sociais, instituições públicas e privadas, promovendo a cultura e os recursos locais de cada região. (VIEIRA, 2006)

Dentro de um processo como este, um dos maiores empecilhos identificados é a “inércia”, em todos os seus sentidos. Por exemplo, países que vivem em pleno século XXI, com todas as modernidades tecnológicas, mas que utilizam as mesmas normas institucionais de séculos passados. Vivemos em outros tempos, por isso, devemos mudar nossas leis e normas conforme a realidade e não aceitar que determinadas jurisdições permitam, ainda, privilégios conservadores (MARTINS, 1997; CAZELLA, 2006). Uma outra situação de inércia é o próprio silêncio, que abafa situações de criatividade e mudanças relativas ao desenvolvimento em prol do proselitismo, da corrupção, da ignorância e do preconceito, impedindo comunidades inteiras de avançarem para um patamar do “ser mais humano”.

#### 1.4.2 O esboço de uma ética do desenvolvimento

Em um processo de desenvolvimento, são necessárias uma cultura e uma educação que priorizem o “ser” em detrimento do “ter” e uma “solidariedade universal”. Sem bases educacionais que privilegiam estas dimensões de sustentabilidade (em que ter o suficiente está a serviço do “ser mais”, paralelo a ações de cooperação e de entendimento mútuos acerca de objetivos comuns), as bases do desenvolvimento precocemente serão direcionadas não à ascensão humana, mas para privilégios de alguns, promovendo um anti-desenvolvimento.

Esclarecendo: o ter<sup>24</sup> é necessário, caso contrário não viveríamos, pois precisamos ter comida, uma casa, um trabalho, etc. Porém, não se consegue “ser mais” sem transcender o “ter mais”, no sentido de propriedade. É necessário que “ter” seja consciente, no sentido de posse interna do “ser”, a posse de conhecimentos, de virtudes, de talentos, da imaginação, da força espiritual, da saúde mental e do corpo, o que os antigos filósofos denominavam “bens da alma e do corpo”. (GOULET, 1966; MORIN, 2000)

Apesar de não ser identificado enquanto tal, os bens interiores guardam semelhança com os bens exteriores, pois todos são bens em relação ao ser humano, por isso existe uma relação profunda entre o ser, a necessidade e o ter. Sendo assim, o homem e a mulher também não podem “ser” plenamente sem o “ter” que ultrapasse os limites da subsistência. A pergunta, a saber, é qual é o limite do ter o suficiente<sup>25</sup>, o que é útil, repensando desta maneira, o consumismo e o materialismo excessivo. São questões filosóficas que devemos discutir dentro de um processo de desenvolvimento. (GOULET, 1966)

---

<sup>24</sup> De acordo com o autor “ter” no sentido de assimilar, utilizar, dispor de e não no sentido de posse ou propriedade, no sentido jurídico, pois é inútil ter propriedade do ar que respiro, se não consigo assimilá-lo.

<sup>25</sup> Cf. uma discussão filosófica sobre esta questão em (GOULET, 1968, pg. 84).

Atualmente, percebe-se que a cultura do “ter mais” se imprimiu na sociedade como meta última e sinônimo de felicidade, gerando das crianças aos idosos, uma mentalidade mercantil, como na educação, na cultura, na espiritualidade, na amizade, na própria imaginação do ser humano e, por que não, no amor.

Sendo assim, o desenvolvimento é visto como uma naturalidade material e uma evolução mecânica e, assim, tudo é reduzido ao econômico. É praticamente imposto, então, a países pobres e a comunidades esta cultura, induzindo-os aos mesmos erros, através do Estado, de Organismos Internacionais e Ong’s pela própria mercadoria cultural que somos obrigados a consumir pelos meios de comunicação e pela educação formal, relegando o ser humano e o meio ambiente a uma mercadoria de valor objeto. (SILVA, 2004)

“A ética do desenvolvimento recusa-se a aceitar esta concepção de vida ideal (...)” (Goulet, 1966, p. 91). Recusa uma concepção imposta verticalmente e de fora para dentro, insiste na primazia do “ser” em relação ao “ter” e não se contagia, como dizia Paulo Freire (1996, p. 21) com a “ideologia fatalista, imobilizante que anima o discurso neoliberal (...)”. O autor continua apontado que esta ideologia (...) insiste em convencer-nos que nada podemos fazer contra a realidade social que, de histórica e cultural, passa a ser ou a virar **quase natural** (grifos do autor). Uma ética do desenvolvimento não se contamina com a inércia e com a insensibilidade do ser humano em relação ao meio ambiente e à desumanidade.

É por isso que ela funda-se na “solidariedade humana universal”, seja no plano existencial ou ontológico do ser humano, ou na coabitação e circunstância de nós todos termos uma mesma “Terra Pátria”, como enfatiza Edgar Morin (2002). Vivemos no mesmo planeta e temos o mesmo destino, por isso nossa natureza é a mesma e temos, além disto, uma “unidade de destino”, que é nossa própria realização. (GOULET, 1966, p. 97)

Entretanto, paradoxalmente no plano de ação, tanto a solidariedade como o “ser mais”, não se realizam; nos comportamos nos planos econômico, político, social e ambiental como uma espécie não-solidária. Nas palavras de Goulet (1966, p. 93), vivemos no “(...) próprio anti-desenvolvimento”. Ressalta-se, ainda, que o bem comum, um dos princípios da solidariedade, não é realizado e perguntamos junto com este autor: Será que “(...) a humanidade só descobrirá a solidariedade na sua destruição?”.



### 1.4.3 Educação e desenvolvimento: contribuições à educação do campo

A educação tem como objetivos o aprendizado do ler, escrever e a iniciação ao campo técnico-científico. Também ensinamentos sobre a vida social e política, as virtudes, os valores como o bem, o útil, o belo, aquilo que os antigos filósofos chamavam de transcendentais e, sobretudo, a educação forma o ser humano. (FREIRE, 1996)

Por isso, uma educação para o desenvolvimento precisa ser complexa, urgente, múltipla e interdisciplinar. Uma pergunta que Denis Goulet (1966, p. 127) faz é: qual filosofia de educação que devemos adotar para o desenvolvimento? Seria aquela específica para cada local e região em contextos diferentes, como discute a própria Educação do Campo no Brasil atualmente? (CALDART, 2004)

Para o caso brasileiro, parece não haver dúvida em relação a esta discussão, pois, nada mais justo para o desenvolvimento de uma região, que uma educação que nasça dos próprios sujeitos, compreendendo um processo a partir das suas realidades, abarcando todos os territórios.

De acordo com Goulet (1966, p. 128), a opção por uma forma de desenvolvimento confere à educação uma “fisionomia”, compreendendo elementos de julgamento de valor, definindo os fins da vida humana e continua apontado “(...) os critérios do ser humano desenvolvido, as ações dignas e indignas, uma maneira de convivência, significado e sentido dos esforços, normas de avaliação e os fins aparentes e verdadeiramente em conflito (...)”, que são os problemas filosóficos que uma educação para o desenvolvimento tem a considerar.

Porém, dentro desta filosofia, devem-se evitar os mitos e quadros ideológicos, como por exemplo, a ilusão de que todos serão felizes com um nível elevado de consumo<sup>26</sup>, pois os fins do desenvolvimento são para objetivos “supremos e humanos” e uma educação criadora de mitos em torno do desenvolvimento é cruel, pois reduz a felicidade humana às materialidades, o que é uma quimera. Sendo assim, uma genuína educação abre perspectivas a transcendências coletivas e individuais, representando as bases da dignidade humana. (FREIRE, 1996)

Por isso, o educador, em prol do desenvolvimento, não aceita uma condição humana estática, mas tenta modificá-la, humanizando-a, recriando-a e dinamizando o seu mundo, fazendo uma cultura que não permita a imobilidade. (FREIRE, 1980)

---

<sup>26</sup> O autor chama atenção para os países altamente desenvolvidos onde o consumo é grande, porém, constatam-se altos níveis de neuroses, psicoses, suicídios, juventude transviada e frustrações profissionais.

No entanto, Goulet critica duramente aqueles revolucionários com um discurso de mudanças, uma nova ordem, um “paraíso” para doar, mas que, por sua vez, se tornam os novos exploradores, pensando no bem do povo (GOULET, 1966) – o que Freire (1980) apontava como uma opressão feita em nome da liberdade, mas que esmaga e exclui a humanização.

Desta maneira, devem-se repensar as utopias e apontar a exploração humana não como característica de um dado sistema, mas como própria da “imperfeição humana”. Por isso a luta contra a exploração é sempre uma constante: pois extingui-la é muito difícil (FREIRE, 1983); acrescentando-se, também, que não se pode criar, de uma hora para outra, uma ordem completa, mas sim se contentar com aquela digna do ser humano, ou seja, “imperfeita, mas capaz de se refazer, ligada ao passado, mas feita para o presente e aberta para o futuro”. (GOULET, 1966, p. 133)

A própria vida do ser humano, sua existência, é contingente, ou seja, incerta e frágil, podendo ser eliminadas suas sujeições e subordinações, mas as “indeterminações e contingências radicais são heranças” (GOULET, 1966, p. 133). Sendo assim, o educador do desenvolvimento tem que trabalhar para construir seres humanos que não sejam escravos, mas que também não sejam visionários iluminados presos ao desenvolvimento como um mito de felicidade do ser humano, mas sim como um meio para ela.

Os limites de uma educação controlada, vigiada e planejada indiscriminadamente são contrários à própria ideia de educação, pois os dogmas e a homogeneização, os quais não respeitam a diversidade e as diferenças, castram totalmente a criatividade e a sensibilidade do educando. Por isso, uma educação para o desenvolvimento deve ter como princípio a liberdade, o ideal do livre pensamento. Paulo Freire (1983, p. 42) já apontava que “(...) toda vez que se suprime a liberdade, fica ele (o educando) um ser meramente ajustado ou acomodado. E é por isso que, minimizado e cerceado, acomodado a ajustamentos que lhe sejam impostos, sem o direito de discuti-los (...)” é sacrificada no ser humano, “(...) imediatamente sua capacidade criadora”.

Faz-se necessária, então, uma educação planejada, pois a importância de métodos pedagógicos é indiscutível, mas com seus princípios sempre delineados pela liberdade e a democracia. Sendo assim, uma educação para o desenvolvimento é uma educação para a liberdade, pois aquela que educa para o totalitarismo destrói o ser humano, uma vez que este, privado das suas liberdades, torna-se menos que humano (GOULET, 1966). Enfatizando que toda liberdade, como própria de uma ideia utópica tem seu limites e seus apontamentos são necessários.

Deve, então, conter uma “normatização”, uma base teórica e prática, pois caso contrário sua contribuição é abandonada aos “(...) dinamismos internos de uma demagogia sem finalidade” ou as manobras políticas, pelos governos. Assim, evita-se o “mito do desenvolvimento” impedindo que a educação seja usada como uma ideologia particular, um modo de manipulação burocrática (GOULET, 1966, p. 138)

Desta maneira, com todos os seus princípios de liberdade, deve ter a característica de transcender os localismos e nacionalismos, como também a especialização, visando o universalismo, mas respeitando as particularidades de cada local, a fim de evitar dogmas partidários, quebrando o sentido da solidariedade e o mito do desenvolvimento.

Os limites do discurso de um desenvolvimento sustentável e suas bases sustentáveis são mitos numa sociedade gerida por princípios economicistas e reducionistas, alicerçados na competição de mercado. Por isso, Goulet (1966, p. 138) chama a atenção para distinguir-se o desenvolvimento como “estado” e como “ato”. O primeiro corresponde a uma “cidade ideal”<sup>27</sup>, onde tudo favorece ao ótimo e onde todas as virtualidades sadias do ser humano existem, sendo, então, uma utopia e, como tal, não existe. Já o desenvolvimento como ato é um “processo dinâmico e orgânico”, que faz o ser humano caminhar dentro da realidade, acrescentando que o desenvolvimento autêntico também não deixa de ser um mito, mas “(...) um mito que conduz ao mais sadio e eficaz realismo”.

Ou seja, não existe um desenvolvimento real sem tropeçar em obstáculos, sem romper limites e conhecer fracassos. As contradições são muitas, mas deve ser feito por meio de homens e mulheres lúcidos, firmes e unidos na sua condição, onde não existem receitas prontas acabadas, mas sim efetivadas dentro de um projeto. É ingênuo pensar que o ser humano mudaria com a transformação de uma estrutura, seja esta complexa ou não. Seria então desconhecer o arraigamento profundo da maldade humana como salienta Goulet (1996). Assim, sempre devem-se propor fins realizáveis, desmistificando um desenvolvimento demagógico (como somente o enriquecimento e o crescimento econômico), e sim buscando o desenvolvimento, baseado no “ser mais” humano valorizando a vida.

---

<sup>27</sup> Cf. em Goulet (1966., p. 367) o mito da “Vida Ideal”.

## CAPÍTULO II

### **Processos de Territorialização-Desterritorialização- Reterritorialização: o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST.**

Neste capítulo, refletimos sobre os processos de T-D-R na região estudada e no Brasil de maneira geral, em relação aos ambientes rurais e sobre o modelo de desenvolvimento implementado e, assim, a origem dos agricultores sem-terra, o surgimento do MST e seu modo de desenvolvimento. Seu modelo está ancorado numa visão social e política com base no problema fundiário brasileiro, assim como a partir da marginalização da agricultura familiar nos processo econômicos. Sendo assim, utiliza-se da identidade Sem-Terra como referência na sua luta e ideologia socialista como base nos planos de ação.

#### **2. Des-re-territorialização e o surgimento dos agricultores sem-terra**

A região de estudo localiza-se no município de Fraiburgo, meio oeste catarinense. Conforme a divisão em Secretarias de Desenvolvimento Regionais de Santa Catarina, encontra-se na SDR de Videira e é um dos maiores municípios desta secretaria, com 434,8 quilômetros quadrados. A região foi colonizada principalmente por colonos gaúchos e paranaenses, descendentes de italianos e alemães, além de paulistas que migraram para Santa Catarina a partir do século XIX, com acentuação no início do século XX. É conhecida como Alto Vale do Rio do Peixe e também pelos redutos de caboclos<sup>28</sup>, que empreenderam uma das mais sangrentas guerras que o Brasil conheceu – a Guerra do Contestado<sup>29</sup>. (MACHADO, 2004)

O assentamento visitado tem relação geográfica e cultural direta com a localidade chamada Taquaruçu, também localizada no mesmo município, que foi o reduto central dos

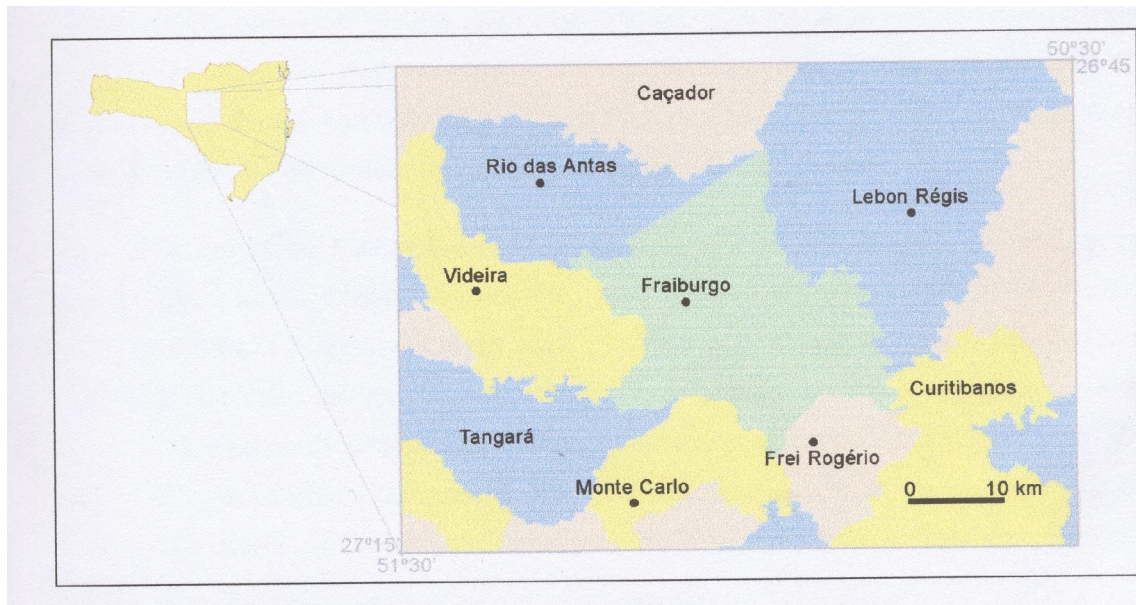
---

<sup>28</sup> Caboclo de acordo com Machado (2004, p48, grifo nosso) no mesmo sentido empregado pelos habitantes do planalto. Habitante pobre do meio rural, mestiço e, muitas vezes, negro. A ênfase da palavra é no sentido de uma condição social e cultural e não propriamente étnica, embora haja esta conotação. Entretanto, “frequentemente”, havia entre os caboclos também brancos, alemães e polacos “acaboclos”, como destaca o historiador.

<sup>29</sup> Conflito desenrolado no planalto catarinense entre 1912 e 1916. Foi um movimento social caboclo com características messiânicas, gerando um intenso embate armado contra as forças militares estaduais e federais da república brasileira, lutando os caboclos contra a desterritorialização implementada por forças privadas, como empresas de colonização e pelo Estado. (MACHADO, 2004)

caboclos do referido conflito, o qual o historiador Paulo Pinheiro Machado (2004) chama de “Guerra Sertaneja do Contestado”.

De acordo com este autor, a área estudada era antigo território de Guaranis e Botocudos, população autóctone que habitava as antigas matas de araucárias e campos naturais. Gradualmente, esta foi expulsa ou dizimada, porém, deixou marcas culturais nas histórias e mitos dos que ainda habitam a região, através da cultura cabocla e dos usos e costumes tradicionais, o que Milton Santos (2002b) chamava de “rugosidades do espaço” – efetivos “fluxos antigos” que deixam marcas estruturais no espaço, demarcando antigos territórios.



**FIGURA 1: Mapa da localização do município de Fraiburgo.**

O trabalho de Brandt (2007) discute como algumas destas rugosidades no espaço multifacetado de Fraiburgo foram formadas. Analisando o uso comum e a apropriação da terra desde o Contestado até a colonização na região, chama a atenção para como um território, antes ocupado coletivamente, passou para a apropriação contínua em forma de grandes fazendas, extinguindo uma prática corriqueira na região, mas encontrando pequenos espaços de uso comum ainda hoje em dia.

Esta ocupação foi constituída de uma forma territorial totalmente diferenciada da posterior. Florestas de araucárias e ervateiros entrecortadas por campos naturais eram usadas de forma coletiva pela população, a partir do extrativismo, pequenas plantações e criações de animais soltos, principalmente porcos. Geralmente, eram posseiros e sitiantes, população

formada gradualmente pelo intenso fluxo existente na região, a partir do caminho das tropas, que animou um novo ciclo de povoamento em meados do século XVIII em Lages e região do planalto, que fora um antigo caminho de comércio, onde se transportava, principalmente, o gado, formado a partir das missões jesuíticas nos campos naturais ao sul, além de outros produtos. O planalto catarinense, de melhor acesso que o litoral, ligava o antigo distrito das missões e a campanha gaúcha aos campos de Curitiba e à cidade de Sorocaba, ponto terminal do comércio. (MACHADO, 2004)

Através do caminho das tropas, se formaram extensas fazendas de inverno e criação, de fundamental importância para o repouso e engorda do gado debilitado pelas longas jornadas, transformando a região em fronteira de expansão da pecuária paranaense e gaúcha. Outro fato relevante foram lutas armadas, que trouxeram remanescentes e fugitivos, como a Revolução Farroupilha (1835-1845), a Guerra do Paraguai (1864-1870) e, mais tarde, a Revolução Federalista (1893-1895). O caminho das tropas decaiu paulatinamente a partir da construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande do Sul, em 1870, e o seu término, em 1910, que, entre outros fatores, contribuiu decisivamente para a origem da contenda no Contestado. (MACHADO, 2004)

Paralelamente à construção da ferrovia pela *Brazil Railway*, sua subsidiária – a *Lumber and Colonization* – iniciou o processo de exploração e expulsão dos posseiros e de pequenos e médios fazendeiros das matas marginais à ferrovia, conforme contrato de concessão dado pelo governo. Este fator fez insurgir um dos maiores movimentos sociais que o Brasil conheceu, a partir da liderança mística do monge José Maria, agregando diferentes segmentos sociais, como comunidades negras e caboclas do planalto, sitiadas expulsos de suas terras, ervateiros e trabalhadores desempregados da ferrovia, além de pequenos e médios fazendeiros e opositores do governo local. (MACHADO, 2004)

Este historiador não reduz o movimento a simplesmente “messiânico” ou “fanático”, já que, paralelamente ao discurso religioso, os sertanejos acabaram desenvolvendo uma nítida consciência das condições sociais e políticas da sua marginalização, envolvendo sua desterritorialização.

Quem passou a trabalhar com esta memória cabocla, mística e religiosa, foi o MST através da Comissão Pastoral da Terra - CPT, a partir da 1ª Romaria da Terra em Taquaruçu, em 1985, incorporando alguns dos ideais que levaram o movimento dos sertanejos à guerra, como a luta contra a expropriação e uma identidade Sem-Terra. No instigante artigo de Ferreira (2008), é traçado um paralelo entre o movimento do Contestado e o MST, mostrando como este articula uma linguagem religiosa com propósitos políticos, resgatando nos seus

discursos e símbolos a base cultural de movimentos messiânicos antecedentes, como Canudos, na Bahia, e o Contestado de Santa Catarina, dando continuidade à luta dos “sem-terra” da época, sendo um poderoso catalisador das massas num processo de reterritorialização.

De acordo com Machado (2004), na região do Contestado se formaram grandes fazendas, por posse de terras devolutas, geralmente griladas pelo poder político local – o chamado coronelismo<sup>30</sup> –, transformando antigos moradores posseiros em peões, parceiros e arrendatários, que cuidavam do gado, cultivavam pequenas plantações e criavam pequenos animais para subsistência, principalmente nos campos naturais e em espaços que foram transformados em campos artificiais. A população cabocla, que acabou miscigenada com a europeia, se concentrou nos vales dos rios, formando pequenos e médios agricultores.

Este processo se iniciou num período de nítida hegemonização das relações capitalistas, de generalização da propriedade privada sobre o solo e de transformação da terra em equivalente de capital, quando nenhum grupo ficou imune ao mesmo, que transformou camponeses com base no trabalho familiar, com acesso a terra, fossem eles posseiros ou agregados na prática, em trabalhadores para o capital. (MACHADO, 2004)

José de Souza Martins (1986), quando estuda as transformações no período inicial da República, aponta que a colonização e a imigração estrangeiras, que se concentraram no Sul e Sudeste do país, fizeram surgir um campesinato “moderno” de “homens livres”, compradores de terra, esta já mediatizada como mercadoria, diferenciando-se, assim, do tradicional camponês de fronteira agrícola. Paulilo (1996) entende também este processo como o princípio do aparecimento dos agricultores sem-terra na região Sul brasileira.

Após o conflito do Contestado e a assinatura do acordo de limites entre Paraná e Santa Catarina em 1916, intensificou-se a colonização europeia no Vale do Rio do Peixe e no oeste catarinense, com a expansão das atividades madeireiras – o “ciclo da madeira”, de 1920 a 1940 – e a produção agrícola na região, principalmente a criação de suínos (PIAZZA, 1994). Assim, deu-se uma nova forma de desenvolvimento, com base no progresso, na técnica e no elemento europeu. (SALES, 1986)

Analizamos esta transformação do espaço como um processo de T-D-R. A região onde se situa hoje o município de Fraiburgo surgiu em meados de 1930, a partir de duas grandes glebas de terras – as fazendas Liberata e Butiá Verde –, onde se fundaram colônias que

---

<sup>30</sup> Ver em Machado (2004, p. 93) uma perspectiva diferenciada do clássico “coronelismo”. De acordo com este autor, a principal fonte de poder não era exercida sob o “voto e a enxada”, mas sob o controle da coerção. Sendo assim, considera-o não somente como um “sistema político”, mas como “desdobramento político de uma forma de dominação de classe”.

visavam atrair migrantes e imigrantes europeus, instalando-se várias serrarias, iniciando um novo processo de territorialização, expulsando os remanescentes caboclos e, junto, sua cultura, concomitantemente com a devastação de imensas matas de araucária, cedro, imbuia, canela e outras madeiras para o comércio nacional e internacional, transportadas através da ferrovia e dos rios mais caudalosos e, mais tarde, por rodovias. (BURKE, 1994)

É preciso enfatizar que os processos de territorialização não são lineares e homogêneos. Apesar de se sobreporem, os territórios são de espaços e tempos distintos; sendo assim, territórios diferenciados vão se contrapor, gerando vários conflitos na região, como atesta Brandt (2007). Podemos chamar isto de “choque territorial”, onde o projeto civilizacional europeu encontrou, no modo de vida cabocla e da população que vivia no local, disputas que, neste caso, promoveram uma verdadeira desterritorialização, se reterritorializando hegemonicamente a partir de dispositivos institucionais, sobrecodificando novos signos, através de leis, do Estado e de uma nova cultura, de saberes e pela própria força. (HAESBERT, 2004)

Logo após este processo, com a colonização da região já implementada, o Brasil dá início ao processo de industrialização e modernização do campo, que toma grande vulto a partir das décadas de 1960/70, quando os governos militares implementam uma política agrícola que prioriza a grande produção, com base nas empresas rurais e grandes fazendas, com subsídios através de créditos agrícolas e facilidades na compra de maquinários e insumos, que por sua vez gera um ciclo originando as grandes indústrias agropecuárias que produzem tratores, herbicidas, fertilizantes químicos. Um projeto de desenvolvimento agrícola voltados para a exportação de produtos processados. (SILVA, 1982)

Em relação à agricultura catarinense, em 1956 já era criada a Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina – Acaresc, que, de acordo com Paulilo (1990), tinha o objetivo de promover o Serviço de Extensão Rural e de convencer os agricultores a aderirem à modernização. Mussoi (2003, p. 221) aponta como o “início de uma política de transformação da agricultura (incentivando sua integração às necessidades industriais)”.

Este planejamento da indústria brasileira e de empresas privadas, com base no Estado como seu principal agente, marcou uma nova mentalidade voltada ao meio rural, onde o homem do campo deveria praticar uma agricultura moderna, competitiva do ponto de vista econômico, integrada ao sistema industrial, deixando para trás as formas arcaicas e tradicionais.

O meio rural experimentou uma modernização tecnológica e também social, que teve seu auge desenvolvimentista da década de 1960 nos países periféricos, para onde o modelo de



extensão rural fora trazido dos Estados Unidos, transmitindo ideias e técnicas modernas, em um território onde existia uma agricultura tradicional, considerada improdutiva pela sua racionalidade camponesa. (FONSECA, 1985)

Mas, como mostram alguns autores, este modelo não respeitou condições sociais específicas, além da questão ambiental. Pautado sobre a centralização do Estado nas políticas de modernização do meio rural, as mudanças foram de tamanha ordem, que se tornaram inacessíveis à maioria da população aí alocada, contribuindo para um intenso êxodo rural, inchando as cidades, minando culturas locais e concentrando capitais. (ABRAMOVAY, 1992)

Este quadro conseguiu solucionar a crise que o capitalismo brasileiro vivia à época, através da chamada “modernização dolorosa”, modernizando técnicas, porém, as relações sociais continuaram as mesmas, como a concentração de terras e capitais expulsando grande contingente do campo. (SILVA, 1982)

Todo este processo corroborou para o aumento dos sem-terra e o surgimento do MST. Paulilo (1996) traça um quadro histórico, desde a época colonial, passando pela Independência, a Lei de Terras de 1850, a Proclamação da República e a intensa imigração europeia a partir do final do século XIX, fazendo um paralelo com os conflitos camponeses posseiros (índios, caboclos, negros e brancos) e a atuação violenta de repressão e territorialização do Estado, como em Canudos e no Contestado, ligando estes fatos ao surgimento da massa de agricultores sem-terra no Brasil, especificamente no oeste catarinense. A autora aponta fatores de desterritorialização baseada na exclusão social, política e étnica, aliada mais recentemente à econômica, quando o campo se moderniza e esta massa de agricultores, inclusive aqueles de origem europeia, insurgem através dos movimentos sociais do campo.

Trata-se de um processo de desterritorialização onde surgem os chamados “territórios de exclusão”, conforme Haesbaert (2004), em que uma massa de agricultores é expropriada gradualmente de seu modo de vida e objetivamente de seus meios de produção. Entretanto, há um movimento de reterritorialização destes, através dos movimentos sociais como o MST e o enraizamento e afirmação de suas identidades.

Scherer-Warren (1993) afirma não haver dúvida de que os movimentos sociais do campo ressurgem com “traços” dos velhos movimentos sociais, como os messiânicos, as rebeliões sociais, como o banditismo social no nordeste brasileiro, a luta dos posseiros na década de 1950, as Ligas Camponesas no nordeste e o MASTER (Movimento dos Agricultores Sem-Terra) no Rio Grande do Sul, durante as décadas de 1950 e 1960,

organizados em torno de fortes lideranças carismáticas e/ou paternalistas e também pelo sindicalismo rural, seguindo este a tradição no Brasil, fortemente atrelado ao Estado, se tornando rapidamente uma instituição de cunho assistencialista.

Porém, esta autora considera o MST diferente dos movimentos do passado fazendo parte dos “novos movimentos sociais”, pois defende uma política de ação que pode ser encontrada em outros movimentos sociais nacionais e internacionais: um movimento que se opõe a um capitalismo excludente, rompendo com os esquemas populistas do passado, assumindo formas de participação comunitárias mais democráticas, defendendo sua autonomia frente ao Estado e aos partidos políticos, enfatizando a cidadania como um direito do povo.

O mais importante a ser percebido neste processo histórico de T-D-R descrito é como estes movimentos reivindicatórios e populares ressignificam seus símbolos e saberes, sendo um fator de criatividade e assumindo uma visão singular perante a questão do desenvolvimento. O MST, através do resgate histórico e da memória dos movimentos camponeses, se reterritorializa, criando uma identidade e novas formas de vivência no campo brasileiro, justamente reivindicando uma ação republicana e uma forma mais democrática de desenvolvimento.

## **2.1 A territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST e seu modelo de desenvolvimento rural**

O MST nasceu em um importante período histórico brasileiro da década de 1980 e é, efetivamente, um dos protagonistas por uma reforma agrária no Brasil atualmente. O movimento conseguiu promover, com a ajuda de várias organizações sociais, significativas conquistas, como vários assentamentos rurais e a articulação de programas públicos voltados para o fortalecimento da agricultura nos assentamentos, haja vista o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária – Proceara, incorporado ao Pronaf, e programas de educação e de desenvolvimento rural, como o Pronera.

Sua importância social no meio rural brasileiro é de tamanha ordem que, até mesmo seus maiores críticos, reconhecem o papel deste movimento social, principalmente no que tange a reversão da correlação de forças no campo em anos recentes. Para os tradicionais “donos do poder” – grandes proprietários de terra que, no passado, sempre estiveram acima da justiça e, conseqüentemente, do Estado nos ambientes rurais do Brasil –, a situação

atualmente modifica-se para uma relação de certo equilíbrio em um campo multipolar, como aponta Navarro. (NAVARRO, 2002; 2008)

Este autor chama atenção para o fato de o MST, quando se propõe a conquistar uma determinada propriedade, quase sempre atingir seu objetivo. Após o processo de ocupação do imóvel e da reintegração de posse por meio judicial, o desgaste e a pressão serão tantos que o proprietário proporá a venda do mesmo ao Estado e, desta maneira, mais um novo assentamento surgirá. Este é um dos poderes aglutinadores do Movimento atualmente no campo. (NAVARRO, 2008)

O MST surgiu<sup>31</sup> no período marcado pela redemocratização brasileira no final da ditadura militar, dentro de um movimento de lutas sociais, que se articulou territorializando-se por todo o Brasil. Recentemente, em seu 5º Congresso Nacional, em 2007, o Movimento enfatizou, conforme a carta oficial do mesmo, a orientação de continuar a ocupar os imóveis em situação de desapropriação, sob o lema “REFORMA AGRÁRIA: Por Justiça Social e Soberania Popular”. Além disso, foram reafirmadas suas linhas políticas históricas, tais como educação pública gratuita e de qualidade para os povos do campo e a “luta contra o modelo econômico vigente, que excluiu a maioria dos trabalhadores rurais”<sup>32</sup>.

A questão da reforma agrária no país sempre foi um tema político e social intrínseco à sua história. Atualmente, alguns defendem uma reforma regionalizada naquelas áreas mais pobres, como no chamado “polígono das secas no Nordeste”; já outros, uma reforma generalizada, pois faria parte de um projeto de desenvolvimento<sup>33</sup>. Além desses pontos, o campo de luta política do MST se alargou, mudando seu foco tradicionalmente pela conquista da terra, tomando diferentes contornos em questões mais emergentes, saindo do âmbito nacional para escalas internacionais, como o debate e posições contrárias em torno da política agrícola, os Organismos Geneticamente Modificados – OGMs, as transnacionais e os Tratados de Livre Comércio – TLCs.

Na visão de Castells (2006), em relação aos movimentos sociais contemporâneos, devido ao processo de atomização e individualização que a globalização impôs, as pessoas resistem, tendendo a formar organizações e, ao longo do tempo, geram sentimento de pertença e uma identidade cultural, sendo necessário um processo de mobilização social e participação em movimentos urbanos, onde se concentra maior população, e onde interesses comuns e a própria vida, neste sentido, é compartilhada e defendida.

---

<sup>31</sup> Cf. em Fernandes (2000) um histórico do MST.

<sup>32</sup> Disponível em: <<http://www.mst.org.br/>>. Acesso em: 10/01/2009.

<sup>33</sup> Cf. esta questão em Medeiros (1996), Navarro (2008; 2002) e Martins (2001), dentre outros.

Sendo assim, esta ampliação da sua agenda política na parceria com entidades nacionais e internacionais alinhadas com seus princípios, como a Via Campesina, ONGs, movimentos sociais e sindicatos urbanos, estaria nas nossas análises também relacionada a processos de reterritorialização a partir de redes, fazendo surgir um novo campo de disputa dentro de territórios tradicionalmente hegemônicos pelo capital. Seu território assim amplia-se para uma perspectiva geral da cidadania e dos direitos humanos e, neste sentido, não é somente um movimento pela terra, e sim pelos direitos sociais e políticos das pessoas, dentro da perspectiva dos “novos movimentos sociais”. (SCHERER-WARREN, 1993)

A territorialização do Movimento no Brasil se realizou através de lutas sociais intensas, como as ocupações de latifúndios, os acampamentos, as marchas coletivas, os protestos públicos, da ideologia socialista e de uma educação fundada na mística Sem-Terra, formando militantes em torno de seus ideais políticos (CALDART, 2000). No seu território objetivo e material, através de um projeto de desenvolvimento rural, na conquista de vários assentamentos e na sua concepção política, o Movimento reinterpreta o cooperativismo, considerando-o um meio de luta por outra agricultura e para “uma nova sociedade: igualitária e socialista”; com base na teleologia marxista e no trabalho coletivo a partir das Cooperativas de Produção Agrícola – CPAs, funda um modelo de desenvolvimento rural, de acordo com estes ideais. (MST, 1995)

Contudo, seu território ultrapassa da objetividade da produtividade e dos assentamentos rurais para uma dimensão mais simbólica e subjetiva. Quando evoca a vida comunitária rural e o socialismo concretamente com uma vida camponesa com base na família e, recentemente, com a emergência do problema ecológico mundial, atrela este território imaterial à agricultura familiar, à agroecologia e à preservação das paisagens rurais, em contraposição à paisagem geométrica e uniforme das grandes fazendas monocultoras, das transnacionais monopolistas de alimentos<sup>34</sup>.

Isso caracteriza uma reterritorialização que o Movimento empreende no resgate da cultura camponesa, com base na agroecologia como alternativa a um mercado excludente e em um modelo de desenvolvimento com base no socialismo.

---

<sup>34</sup> Cf. em *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra*, 270 ed., março de 2007. Disponível em: <<http://www.mst.org.br>>. Acesso em 03 de fevereiro de 2009.

## **2.2 MST e desenvolvimento rural - Cooperativas de Produção Agrícola – CPAs**

De acordo com Strapazon (1998), a construção da identidade do Movimento e sua territorialização para o estado de Santa Catarina, Sul do Brasil e, posteriormente, para o país, nos reporta ao surgimento da sua bandeira como símbolo maior da sua territorialidade em meados da década de 1980, quando houve uma transformação da hegemonia e mediação, que passou da Comissão Pastoral da Terra – CPT – para as lideranças do MST. A CPT foi a principal mediadora dos agricultores sem-terra nas ocupações, predominantemente no Sul do Brasil no início da década de 1980, onde, através de um discurso político-religioso e uma visão prática e moral, com base no “divino” e numa sociedade socialista, influenciada pela Teologia da Libertação, agregou uma massa de agricultores sem-terra em torno de uma reforma agrária pela pressão social, com base nas ocupações.

Contudo, este discurso se desgastou em virtude do contexto histórico brasileiro da redemocratização no final da ditadura militar, com a entrada na arena política de partidos de esquerdas e movimentos populares. A Igreja não diferenciava opositores, deixando todos no rol dos “inimigos”, inclusive o Estado e partidos políticos, prejudicando, assim, as alianças do Movimento. Lideranças do MST, percebendo a constituição da sua autonomia na configuração democrática horizontal que a Igreja deliberava aos agricultores, deixaram os referenciais religiosos para assumirem uma visão sociológica marxista já incorporada pela mesma, o que os ressignificava para uma vida política laicizada e, assim, dava-lhes maior poder de aglutinação com vários grupos sociais, sindicatos e partidos políticos que se alinhavam ao discurso, como ONGs, a Central Única dos Trabalhadores – CUT – e partidos políticos como o Partidos dos Trabalhadores – PT. (STRAPAZON, 1998)

De acordo com este mesmo autor, a partir desta estratégia adotaram um discurso marxista-leninista autônomo na formação de seus quadros políticos, vigorando uma estrutura democrática vertical, com o ideal de vanguarda e com base na experiência anterior junto à CPT pelo associativismo e cooperativismo, lançaram mão de um projeto de desenvolvimento baseado no trabalho coletivo a partir das CPAs. Constituiu-se, então, um discurso alternativo ao capitalismo individualista e ao religioso cristão, passando a vigorar uma explicação racional da sociedade, através da análise macroeconômica marxista, em que a pequena produção tende a desaparecer num sistema explorador que exclui os pequenos agricultores e os leva a perderem suas terras, para o qual a única alternativa seria a coletivização das terras a

partir da modernização da produção, em forma de cooperativas. Ou seja, uma racionalidade produtiva e econômica que resulta em maior competitividade para a conquista do ideal socialista. (STRAPAZON, 1998)

A construção da proposta de cooperativas agrícolas pelo MST tem origem no Rio Grande do Sul, no município de Ronda Alta, em um dos primeiros assentamentos conquistados pelo Movimento no final da década de 1970. Com o apoio da Igreja, idealiza uma forma de organização associativa, partindo da própria tradição camponesa em forma de mutirões, na época, em vista do contexto político, apontada como vantajosa em comparação à cooperativa. (CAZELLA, 1990)

De acordo com este autor, o modo de organização preconizado pelo Movimento tem implícita a avaliação do “lugar da pequena produção no capitalismo e suas limitadas perspectivas de desenvolvimento” (CAZELLA, 1990, p. 50). A cooperativa é vista como maior inserção social e defesa, através do aumento da produtividade e facilidades sociais, como a liberação de quadros para formação política.

Através de seminários nacionais específicos sobre a cooperação agrícola, com base na sua experiência social e em literatura clássica marxista sobre o assunto, surgiram os Manuais de Cooperação Agrícola, pelos quais o Movimento se orienta, promovendo os encontros e capacitando os assentados. Também diversos centros universitários e instituições especializadas na área do cooperativismo no país colaboraram no aperfeiçoamento do modelo e na formação de pessoal. (LENZ, 2004)

Segundo dados do MST de 2000, nos assentamentos de reforma agrária do Brasil existiam 81 cooperativas de vários tipos, num total de 20.277 associados, sobre um universo de 350.000 famílias assentadas e, entre estas, existiam 29 CPAs, das quais 21 se situam nos três estados da região Sul, somando 1.290 associados. Essas cooperativas se inserem em um sistema nacional de cooperativas de assentados de reforma agrária (SCA) e recebem orientação e acompanhamento pela Concrab – Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária. (LENZ, 2004)

A CPA é um sistema de produção coletivizada no campo, concebida como um “sistema de cooperação integral”, pois, além da produção, as demais atividades associativas são realizadas coletivamente. A terra não é dividida em lotes, ficando sob o domínio da cooperativa, que repassa os lotes em forma de comodato e sem ônus. O sócio não é assalariado, pois é dono da cooperativa, investindo, inclusive, seu capital (em quotas-partes) e seu trabalho e dividindo com os sócios os lucros do trabalho comum.

O sistema prevê três graus de organização: as CPAs, que são as cooperativas que atuam localmente nos assentamentos – que é o caso de nosso estudo; as Cooperativas Centrais Estaduais e Regionais – no caso, a Coopercontestado (Cooperativa dos Assentados da região do Contestado) em âmbito regional de Fraiburgo, que atende toda a região do Contestado; e, por última instância, a Confederação Nacional – a Concrab. A partir de três CPAs, uma central é constituída e, dentre outras funções, as centrais coordenam operações de venda e compra das CPAs, associações e grupos coletivos e também de famílias; buscam linhas de créditos visando fundos especiais para os assentados, de serviços como a extensão rural, de projetos agroindustriais e convênios com o Estado nas mais diversas áreas (produção, saúde, educação e lazer). Já a Confederação, que é o terceiro grau, reúne as estaduais ou regionais e é responsável pela coordenação e planejamento a médio e longo prazo.

### **2.3 MST, cooperativismo e agroecologia**

Na pesquisa de dissertação de Veras (2005), com base no Estado do Rio Grande do Sul, a autora aponta como o discurso da produção nos assentamentos do MST é uma das suas contradições, pois reivindica uma mudança profunda nas relações sociais, todavia, insiste numa produção alinhada à da empresa rural capitalista, fato este, conforme a autora, que pode estar relacionado à orientação ideológica, tendo como mote o desenvolvimento máximo das forças produtivas para se chegar a uma sociedade socialista e, de acordo com o Movimento, o problema não estaria com as tecnologias em si, e sim na sua apropriação desigual.

Entretanto, não podemos deixar de apontar que estes agricultores vivem num espaço social marcadamente capitalista e, assim, de alta competitividade; logo, sua sobrevivência depende de produção e organização. Os produtos agroecológicos, apesar de garantirem, em alguns casos, a subsistência, e uma saúde humana e ambiental relevantes em relação aos princípios da sustentabilidade, ainda não encontram respaldo econômico ou político no local pesquisado. Seria então, de certo modo, ingênuo e, até mesmo, reducionista pensar somente neste ponto levantado, em relação à orientação política do Movimento, apesar do peso considerável na sua luta social e na ideologização da produção através das cooperativas de produção coletiva, como mostra a autora.

Porém, o trabalho de Veras (2005) oferece valiosa contribuição e ajuda a compreender a questão da agroecologia como uma ferramenta de resistência no campo pela agricultura

familiar e por movimentos sociais, como já abordado neste trabalho, e os limites das cooperativas de trabalho coletivo.

Fazendo um histórico desta questão do MST a partir do RS, através da conquista de assentamentos, em meados da década de 1990, o Movimento promoveu uma intensa política de coletivização do trabalho na fundação de várias cooperativas, com o objetivo de acúmulo de capital e fortalecimento das famílias assentadas. Por meio de programas de crédito, como o Procera, capitalizou a produção em alguns assentamentos e adotou, mesmo que parcialmente, uma agricultura com base em insumos e máquinas agrícolas, na mesma lógica das grandes empresas rurais. Entretanto, diante de grandes dificuldades, como na adoção de créditos e um crescente endividamento, além dos problemas ambientais e sócio-culturais que o modelo gerou, não levando em conta realidades específicas de cada assentamento, a maior parte dos assentados não adotou o modelo preconizado pelos dirigentes do Movimento. Mesmo assim, as lideranças do MST continuam apostando na agricultura competitiva de mercado, disseminando o modelo cooperativista em alguns assentamentos, principalmente localizados nos Estados do Sul do país. (VERAS, 2005)

Paralelamente a este processo, através das ONGs, da Igreja e dos agricultores que não seguiram as diretrizes e, até mesmo pelo fracasso do modelo empresarial, denunciados pelo próprio MST, a agroecologia começa a tomar forma e entrar no discurso do Movimento. Ainda na década de 1980, já se falava sobre outro modelo de produção no MST, como podemos verificar na citação abaixo no livro BIONATUR – Sementes Patrimônio do Povo a Serviço da Humanidade.

Desde a constituição do MST, em 1984, já estava presente a necessidade de nos organizar para conquistar a terra e nos manter organizados para lutar pela transformação do modelo agrícola e pelas transformações da sociedade como um todo, buscando a justiça e igualdade social. Isto fez com que, permanentemente, o MST buscasse diversas formas de se contrapor ao modelo dominante agroindustrial da agricultura, tendo, paulatinamente, construído as primeiras experiências de organização da produção com base ecológica. (CORTEZ et al, 2006, p. 72)

De acordo com Veras (2005), a partir da conjuntura negativa do neoliberalismo que se instala na América Latina no final da década de 1990, o impulso do movimento ambientalista com a Rio-92, o apoio de governos “pró-agroecológico” no Rio Grande do Sul e a experiência da BioNatur neste Estado, dentro do Movimento se desencadeia um processo, onde serão criados assentamentos especialmente para a produção agroecológica, e a mudança do discurso



central para um produção baseada em uma agricultura alternativa, tendo como base o mercado interno.

Sendo assim, a agroecologia vem sendo utilizada no Movimento como uma nova perspectiva, contra um modelo de desenvolvimento rural excludente. Afirma-se nos últimos congressos e nos documentos produzidos pelo MST<sup>35</sup>, que a reforma agrária é o eixo central para a transformação social do país e a agroecologia é o caminho para chegar a este objetivo. Contudo, ainda são poucos os assentamentos adotando este modelo de agricultura, salientando que, assim como o trabalho coletivo e as próprias cooperativas não foram adotadas em massa pelos agricultores do Movimento, a agroecologia pode ter o mesmo destino, dependendo, assim, de resultados posteriores.

---

<sup>35</sup> Cf. em: MST **“Cuidando da Terra, Cultivando Biodiversidade e Colhendo Soberania Alimentar”**  
Disponível em: <<http://www.mst.org.br/>>. Acesso em 05 de fevereiro de 2009.

## CAPÍTULO III

### **O saber dos sujeitos nos processos de Territorialização- Desterritorialização-Reterritorialização**

“Enquanto Macondo festejava a reconquista das lembranças, José Arcadio Buendia e Melquíades sacudiram a poeira da velha amizade. O cigano estava disposto a ficar no povoado. Tinha estado à morte, realmente, mas tinha voltado porque não pôde suportar a solidão. Repudiado pela sua tribo, desprovido de toda faculdade sobrenatural com castigo pela sua fidelidade à vida, decidiu se refugiar naquele cantinho do mundo ainda não descoberto pela morte, dedicado à exploração de um laboratório de daguerreotipa. José Arcadio Buendia nunca tinha ouvido falar desse invento. Mas quando se via a si mesmo e a toda a sua família plasmados numa idade eterna sobre uma lâmina de metal com reflexos, ficou mudo de espanto.”. **(Cem anos de solidão)**

A passagem acima, do livro de Gabriel Garcia Marques, nos mostra os territórios em que está inserido cada personagem citado e sua territorialização e síntese, cada qual desterritorializado a seu modo e, ao mesmo tempo em que se reterritorializa, um novo saber, uma nova subjetividade e um sentimento para com o mundo afloram. A par deste processo, nossa pesquisa esteve imersa, tentando revelar esta sistematização nos peculiares territórios rurais, onde dialeticamente o ser humano e o espaço são transformados, um em interação com o outro.

### **3. O Assentamento Contestado**

O Assentamento Contestado está localizado a cerca de 25 quilômetros a sudeste da cidade de Fraiburgo, próximo da divisa do município vizinho de Frei Rogério. Fundado em 1995, foi ocupado por famílias que acamparam na área à época da ocupação que não eram do MST, e sim vinculadas ao Sindicato Rural de Curitibaanos, também município vizinho.

De acordo com os assentados, antes da posse definitiva do assentamento, um conflito ocorreu entre estes agricultores, que já estavam acampados na área, e o MST, se interpondo este último pela disputa do lote. No entanto, após a conquista do assentamento pelos agricultores do sindicato, estes acabam se integrando ao Movimento, num total de 24 famílias; porém, somente cinco destas constituíram uma Cooperativa de Produção Agrícola – CPA,

com base no trabalho e lotes coletivos, as quais foram pesquisadas neste trabalho, enquanto as outras ficaram assentadas nos seus respectivos lotes, produzindo de forma familiar, mas também ligadas ao Movimento. A área total do assentamento é de aproximadamente 360 hectares, divididos igualmente entre as famílias assentadas.

A CPA Copercam é sediada na agrovila, onde moram as cinco famílias e é o local central do assentamento: uma cooperativa de grãos, leite e de um futuro abatedouro<sup>36</sup> de animais, em fase de conclusão. Toda a produção coletivizada de leite e grãos é repassada e comercializada na cooperativa central – a Coopercontestado (Cooperativa dos Assentados da região do Contestado), localizada em outro assentamento, chamado Chico Mendes, próximo à cidade de Fraiburgo. Junto da agrovila existe um centro comunitário que é usado por todos os assentados, com uma igreja, salão de atividades culturais e campo de futebol. As casas das famílias que residem na agrovila estão dispostas em uma rua central, cerca de cem a trezentos metros afastadas uma das outras.

As famílias que moram na agrovila são todas parentes, pois os homens são irmãos, além de duas mulheres, também irmãs, casadas com dois destes agricultores. Os homens são descendentes de europeus, portugueses e alemães, enquanto as mulheres, na sua maior parte, de descendência cabocla, originárias da própria região. Os primeiros são provenientes de Rio do Sul, cidade localizada no Vale do Itajaí, em Santa Catarina, que migraram para a região quando o pai adquiriu uma pequena propriedade. Porém, a reprodução como agricultores familiares ficou inviabilizada para os filhos e, então, estes começaram a trabalhar como arrendatários, agregados e meeiros. Entretanto, a mudança nos ambientes rurais a partir da modernização agrícola acabou com este modo de trabalho na região, como atestam os próprios agricultores, sendo um dos motivos pelo aumento dos agricultores sem-terra e sua luta através de sindicatos e movimento sociais na região.

“(…) o pequeno agricultor, o que trabalhava de pequeno arrendatário que na época o pessoal trabalhava de arrendatário e hoje não existe mais isso. Ninguém mais ponha o arrendatário no terreno, né e esse pessoal então, daqui começou ir pra beira da estrada e não tinha mais espaço pra esse tipo de gente. Daí ou você vai pra cidade ou fica trabalhando por aí, não sei, daí tem nego que não tem nem lugar pra morar, né. Antes tinha o lugar pra morar, tinha o patrão ali, né, mas tinha o lugar pra quem quisesse, mas hoje não tem mais isso, ou você é um trabalhador com carteira assinada na propriedade do cara e o cara não te dá o espaço pra morar, é complicado.”.  
(Agricultor da agrovila, 45 anos)

---

<sup>36</sup> O abatedouro, que poderá abater animais para corte e industrializar embutidos como salames e linguiças, está em fase de finalização como verificado, faltando os acabamentos principais, sendo que todas as licenças e alvarás já estão preparados, conforme os assentados.

A renda familiar é proveniente principalmente do leite (produzido sob o sistema de Pastoreio Racional Voisin – PRV<sup>37</sup>) numa média de 12.000 litros/mês; do fumo (este através de contrato com empresas fumageiras) e do feijão, todos produzidos de forma coletiva, além de outros produtos que são usados para a subsistência e alimentação dos animais, como o milho, a mandioca, a batata, o alho e outros. Também existe um chiqueirão e três açudes; nestes se criam peixes e rãs. Além disso, existe uma infinidade de hortas, das quais saem hortaliças e legumes e vários outros produtos, bem como os pomares de frutas.

A alimentação das famílias é variada e bem farta, mostrando um nível de vida bom. Compram poucos produtos no mercado como açúcar, sal e óleo de soja. Existe um bom nível de maquinário no assentamento: tratores, colheitadeiras, arados, moto-serra, moinho de farinha e descascadores, ordenhas mecânicas, compressor, enfim, uma variedade de máquinas, onde os trabalhadores conseguem produzir, com base em tecnologia e insumos agrícolas. Já os meios de transportes e de carga são precários – são usados um caminhão e uma moto na locomoção para a cidade e para outros locais, como para a Coopercontestado.

Novas moradias estavam sendo construídas quando estivemos no local, através de um financiamento com um banco público, porém, são casas de um mesmo padrão e pequenas pelo número de filhos das famílias – em média cinco membros. Sendo assim, submetidas ao contrato de término da casa, as famílias esperam que fiquem prontas para depois ampliarem-nas. Assim, em nossa visita, as casas estavam ainda improvisadas e algumas não estavam prontas, porém, constatamos que eram de alvenaria e de boa qualidade e os agricultores pareciam satisfeitos com as moradias.

Outro projeto em construção na agrovila, que beneficia todo o Assentamento Contestado é uma central de informática: uma casa que disponibilizará para a cooperativa e o assentamento trabalhos administrativos e de sistemas de informação, conectada à internet De acordo com os agricultores, é um convênio com o Governo Federal e telefônicas, que estão expandindo o serviço para o meio rural brasileiro. Na agrovila, todos têm telefone celular e antena parabólica. A comunicação externa é uma constante na vida destas famílias, que convivem a todo instante com a televisão, onde acompanham diariamente telejornais de âmbito nacional, e, pelo rádio, vivenciam as notícias locais. Em todo instante, chamadas de celulares são atendidas do assentamento vizinho ou da cooperativa central.

---

<sup>37</sup> A produção intensiva de leite – a base de pasto sob Pastoreio Voisin, se apresenta como um sistema agroecológico de produção animal em que o pastor controla a frequência e intensidade de pastoreio, aumentando substancialmente a produção forrageira e produção animal. (Cf. em MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro. Pastoreio racional voisin: projeto 214 : Fazenda Margarida. Florianópolis: UFSC, Centro de Ciências Agrárias, 2003).

Outro fator de destaque é a educação na agrovila, bastante representativa. Todos os adultos, jovens e crianças são alfabetizados, destacando-se os jovens formados em cursos técnicos voltados para a agricultura agroecológica e o cooperativismo. Estes últimos, inclusive, já pensam em realizar algum curso superior, voltado para a atividade agropecuária.

### **3.1 A territorialização dos saberes na agrovila**

O Estado é um agente muito importante nas ações educacionais do campo, pois há uma construção institucional formal que lhe dá grande territorialidade, o que, antes do Movimento, foi um grande articulador da modernidade, senão ela própria, principalmente a partir dos anos de 1960, quando o Brasil viveu profundas modificações na agricultura e, através de programas educacionais, construiu nestes agricultores um saber com base na produtividade, na tecnologia e em insumos modernos (FONSECA, 1985). Como atestam os próprios agricultores da agrovila,

“A gente morava na comunidade, mas era conhecido por todo mundo, a gente ia pro culto final de semana e no sábado a gente participava do encontro dos jovens. Aquela época era o quatro “S”, não sei se você conhece? O quatro “S” era um tipo de um grupo de jovens criado pela Cidasc naquela época, era jovens do campo sabe.”. (Agricultor da agrovila, 41 anos)

Na fala, além do Estado, está a Igreja, que também influenciava bastante estes agricultores na década de 1980, decaindo muito atualmente; mas, o importante é perceber que, através destes programas educacionais<sup>38</sup> promovidos à época pela Acaresc, implantou-se um modelo de desenvolvimento clássico, daquele que se vive hoje no campo, como vimos anteriormente.

Atualmente, este quadro educacional mudou e o MST vem influenciando a educação do campo brasileiro, principalmente nos assentamentos e na conquistas de programas de educação específicos como o Pronera (ANDRADE & DI PIERO, 2004) e, desta maneira, estabelecendo outro modo de desenvolvimento e um processo de reterritorialização.

Neste sentido, o movimento de desterritorialização através do Estado impôs um novo modo de convivência e de desenvolvimento através de uma ideologia, uma educação com

---

<sup>38</sup> O “quatro S” de que fala o agricultor foi uma importante ação da Acaresc, a partir de 1964, que começou a colocar em prática um programa educacional do jovem rural, com base no modelo norte-americano de ação, através do “Clube 4S” (nos EUA 4H). O “S” significa Saber (Head), Sentir (Heart), Servir (Hand) e Saúde (Health). Filhos de agricultores com idades entre 14 e 25 anos, através destes clubes de encontros e diversão, receberam toda uma educação “modernizante”. (PAULILO, 1990)

valores modernos e um outro tipo de agricultura, reterritorializando-se com outra lógica econômica. De acordo com Hasbaert (2004), o Estado produz uma territorialidade que não exclui a anterior, mas se apropria desta, incorporando-a. “Trata-se de uma des-reterritorialização complexa, que ao mesmo tempo que destrói as territorialidades prévias, reincorpora-as e produz uma nova forma territorial de organização social” (ibid., p. 197).

Assim, o saber anterior também não foi excluído, e sim reinterpretado, produzindo um novo acerca do desenvolvimento, que se torna singular no contexto de um assentamento gerido pelo MST.

Outro fator, ligado as técnicas agrícolas utilizadas na época, também foi verificado concomitantemente a esta reterritorialização do Estado. À época, a intensa utilização de terras pelo modo tradicional de fertilização, geralmente através de queimadas ou pousio, o que, na prática, não era mais viável pelo alto índice de ocupação do solo, causou a saturação da terra, a ponto de esta não produzir a contento da população. Neste sentido, o espaço físico impôs um limite e, desta maneira, um novo saber emergiu. Neste caso, a modernização, com todo seu aparato, veio solucionar, em parte, este problema, como se percebe na seguinte fala, apesar de o processo, paradoxalmente, gerar grande transformação nas regiões agrícolas, enfraquecendo comunidades e causando um intenso êxodo rural, como também não respeitou o meio ambiente.

“(…) trinta ou quarenta anos atrás, aqui na região a gente fazia isto aí, então entrou o químico faz o quê, uns trinta, trinta e cinco anos! Lá pelos anos de 1970 pra cá. Foi ainda com uns parente nosso a primeira vez que a gente plantou milho com uns adubo químico e com calcário na região. Eu lembro com o pai que a gente tinha uns pedaços de terra lá, que plantava milho e o milho morria, nascia e morria, era por muito tempo usada e o pessoal não tinha nem um sistema, era só plantar e retirar e tinha ainda o costume de queimar aquela palha que sobrava pra limpar e trabalhava com tração animal e não tinha o entendimento de deixar cresce pra melhorar a terra. Aí o pai pegou uns cinco hectares de terra e colocou o calcário, mas nem sabia o que era aquilo e não usava veneno, e dali pra cá o pessoal começou, entrou o adubo químico, as sementeiras, os venenos **e ficou mais fácil dali em diante**.”. (Agricultor da agrovila, 45 anos, grifos nossos)

No assentamento, se produz através da lógica convencional, com base em insumos químicos, é claro, quando se tem acesso a estes através do circuito de mercado, seja através do crédito estatal ou privado (ABRAMOVAY, 1992). Neste sentido, como veremos mais adiante, o discurso do desenvolvimento sustentável entra como uma alternativa a esta exclusão, pois, através de produtos orgânicos, ressurgem técnicas e um novo mercado que não

requer o uso intenso de insumos, sendo mais rentável para os agricultores familiares, dependendo da demanda local e regional. (SCHMIDT, 2001)

### **3.2 A relação com o MST**

Os movimentos sociais do campo, de acordo com Almeida (2003), vêm fazendo do discurso da agroecologia um novo aliado na sua luta. Na região, o MST atua através da Escola 25 de maio e dos próprios dirigentes, como é o caso da agrovila, onde praticamente todos os jovens são formados em escolas do Movimento e, diferentemente de seus pais, que geralmente concluíram somente as séries iniciais, têm o segundo grau com o adicional curso técnico. Os jovens entrevistados têm formação em Técnico em Agropecuária com ênfase em Agroecologia e Técnico em Gestão de Cooperativas Agrícolas; portanto existe, além do discurso, uma educação para a prática da agroecologia nos assentamentos.

A educação no Movimento foi um tema sempre urgente e, desde seus primeiros acampamentos e assentamentos, já se discutia a criação de escolas, sejam itinerantes ou fixas. Assim, seus valores foram sendo enraizados nos jovens ou nos adultos. Além disso, os acampamentos são poderosos formadores de opinião, pois ali se aprende, na prática, a luta social sobre a terra paralela à ideologia Sem-Terra, se reterritorializando como um movimento social (CALDART, 2000). Uma jovem agricultora se expressa sobre a educação do Movimento desta maneira na agrovila:

“(...) foram vários aprendizados. Até pra própria questão da organização da valorização do que a gente conquista, do coletivo, de estar se desafiando pra ta colaborando pro movimento assim, tudo isso a gente aprendeu dentro da escola né. Até na questão de estudo e coisa e tal, a gente então aprende de tudo né. A gente faz encontro em estudo sobre a sociedade, do que ta acontecendo, faz avaliação e a gente se constrói né, se constrói como pessoa.”. (Agricultora da agrovila, 17 anos)

Percebe-se imbuída nesta fala a questão do desenvolvimento. A jovem agricultora enfatiza que “até na questão de estudo” e “a gente então aprende de tudo”, ou seja, não somente ensino disciplinar, mas questões como a organização, que está relacionada com o modelo das CPAs, pois na Escola 25 de maio, onde esta jovem estudou, aprende-se, durante todo o curso, a como formar e gerir uma cooperativa, sempre com ênfase no coletivo (FREITAS, 2007). Além disto, é enfatizada uma visão de mundo quando é discutida a sociedade e, desta maneira, é construída uma visão de desenvolvimento que engloba outros

valores além da produção, ou seja, uma identidade, de acordo com a qual eles se dizem Sem-Terra, repercutindo na maneira de ver o mundo, construindo uma ligação de pertencimento a um grupo, a um coletivo e, individualmente, como pessoa. (CASTELLS, 2007)

É o que enfatiza o dirigente do MST na agrovila, que, além de identificar sua identidade camponesa, já com a influência da modernidade através dos valores familiares e o Estado, quando fala das máquinas agrícolas, esta fala também é baseada no Movimento e na sua condição de agricultor, à margem da mesma modernização que lhe empresta a tecnologia e um melhora de produtividade. Ao mesmo tempo em que há uma desterritorialização pelo Estado e pelo sistema capitalista, mudando seus signos, sua subjetividade, eles tentam se reterritorializar, criando novos padrões e valores no e do campo, pela família e pela coletividade – no caso, pelo Movimento.

“Do pai e da mãe nós herdamos [uma memória e cultura] a de cultivar as coisas, o trabalho, as máquinas, as terras, essas coisas aí né. Já do Movimento a gente criou várias coisas: o conhecimento da realidade que a gente vive, porque que a gente se tornou sem-terra, porque tivemos que entrar na luta pela terra. Então isso a gente adquiriu na luta do dia-a-dia.”.  
(Dirigente do MST na Agrovila, 43 anos)

Atualmente, além da escola do MST na região, como articuladora de saberes, outro canal é a presença efetiva nos assentamentos de dirigentes formados pela própria luta no acampamento e cursos e seminários oferecidos pelo Movimento. Durante a pesquisa, percebemos como o dirigente é um agricultor que está em constante movimentação entre vários territórios do MST, seja em Chapecó, na direção estadual do MST, ou em Fraiburgo e Campos Novos, na cooperativa regional. Além disso, esta pessoa representa a cooperativa local e seus interesses, participando de eventos promovidos pelo Estado, como os projetos pelo MDA na região<sup>39</sup>.

Sendo assim, este agricultor é um importante articulador e educador dentro da agrovila, onde traz e leva informações preciosas, sejam da produção, com relação a preços ou políticas e também problemas relacionados com a administração e questões funcionais. Também é aquele que traz inovações e, principalmente, é um importante canal do Movimento. Além disto, identificamos vários símbolos, modos de educação no campo social agrícola-urbano que este dirigente traz para dentro do assentamento, numa região

---

<sup>39</sup> Estes projetos se relacionam com o novo programa federal – “Territórios da cidadania” do MDA – que abrange regiões próximas do local. Cf. em <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br>>.



eminentemente rural, mas correlacionada em redes de movimentos sociais. (SCHERER-WARREN, 1993)

Em suas saídas, este dirigente era frequentemente encontrado em reuniões na Cooperativa Contestado e em encontros com o MDA, o Incra, o próprio MST, pequenos agricultores e universidades da região. Dificilmente encontrávamos este em casa; somente à noite mesmo, no aconchego do lar com a esposa e filhos, fumando seu cigarro de fumo de corda, enrolado numa palha de milho, o chamado “paieiro”, assistindo aos telejornais e às novelas com a família – um autêntico agricultor contemporâneo brasileiro.

Vamos também perceber a importância da construção da identidade e do saber com relação à questão do desenvolvimento e das pessoas dos assentamentos, quando o dirigente do Movimento na região, ou o Chefe de Brigada de Fraiburgo, expressa estas palavras:

“Eu sempre falo com as pessoas com quem converso, na minha juventude e na adolescência onde eu fui em escola tradicional, que eu fiz o primeiro grau. Nestes oito anos de escola eu não aprendi o que eu aprendi em dois ou três meses de MST. Eu devo a minha formação pra vida, pra esta organização MST! A partir do momento que eu me inseri, que eu comecei a conhecer e entender mais quem eu sou dentro desta sociedade que nós vivemos, que o movimento te proporciona isso se fosse querer, de você entender e conhecer a importância que tu tem dentro da sociedade. De repente tu não é o salvador da pátria, tu não pode fazer a revolução, mas tu pode ser o início desta semente, de você poder sonhar com uma sociedade mais justa, igualitária, que todo mundo tenha condição de vida, de educação, tenha saúde, lazer que infelizmente hoje, as coisas boas é pra uma determinada classe e o povo tem que passar por tudo, pelo pior. Mas a gente, dentro do movimento, eu tive a condição de conhecer isto em pouco tempo, por isso eu digo que eu devo isso a organização que me ensinou pra mim, me ensinou qual é minha parte.”. (Dirigente do MST na região de Fraiburgo, 39 anos)

Percebemos que o MST cria uma identidade territorial arraigada nestas pessoas, pois alia-se a um lugar, a um povo e a uma história. No caso da região, a pertença e a identificação local com a luta dos antigos caboclos da Guerra do Contestado, fazem com que as pessoas se vejam como descendentes desta memória, nomeando o próprio assentamento e relacionando-o com esta luta histórica. Neste sentido, entendemos também como faz Riviera (1999, p. 53, apud HASBERT, 2004, p. 228), quando comenta esta identidade, à qual estes agricultores propugnam:

“Não é simples manipulação simbólica ou ideológica. A identidade étnica tem um valor performativo, no sentido de que ela acaba efetivamente por

orientar o comportamento dos atores sociais e por lhes oferecer sentido e uma possibilidade de mobilização.”.

Sendo assim, quando se enfrenta territórios hegemônicos, uma luta social fica sem sentido quando não existe uma atitude efetivamente humana, criadora e enraizadora. É exatamente isso que o Movimento empreende quando tenta reterritorializar-se, através da própria história dos caboclos na região, educando estas pessoas neste sentido e numa identidade Sem-Terra. Em alguma medida, percebemos como o Movimento engloba a própria ideia do divino (FERREIRA, 2008), quando observamos em suas casas a bandeira do MST, ou quando participamos de uma “mística” em torno da história da região e da conquista dos assentamentos, onde os agricultores nativos “desorganizados” se unem aos agricultores “organizados” do MST e conquistam a terra.

Existe uma história, um sentido de luta, de conquista da terra e de uma vida melhor e também um fim, um campo melhor para se viver, “por meio da cooperação e da solidariedade em prol do desenvolvimento das pessoas” (GOULET, 1968). Em torno de um símbolo maior, o MST, representando o coletivo de homens e mulheres, simboliza também as pessoas que lutam para isso se realizar, fechando a mística interior das mesmas, quando aí se proclama, através dos antepassados, como a luta é difícil e, às vezes, mortal, mas vale a pena quando se conquista a vitória, reconfortando as pessoas, reterritorializando-se e apreendendo um saber, formando a própria subjetividade destas.

Por outro lado, outra interface desta territorialidade é observada quando lidamos com a questão econômica, sempre colada à simbólica-cultural. Outro modo de o MST propagar suas ideias é na forma da extensão rural, que, além de técnicas e orientações produtivas e comerciais, também apresenta um nítido fator político e social, conforme relata o técnico dos assentamentos:

“A assistência técnica como falei, ela segue o que o Movimento discute né, aí dentro de cada cadeia produtiva, a gente chama de cadeia produtiva, como a do leite, dos grãos, da bracinga, das hortaliças e da carne, são cinco eixos que se baseia pra ir a campo, pra trabalhar, né. Por exemplo, do leite a gente com núcleos, as famílias no Movimento são organizadas em núcleos, no caso aqui de Fraiburgo (...), (...) aí dentro dos assentamentos é por núcleo, daí a gente trabalha nestes núcleos pra atingir a todos, com a equipe é muito reduzida a gente não tem como fazer um trabalho individual, não tem como dá volta em todo o assentamento, então a gente trabalha com grupo de afinidades, o grupo quer trabalhar com leite, faz dia de campo, palestra, vai no assentamento chama a família toda pra fazer dia de campo hoje, vamos trabalhar rebanho, trabalha pastagens e vê a necessidade deles né.”. (Técnico do MST, 26 anos)

Aqui podemos observar como é realizado o trabalho de base nos assentamentos. O saber é difundido através de estratégias de multiplicação, pois é precário o número de técnicos. Mais adiante, o mesmo técnico conclui, além do trabalho técnico:

“(...) na prática a gente acaba fazendo outras coisas junto, não só a parte que é determinada, alguns quebra-galhos, a parte política e social junto né.”.

Enfatizam-se aqui os canais de informações e de territorialização que o Movimento disponibiliza. Evidências mostram como o território de atuação do próprio MST conta com dificuldades na região e, por consequência, a atuação dos agricultores dos assentamentos é alinhada à sua política. Percebemos que seu território e, assim, seu espaço social, de maneira geral, fica restrito à produção; sendo assim, sua mobilização política vem se transformando. De acordo com um dirigente sindical, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da região, a atuação do MST

“Em 1986 era o Bicho Papão, todo mundo tinha medo. Que nem na época, não me lembro bem, meu pai era ligado a um partido e todo mundo falava que era comunista e todo mundo tinha medo dos comunistas. O MST na época era mais ou menos, onde tinham medo dos comunistas o povo tinha medo dos sem-terra e eles eram muito agressivo mesmo. Hoje eles estão mais “ligh” aprenderam, com diz o ditado popular, a dor ensina a gemer né, eu acho que eles viram que tinha que dar uma maneirada e mesmo também quando o Lula chegou ao poder, eles batiam muito quando era um governo de direita né, aí o Lula chegou ao poder eles deram uma aliviada, também não tem como bater muito com um cara que colaborou e continua colaborando, na minha visão, com as causas do MST.

Eu vejo, assim, quase nem se ouve falar mais, porque as ações deles diminuíram aqui na região e se tem algum movimento ta mais distante daqui, porque áreas pra articulação deles não tem aqui na região. Quase ta passando despercebido a questão do MST.”. (Dirigente sindical, 49 anos).

Os assentados da agrovila também confirmam esta condição atual do MST na região e na cidade, como podemos notar nesta fala:

“(...) tanto que no começo aqui quando entraram na terra aqui, né, se você fosse pra cidade com o boné do movimento deus me livre! E hoje já não, hoje mudou bastante.”. (Agricultora da agrovila, 37 anos)

De acordo com os assentados, a atuação política tradicional do MST na região está cada vez mais difícil, pois não é mais possível achar propriedades improdutivas e grandes no município. Sendo assim, estes agricultores encontram-se na mesma condição de agricultores

familiares, com as mesmas dificuldades de produção e comercialização, saindo daquele campo de disputa por terras para a disputa por mercados e recursos públicos; isto vem representando sua luta social atualmente na região e, por consequência, a atuação de seu território. (MIOR, 2005)

### **3.3 A produção e o mercado**

A produção do MST é diferenciada em relação a outros grupos sociais. Na agrovila pesquisada envolve, além da sobrevivência e de uma melhora de vida, um ideal de desenvolvimento pautado no socialismo, pelo modelo coletivo de produção, e na identidade Sem-Terra. Na agrovila, toda a produção é coletivizada, desde o fumo até o leite. A especialização em determinada atividade é preferível, como a ordenha e o trato com os animais, pois demandam técnicas que precisam ser aperfeiçoadas. Esta especialização é prevista nos manuais de cooperação do MST, quando se deve extinguir a ideologia “artesanal” para a “obreira”. (Concrab – MST, 1994)

“Porque ali do leite quem cuida mais são eles [uma família específica], não vai dizer que às vezes a gente não ajuda, às vezes a gente também sai dá uma passeada, mas na maioria das vezes é eles. Porque tem uma coisa, se você todo dia troca, você não faz uma coisa bem feita, ainda mais a questão do leite e de uma vaca, se você não saber qualquer coisa que a vaca tenha de “barda”, se você não sabe tirar o leite ou coisa assim, você estraga a vaca, dá custo. Saber fazer, então já faz dois anos que eles tão tocando sozinho o leite, porque antes nós tocava, eu tirava a tarde ele de manhã não tinha problema nenhum, mas qualquer coisa que tinha acontecido com a vaca e eles tinha mais experiência e a gente ia tirar leite e eles olhavam e falavam, “ó essa vaca tá com isso”, a gente conversa sabe. As vezes no tirar o leite a bicha se estressa, então é assim, a gente toca.”. (Agricultor da agrovila, 41 anos)

Esta questão é discutida por Lenz (2004), mostrando, de fato, que o assentado é induzido por estas relações com a cooperativa, a abandonar sua ideologia de camponês artesão, próprio da agricultura familiar, e a adquirir uma nova identidade. Porém, esta identidade não se define de imediato e fica enviesada entre membro de um movimento social e de uma cooperativa de produção especializada, previsto nos manuais da Concrab. Aqui, sua territorialização fica indefinida, pois, ao mesmo tempo, o assentado tenta se reterritorializar através de um movimento social, trazendo consigo valores mais afetivos com a terra e laços campesinos, mas, por outro lado, atua em um movimento de desterritorialização, pois acaba perdendo seus vínculos já enfraquecidos de agricultor artesão, percebidos como uma relação

mais direta com a terra e com a comunidade, ficando assim sua subjetividade e seu saber influenciados diretamente por estas relações, construindo um específico modo de desenvolvimento, muitas vezes indefinido ainda.

Vamos perceber que esta produção de forma coletiva na agrovila se tornou comum por um fator fundamental – o cultural. Além de serem pessoas da mesma família, a prática vem de longa data.

“Que nem nós, nós trabalhava antes de ser assentado, trabalhava na terra do pai, a gente trabalhava junto né, (...)”. (Agricultor da agrovila, 45 anos)

“Não tem o que fazer mais, já tentamos de tudo que forma, mas ver a organização que ele teve em família sabe, nós trabalhamos coletivamente porque nós já trabalhava neste sistema na casa do pai (...). É meio complicado sabe, a questão do trabalho organizativo do assentado Sem-Terra coletivamente, é complicado o pessoal aqui é muito individualista mesmo.”. (Agricultor da agrovila, 41 anos)

Há um conflito que o próprio agricultor expõe, com relação a outras famílias do assentamento, de não participarem do trabalho coletivo ou mesmo da cooperativa. Para ele, este envolve, antes, um ideal pautado sobre a história de exclusão e uma ideologia com base no socialismo e na luta Sem-Terra (CALDARDT, 2000). Ele e os seus se deparam com o choque cultural diante das outras famílias que não acompanham esta orientação. Para os agricultores da agrovila, a relação é muito mais fácil por se constituir uma relação já familiar; porém, para aquelas famílias que não tiveram uma vivência neste sentido, fica mais difícil.

“Mesmo a questão do leite é questão de consciência, se não fosse assim nós não entregava o leite pro Terra Viva, porque nós perdemos aí, frouxo aí, uns cinco centavos por litro. Se fosse pra entregar pra [empresa de laticínio concorrente], tem cara que produz pouco e prefere entrega pra eles, sabe, quer dizê (...)”. (Agricultor da agrovila, 41 anos)

Eles abandonam até mesmo um maior lucro em vista de uma “questão de consciência”, recriminando outros agricultores do mesmo assentamento por não entregarem seus produtos à cooperativa do MST. Na visão de Cazella (1992), a exclusão social deve ser discernida. O autor indica a existência de marginalização entre os próprios grupos sociais, em vista de algumas famílias do assentamento não investirem e, por isso, participarem secundariamente, seja na CPA e até mesmo dos encontros do MST. Sendo assim, há certa marginalização destes agricultores, não aprovando suas posições, como na seguinte fala:

“É antes do Terra Viva a [empresa tal] já andava por aqui. Quer dizer, eles pagam mais, mas é uma questão de consciência, o pessoal mora num assentamento que o Movimento conquistou, mas tem um pessoal que prefere entregar pra eles! Porque ganha mais, quer dizer, na hora da discussão quando é pra mudar preferem fazer isso. Quer dizer em vez de incentivar, pra fazer mais ocupações, não entra na cabeça, não tem como fazer ele mudar de ideia, não existe.”. (Agricultor da agrovila, 41 anos)

Como percebemos, a produção na agrovila segue o modelo convencional agrícola, com base em insumos químicos; porém, algumas sementes, como de milho e feijão, são geralmente estocadas em bancos próprios dos assentados e existem algumas técnicas alternativas e agroecológicas, como o PRV. Para eles, a relação de dependência com estas empresas é uma via de mão dupla que, de acordo com os mesmos, é um mal necessário.

“É que vem uma coisa mais pronta [os pacotes de insumos e sementes], porque queira ou não queira ela te tira teu lucro [as empresas de fertilizantes e agrotóxicos], mas ela te economiza um monte de mão-de-obra, né! É uma coisa que você precisa, né”. (Agricultor da agrovila, 41 anos)

Esta relação gera um intenso processo de desterritorialização, quando outro saber é apropriado e reterritorializado pelos assentados. Neste sentido, o fumo é o exemplo mais emblemático e contraditório. Ao mesmo tempo em que resolve problemas de ordem financeira para os assentados, é contra a ideologia do Movimento, como eles mesmo declaram; mas, na prática, dentro da cooperativa, é uma importante alternativa de sobrevivência. De acordo com um agricultor,

“Na questão da produção aqui nos assentamento é o leite e o fumo. Na verdade a pequena propriedade principalmente para os assentamentos você não tem muita escolha, que nem nós, nós nunca queremos trabalhar com fumo, mas é uma questão que nós somos obrigados a trabalhar com fumo, nós vamos plantar o que, fruticultura! Só que na hora se você comercializar o rendimento é muito menor, este ano passado até dava de você trabalhar com outros tipos de cultura, mas os outros anos anteriores você não conseguia nem se manter, praticamente culturas falidas pra pequena propriedade, porque você tem produção pouco e tem que ter rendimento maior, diferente da grande que pode ter um rendimento menor na produção só que como ela produz em larga escala, no final ela tem um montante grande e na pequena se torna difícil. Por isso a produção de fumo ta suprindo a necessidade da pequena propriedade.”. (Agricultor da agrovila, 19 anos)

A territorialização das empresas de fumo no Brasil é destacada por Corrêa (2002), que mostra, histórica e atualmente, como é sua atuação, utilizando-se de materiais informativos e persuasivos, como jornais bimestrais, programas educacionais e campanhas direcionadas aos

jovens, visando diminuir a migração campo-cidade; campanhas ambientais que contam com o apoio do Estado e o controle da produção, através de contratos e da orientação e extensão técnica e seu “justo” pagamento, por meio da integração<sup>40</sup>. Já outro trabalho, como o de Silva (2003), apresenta os malefícios da indústria do fumo que, apesar de gerar renda para milhares de famílias, principalmente no Sul do Brasil, contraditoriamente gera uma dívida social e ecológica, trazendo prejuízos à saúde humana e ao meio ambiente. A questão é encontrar alternativas, substituindo esta lavoura em médio prazo.

Um das alternativas seria a questão da proximidade com os mercados e, efetivamente, da existência de um mercado local para, desta maneira, produzir alimentos em vez de produtos como o fumo, pois, além de gerar malefícios diretos para o produtor, também gera para o próprio consumidor. Entretanto, a agricultura familiar localmente, na cidade de Fraiburgo, enfrenta problemas na institucionalização das feiras de produtos coloniais.

De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fraiburgo, o estabelecimento do Sistema de Inspeção Municipal – SIM, se tornou um processo oneroso e inviável para os agricultores da região.

“Pra questão do desenvolvimento do pequeno agricultor, por exemplo, a quatro anos atrás com o prefeito, o pequeno agricultor fazia o queijo, o salame, quer dizer ele industrializava o seu produto artesanalmente e vendia na cidade, com este novo prefeito ficou proibido, tocou a vigilância em cima.”. (Dirigente sindical, 49 anos)

Em vários municípios no oeste catarinense, como confirma Mior (2007), ocorre o fortalecimento da agricultura familiar através da institucionalização de produtos coloniais, artesanais e orgânicos, comercializados em pequenas e médias feiras e até em pequenos mercados e mercearias; entretanto, se torna imprescindível um controle sanitário destes alimentos. Na região, esta racionalização econômica é inviabilizada pelo alto custo para o registro legal entre agricultores familiares de menor renda, especificamente do assentamento pesquisado. É o que relata o dirigente do MST na região:

“É pra tu vender teu produto ali, por exemplo, se for um queijo que tu produza na sua propriedade, pra vender no comércio tem que ter um SIE [no caso é o SIE – Sistema de Inspeção Estadual], um negócio registrado na inspeção estadual pra tu vender teu queijo. Aqui, na verdade até tem uma feira que funciona no município, que o agricultor tem que fazer um registro,

---

<sup>40</sup> Esse pode ser caracterizado pelo controle, por parte das empresas, do processo de produção e comercialização, via controle técnico, controle total da produção e fixação do preço da matéria-prima produzida.

mas que praticamente inviabiliza. Porque também é uma pressão muito grande dos supermercados, pra cima da prefeitura, pra não deixar as pessoas vender os produtos na feira, por que daí ele deixam de vender no mercado.”. (Dirigente do MST na região de Fraiburgo, 39 anos)

Como vimos, de acordo com Carrière e Cazella (2006), num processo de desenvolvimento territorial, a apropriação da “renda da qualidade territorial” – no caso dos produtos da agricultura familiar apropriados pelos grandes capitais da região – configura uma elitização e, desta maneira, concentração de renda e até mesmo expulsão direta de territórios, através dos próprios meios traduzidos como legais e democráticos.

Existe grande dificuldade de se comercializar a produção dos assentamentos. Em nosso estudo, podemos conferir a produção da agrovila, de acordo com os agricultores:

“É hoje a questão da proximidade, dos assentamentos que trabalham com verdura, que nem Araquari, eu não conheço Araquari, eu acho que tem uma questão econômica boa lá, mas se você pega aquela região perto de Joinville que é a maior cidade que nós temos no Estado. Esse pessoal se trabalhar esta questão da verdura fica fácil pra eles, mas aqui, aqui fica mais difícil, apesar de alguma coisa ta encaminhada.

Como o leite, ta fácil sair hoje o barriga mole [leite tipo C] aqui na região, tem tudo pra encaminhar o leite pasteurizado, um passo já ta bem dado, nós temos máquinas né, que faz parte da organização né, todo mundo os sócios da cooperativa regional e aqui da cooperativa tem representante que discute [Ele fala da Coopercontestado onde o laticínio se localiza em Campos Novos, onde é industrializado somente o queijo e o leite não].” (Agricultor da agrovila, 41 anos)

Percebe-se, neste processo de desterritorialização, como estes agricultores, através da criatividade, inventividade e enraizamento do movimento social, promovem um processo de reterritorialização a partir de uma das alternativas mais concretas da região oeste catarinense atualmente, que está sendo o leite (MIOR, 2007). Através do leite, as cooperativas geridas pelo MST entraram nas cadeias de *commodity* – no caso da Coopercontestado, através da industrialização do queijo mussarela.

Assim, evidencia-se que estes agricultores conseguem se inserir em outras redes, estas em âmbito global, se territorializando através da produção e, desta maneira, seus saberes sofrem mudanças significativas, pois precisam ser reciclados e atualizados constantemente, já que neste meio a inovação é fundamental. O centro informático dentro da CPA é uma ferramenta desta territorialização, pois a cooperativa, para sua expansão, precisa de canais e redes imateriais; caso contrário, sua desterritorialização é contínua.



Entretanto, esta reterritorialização, mesmo dentro dos assentamentos, é desigual, pois nestas redes de desenvolvimento não existe adesão integral dos agricultores. Quando perguntamos sobre a porcentagem dos agricultores que são sócios da cooperativa central e entregam seus produtos, no Assentamento Contestado são menos da metade, como relatam os agricultores:

“Eu digo assim, mas não é todos os assentados dos assentamentos que são sócios! Por exemplo, Ponte Alta, os último que vieram pra se associar ali acho que era sete ou oito, aqui dentro do assentamento acho que deve ter uns quarenta por cento de sócio de Lebon Régis tem pouco, o assentamento que é sede lá acho que tem um ou dois, sério mesmo!”. (Agricultor da agrovila, 41 anos)

“Nos assentamento são mais que entregam pra os de fora do que pro Terra Viva, por que tem outras empresas também.”. (Agricultor da agrovila, 45 anos)

É difícil detectar este problema; somente é possível com uma pesquisa mais profunda e contínua, verificando quais as razões destes agricultores não assumirem uma sociedade na cooperativa. Uma evidência, como vimos, é mesmo dentro destes territórios dos assentamentos serem encontrados conflitos, como percebemos nas falas dos entrevistados, a partir das quais poderíamos encontrar algumas conclusões. Também outro obstáculo é a especialização que o sistema impõe, onde alguns agricultores são obrigados a entrarem no “esquema” agroindustrial convencional, para viabilizar o mínimo da sua reprodução. Entre os produtos, está o fumo, o frango, o suíno, entre outros. (PAULILO, 1990)

### 3.4 Agroecologia e sustentabilidade

A agroecologia, como também a própria sustentabilidade na agrovila, tem relação direta com a questão da produção (CARPORAL & COSTABEBER, 2004). A partir do momento em que não existe um mercado consumidor local e mesmo regional para produtos sem agrotóxicos, os chamados orgânicos, a sustentabilidade econômica fica inviabilizada; sendo assim, quando investigamos esta questão e o porquê da não produção, além de outros fatores, este é crucial, conforme um agricultor:

“(…) ainda trabalhamos no modelo convencional no assentamento.”.  
(Agricultor da agrovila, 41 anos)

Em relação à questão do mercado, é o que declara o dirigente da agrovila:

“(…) a agroecologia tá nesse negócio de saber quem é que produz e uma relação entre a produção e o consumo e muitas vezes está muito mais relacionada nesta aptidão ao consumo que vai dar demanda pra produção. Por que hoje tem umas feirazinhas na região. Por exemplo, em Lages tem um lugar lá e em outras regiões que a gente conhece numa pequena escala, né, mas assim aqui em Fraiburgo não tem.

O consumidor, por exemplo, ele tem que se declarar mais, entendeu, se a gente tivesse a capacidade de criar uma cooperativa ou uma associação com essa característica o consumidor também teria que ter essa organização, se organizar e exigir que nós queremos comer coisa só neste sentido, aí começa a aparecer as pessoas, entendeu, quem produz e quem consome, então tinha que achar uma forma de a gente juntar estas coisas, estes pensamentos, por exemplo, eu vou lá pra Florianópolis, se eu levar produtos agroecológicos daqui pra lá, se eu chego lá eu comercializo, volto e produzo mais (…)”.

(Dirigente do MST na agrovila, 43 anos)

O MST vem incorporando em seu projeto de desenvolvimento outras formas de convivência e de formação, como o desenvolvimento sustentável, relativizando seu discurso para demandas do mercado através de produtos orgânicos (STRAPAZZON, 1998; VERAS, 2007). Porém, não encontra respaldo localmente, como conferimos acima na fala do agricultor, em virtude de um mercado ainda fraco.

De acordo com um técnico do MST na região, a agroecologia ainda é muito incipiente, se localizando pontualmente em alguns assentamentos, e a sua prática integral se dá na Escola 25 de maio, mas com uma produção inexpressiva, obedecendo mais aos processos educativos, voltados para a profissionalização dos alunos (FREITAS, 2007). Sua principal aplicação nos assentamentos visa à diminuição de insumos químicos, geralmente explorados por empresas do ramo que, além de caros, dependem de financiamentos; porém, a eficácia destes insumos está no rendimento e na menor mão-de-obra aplicada, afirmação um tanto controversa, conforme Altierie (2002), para o qual uma maior produtividade está relacionada a uma agricultura racional, usando quantidades reduzidas de insumos, respeitando os ciclos naturais dos vegetais e da própria natureza.

Outro problema identificado, além de tudo, é não existir uma cultura da agricultura orgânica e da agroecologia, oferecendo, quando é o caso, resistência por parte dos assentados no que se refere à prática advinda de uma cultura histórica ainda com o uso intensivo dos agroquímicos. Este problema é detectado pelos próprios jovens agricultores, conforme a seguinte fala:

“Quer dizer tem toda esta questão e é isso que tem que colocar na roça, mas e daí, como que a gente coloca, né, esta questão da agricultura já é um conhecimento antigo, né e depois tudo isso mudou com o agrotóxico. Que que a gente faz, quem é que lembra como fazer é isso que a agroecologia faz?”. (Agricultora da agrovila, 17 anos)

Percebemos que este saber foi desterritorializado e praticamente perdido com a reterritorialização de um saber moderno agrícola, o qual está profundamente impregnado na subjetividade destes agricultores e em todas as relações sociais do campo brasileiro. Almeida (2003) aponta como o conhecimento agroecológico ainda carece de um quadro teórico-metodológico e prático para sua efetiva realização, além, é claro, da questão do mercado.

Para estes agricultores, a agroecologia passa do quadro instrumental técnico-científico e se alia à sua luta política por melhores preços, mercados e territórios, principalmente relacionando-se com a agricultura familiar e a reforma agrária (NETO & CANAVESSI, 2003). Porém, na agrovila visitada, ainda não se encontra respaldo para produzir agroecológicos, fato presente na fala principalmente do dirigente do Movimento, que enfatiza, encontrando na própria objetividade da sobrevivência, um empecilho.

“(…) hoje o nosso planejamento, o nosso grupo aqui estamos bem longe da agroecologia, apesar de a gente ter difundido e ter claro esse negócio da produção. Até inclusive a gente planta fumo como uma questão econômica senão, entende, a gente não consegue se virar. No Movimento este é um debate muito forte e bem antigo, tipo assim, não foi uma coisa que nasceu ontem.”. (Dirigente do MST na agrovila, 43 anos)

Na mesma entrevista, ele conclui que no próprio Movimento está sendo difícil implementar esta ideia, pois, apesar de toda uma orientação, o discurso encontra dificuldade no processo de institucionalização da ideia e, desta maneira, de sua territorialização concreta e assim, a sua prática.

“Então você vê a dificuldade que a gente tem, não vou dizer nem de praticar, mas de massificar este negócio. Porque é assim, a gente tem experiência agroecológica em área de assentamento, mas coisa pequenina! Mas como é que massifica este negócio! Aí tu massifica e direciona pra onde e pra quem, entendeu.”.

De acordo com Carrière & Cazella (2006), a institucionalização de um processo de desenvolvimento na abordagem territorial se faz pelo necessário apoio das instituições formais, que desempenham um duplo papel, corrigindo as insuficiências das instituições

informais, organizando o sistema econômico, além de existirem estrutural e concretamente. Elas exercem o papel do poder instituído, o poder territorial econômico e político hegemônico em determinado contexto; neste sentido, Estado e empresas locais deveriam apoiar este tipo de iniciativa, entretanto, em vista da natureza territorial contrária e o apelo político-ideológico da agroecologia, atualmente esta sofre grande imposição para sua generalização; é o que constata Almeida (2003, p. 11). Conforme este autor a

“(...) história e explícita vinculação com o campo político-ideológico trouxe problemas de relacionamento e de afirmação para a proposição agroecológica, na medida em que a tentativa de universalização parece ter sido prejudicada, pois foi identificada com um ideário político-partidário ou com grupos políticos específicos.”.

Outro fator limitante à agroecologia, este de ordem cultural, seria relacionado à questão do risco, pois o agricultor, pela sua natureza social camponesa, conforme Abramovay (1992), tem receio de arriscar em qualquer atividade diferente do habitual. A inovação é vista com muita precaução pela própria natureza da agricultura, ou seja, do risco de perder uma safra inteira depois de meses de trabalho e comprometer sua própria subsistência.

“Por tipo assim, eu vou falar bem a verdade, se nós produzir hoje o agroecológico, eu acho que não é difícil, porque tem áreas de assentamento que estão sendo desapropriada, que eu tenho certeza que nunca recebeu uma dose de adubo químico e nem uma gota de veneno, entende. Se a gente conseguir comprar uma semente sadia ali, ano que vem nós vamos ter feijão agroecológico, só que é caro produzir este negócio! Porque tu produz com a força dos teus braços, entendeu cara, e a produção é pequena. Agora tipo assim, como esse produto vai chegar lá no mercado, se eu vender um quilo de feijão agroecológico hoje, não falo nem hoje que o preço do feijão disparou este ano, mas tipo ano passado que a gente vendia a trinta reais a saca, entende. Se eu for fazer isso eu vou morrer de fome, cara, eu não vou conseguir comprar um sapato pro meus filho, vai faltar açúcar na minha casa. Quer dizer é um processo bem melindroso!”. (Dirigente do MST na agrovila, 43 anos)

Sendo assim, o que permeia a prática agrícola no território estudado – a agrovila – é o modelo convencional, pois encontra respaldo no mercado e na própria sobrevivência. Desta maneira, este território de desenvolvimento é predominante no projeto destes agricultores, ficando a agroecologia, com o discurso de alimentos mais saudáveis e uso limitado de agrotóxicos, à margem. Sendo assim, o saber que será hegemônico é o da agricultura tradicional com algumas peculiaridades, como práticas sustentáveis do saber local ou

aprendidas pelos canais subjetivos, seja por meios de comunicação, ONGs<sup>41</sup>, o Estado, a Escola 25 de março e o Movimento.

Estas práticas de sustentabilidade foram analisadas na agrovila, nos discursos e práticas dos assentados. Notamos a falta de assistência técnica e um circuito em rede nos assentamentos de saberes sustentáveis, já que muitos destes, como agricultura orgânica e saberes locais, foram perdidos com o tempo, principalmente durante a época da modernização agrícola, na década de 1970 (NETO & CANAVESI, 2003); aqueles restantes faltam ser valorizados, preservados e aperfeiçoados – um exemplo é a chamada “queima da taquara” usada para a quebra de dormência da semente de uma árvore nativa, a Bracatinga.

Algumas práticas, como o uso generalizado de agrotóxicos e insumos, principalmente no cultivo do fumo, o não cuidado com fontes d’água, a não preservação de reservas florestais e seu manejo sustentável, assim como práticas sócio-políticas não sustentáveis, como a não inserção pelo fraco diálogo entre o Movimento e a cidade de Fraiburgo, elucidam um grau de insustentabilidade em médio e longo prazo do assentamento.

Sendo assim, podemos caracterizar o assentamento e, particularmente, a agrovila estudada, como inseridos em várias das dimensões de sustentabilidade, mas com limites de superação em alguns conflitos internos e externos, sendo imprescindível resolvê-los, enfrentá-los e não contorná-los, como usualmente (HIRSCHMAN, 1996). Percebemos várias dificuldades da reprodução da agricultura familiar, mas, especificamente a que se encontra enraizada nos laços familiares, porém, inserida socialmente através de um movimento social, consegue empreender um movimento de reterritorialização. O MST articula um saber individual e coletivo de cooperação em torno de um desenvolvimento específico, onde a colaboração entre as famílias apoia-se sobre verdadeiras bases da amizade, sendo este fator de sustentabilidade na agrovila e de um desenvolvimento autêntico. (GOULET, 1966)

O Estado também proporciona, em vários setores, como da moradia, do crédito agropecuário para a construção do abatedouro, do sistema de captação de água subterrânea, assim como da implementação de energia elétrica rural, uma grande parceria pública e outra base da sustentabilidade, além de elementos imprescindíveis para um desenvolvimento territorial, investindo nos saberes locais destes agricultores, como a futura industrialização de embutidos. (CARRIÈRE & CAZELLA, 2006)

Um grande obstáculo para o desenvolvimento local é a melhoria das estradas para escoar a produção, no caso, o leite, e a viabilidade para comercialização de produtos coloniais

---

<sup>41</sup> Nos referimos à Rede PERMEAR, voltada à difusão da Permacultura. Cf. em Freitas (2007).

e artesanais, além de uma possível criação de uma feira orgânica na cidade. Esta situação dificulta a reprodução local dos agricultores familiares e mesmo a realização de uma alternativa a produtos limpos, sem agrotóxicos, que agreguem valor aos produtos e originem relações entre produtores e consumidores – uma das bases da sustentabilidade e de um consumo consciente para os próximos tempos. (CARPORAL & COSTABEBER, 2004)

### **3.5 Desenvolvimento humano**

Identificou-se na agrovila, em relação ao desenvolvimento humano, uma territorialidade ético-filosófica nas ações e falas, ou seja, um território perpassado, além de valores político-sociais e ecológicos, pela questão ética com a família, a coletividade e a própria natureza. A questão do cooperativismo e do trabalho coletivo é relatada, e aqui confirmada, como evidência de um desenvolvimento além da produção, pois acirra diálogos e conflitos, nos quais existe a construção de saberes e de laços de companheirismo, além da importância da diversidade, não excluindo outros modos de convivência no processo.

Confrontamos com a noção de riqueza genuína de Goulet (2001), pois as bases do desenvolvimento na agrovila não se apoiam somente no crescimento econômico e no aumento da produtividade, mas também nos bens qualitativos do ser humano, como a solidariedade e a cooperação. Existe uma grande humanização nos laços afetivos, seja nas dimensões sociais, políticas, culturais e espirituais, como também na questão da provisão de bens essenciais – ou seja, alimentação adequada e um ambiente saudável para as crianças e jovens viverem, além da educação, disponível para todos.

De acordo com o dirigente do MST na região, a experiência do trabalho coletivo e das cooperativas e as formas de convivência do desenvolvimento, se revelam da seguinte forma:

“E nós temos passado por várias experiências né, e que umas dão certo e que outras têm dificuldades de serem implementadas, não é aquilo de o pessoal produz num grupo coletivo é uma coisa bonita e tal, só que por detrás da coisa bonita tem um monte de problemas, igual você falou, tem muitos que conseguem trabalhar com as divergências, tem outros que têm suas dificuldades, por que tinham o vício da sociedade e assim por diante. Então tem dificultado este trabalho do grupo coletivo em muitos grupos, agora, por exemplo, tem a Copercam, [a cooperativa do grupo familiar pesquisado] onde você tá fazendo o teu trabalho, que é um grupo de família onde eles têm uma certa hegemonidade nas ideias e tão desenvolvendo o trabalho deles, já tem outros grupos que têm mais dificuldades, mas nenhum grupo deste coletivos, é..., iniciou o trabalho e disse: “Vamos acabar aqui e vamos desistir!”. As famílias que têm dificuldade que não conseguem se adaptar acabam saindo indo para outra área de trabalho coletivo e acaba vindo outras

famílias né, pra trabalhar no grupo. Então o grupo, todas as associação, as cooperativas de trabalho coletivo que iniciaram, eles continuaram existindo, de uma forma ou outra eles continuam existindo e vai se mudando as formas de trabalhar, as vezes é totalmente coletivo, as vezes não, consegue ter uma brecha pra a pessoa ter seus afazeres individuais, que foi um vício causado pela sociedade, que você tem que ser individual, então você tem que ter este meio termo para que a pessoa vão se adaptando pra uma nova forma, então, o MST dentro dos assentamento tá tentando construir uma nova forma de produção e estamos dando o primeiro passo, quem sabe daqui a vinte anos, trinta anos ou quinhentos, por que esse modelo do individual já faz quinhentos anos que tá implementado no país, então é muito tempo pra você reverter este trabalho.”. (Dirigente do MST na região do Alto Vale do Rio do Peixe, Fraiburgo, 39 anos)

Contudo, observamos que, na mesma fala, existem “as famílias que têm dificuldade, que não conseguem se adaptar” ao modelo, evidenciando o que já discutimos aqui, pois existe uma questão cultural em torno do trabalho coletivo, e o fracasso não estaria num modelo homogêneo implementado, sem se preocupar com as particularidades, e sim pelos vícios da sociedade individualista, conforme o dirigente. A ideia de os assentados possuírem vícios caracterizados – pelos dirigentes do MST – como individualistas, artesanais e tradicionais é apontada por Souza (1999). Esta autora defende que os assentados possuem saberes sociais, oriundos de suas experiências/práticas sociais anteriores e, muitas vezes, são colocados à margem nos debates e na elaboração das propostas de cooperação.

Em nosso texto, vimos as bases centrais de um Desenvolvimento Autêntico, devendo existir um trabalho de cooperação, mas não necessariamente baseado no trabalho e na propriedade coletiva, e sim em um diálogo autêntico entre os dirigentes e as bases, um esforço conjunto, um solidariedade na conquista de bens primordiais, como alimentação e habitat adequado, possibilidades de acesso à educação e ao exercício das capacidades, e de condições sociais e políticas que favoreçam a paz e a justiça. O respeito à diversidade, evitando o sectarismo e almejando uma sociedade plural e a importância entre as diferenças é fundamental; quando se recusam as diferenças culturais num processo de cooperação para o desenvolvimento, suas bases se tornam incompletas, assim como o cuidado com técnicas de controle organizacional, pois estas devem ser asseguradas a serviço da liberdade e da vida criativa da coletividade, assegurando um processo econômico para uma vida digna. (GOULET, 1966)

Para este dirigente do MST, o desenvolvimento se resume na seguinte visão, que optamos também por inserir integralmente, como a anterior:

“Na verdade o que tá dentro da gente, uma questão pessoal, olhando pra essa questão do desenvolvimento e que se tornou uma questão da própria organização, é uma política trabalhada pela organização. O modelo vê desenvolvimento como uma coisa material e a organização olha o desenvolvimento como uma questão social.

Então, por exemplo, vamos pegar uma área de assentamento, nós só podemos ver um assentamento com certo desenvolvimento, quando ele tem principalmente a questão social, quando as famílias estão vivendo bem, quando as crianças estão dentro da escola, todos têm acesso a saúde, lazer, moradia, todos conseguem ter uma consciência ambiental e tenham acesso a estrada e toda a estrutura né, necessária para uma pessoa consiga permanecer dentro de uma comunidade, isso é desenvolvimento para a organização, mesmo que você não tenha tanto poder aquisitivo econômico pra né, tá comprando bens materiais, coisas como carro.

Então, isso faz parte, pode ser consequência, mas enquanto pessoa, como ser humano tem que ter o lado social desenvolvido, pra depois ter estas coisas pra tá adquirindo bens de consumo então, desenvolvimento pra mim e que é uma política da organização é isso, a família tem que tá bem, a pessoa tem que tá bem, tem que ter acesso a todos os bens públicos e que formem a pessoa como ser humano e como cidadão.”. (Dirigente do MST na região de Fraiburgo, 39 anos)

O ser humano está em primeiro lugar na fala do dirigente; esta prioridade às pessoas, aos agricultores, num processo de desenvolvimento e, na própria educação, é fundamental. Nesta questão, não valorizamos tanto o “ter”, como se enfatiza na fala, mas o “ser”. Neste sentido, o MST sempre está nos provocando, levantando uma ética que contenha uma mudança profunda e efetiva de valores e estruturas de poder, das riquezas públicas e injustiças sociais, como ainda acontece na sociedade brasileira. (GOULET, 1968)

O Movimento, como vimos, tem atuação direta na agrovila e no assentamento; uma visão de desenvolvimento é territorializada por meio de uma identidade, além da produção em direção aos direitos públicos, como cidadão.

“O cara consegue buscar uma identidade, quando se identifica com os outros, né. Que é na luta no dia-a-dia, pela terra que tu herda este nome né, existe umas contradições né. Algumas organizações até do campo, que acham que depois que os sem-terra adquiriu o assentamento não podia ser chamado de Sem-Terra e acha que a luta terminaria ali. Quer dizer conquistou a terra. Só que daí o Movimento consegue assim, entende, que já que você adquiriu esta identidade Sem-Terra, tem tantas coisas pra adquirir né, e esta questão não é só da terra, é da educação, da saúde, do bem-estar, entendeu, todas essas coisas aí, que um pedaço de chão não quer dizer que o negócio tá garantido, né, tem a moradia, tem todas estas questões né, da infraestrutura, das estradas, então a luta vai se ampliando né cara, e por exemplo, se torna uma luta política, não é uma luta só reivindicatória, é uma luta política, porque o cidadão começa a buscar, ir atrás de seus direitos que tá na constituição e tudo mais, né, então aí que as coisas vai se agravando.”. (Dirigente do MST na agrovila, 43 anos)



Neste sentido, o campo brasileiro ainda sofre com a inércia e a constituição de uma efetiva democracia. Voltamos a enfatizar a questão dos mercados incompletos e, ainda, o “poder do atraso”, apontado pelo clássico estudo de José de Souza Martins (1994). Ainda hoje, a modernidade desterritorializa os conhecimentos e o modo de vida de muitos agricultores, posseiros, meeiros.

Há uma desterritorialização não somente no sentido concreto e simbólico, mas da própria sobrevivência como ser humano e, no mínimo, de sobrevivência, como alimentação, vestimenta e uma casa para morar – princípios básicos do desenvolvimento. É o que acontece com os “boias-frias” do campo: enquanto são substituídos por modernas máquinas, as estruturas de poder continuam as mesmas, não acompanhando as mudanças sociais e, desta maneira, causando os chamados territórios de exclusão, periferias e comunidades rurais abaixo da linha de pobreza, sem o mínimo para a sobrevivência. (HASBAERT, 2004)

Outro problema relacionado à desterritorialização destes agricultores é a concentração de terras no Brasil. A política de distribuição de terras, desconcentrando a sua posse na nossa sociedade, ou seja, uma reforma agrária não realizada, é um dos fatores da migração intensa de jovens para as cidades por falta de espaços para a reprodução. (STROPASOLAS, 2006)

A constatação deste quadro é dos próprios agricultores, muitas vezes sem perspectivas para os próprios filhos e para a manutenção de sua sobrevivência.

“(…) o meio de produção o governo não incentiva o jovem a ficar, não incentiva o jovem agricultor a ficar, porque não tem nada na agricultura. E hoje tá bem melhor! Por que antigamente você não tinha meio de comunicação, não tinha televisão, rádio ou telefone na casa, nem energia elétrica tinha. E não incentivam nada pro jovem ficar na agricultura, pro filho do agricultor. Mesmo que tenha uma motinho, mesmo que tenha transporte pra ir pra cidade.”. (Agricultor da agrovila, 41 anos)

A situação atual dos jovens do assentamento, especificamente na agrovila, é descrita por eles, em alguns momentos, sem expectativas de uma vida social e cultural ativa, sem tempos de lazer. Quem preenche este vazio social, muitas vezes é o Movimento, proporcionando e articulando encontros e eventos.

“Na verdade no assentamento temos poucos jovens né, não dá pra jogar um futebol no final de semana porque não tem mais aquele povo e tudo mais né, ah! Saiu quase todo mundo o que tem mais é bastante espalhado, mas não aquilo, então o que a gente faz é colaborar com a comunidade, quando tem festa a gente tá ali ajudando né, mas a gente já tentou fazer grupo de jovens aqui e foi uma coisa que não deu certo, porque algumas pessoas da comunidade falaram: Ah que não é isso, porque não vai dá nada! A então a

gente, como não vai dar nada então nem vamos fazer né, aí acabou que a gente não puxou ninguém pelo grupo de jovens nem ninguém pela igreja aí, faltou uma coisa que tivesse incentivado nós.”. (Agricultora da agrovila, 17 anos)

Este problema e evidências são comprovados por Abramovay (1998), num estudo no oeste catarinense sobre a migração dos jovens e, principalmente, das jovens do meio rural. De acordo com o estudo, o êxodo rural nos territórios da agricultura familiar, atualmente atinge muito mais as populações jovens, além de um processo de “masculinização” da juventude, quando as moças deixam o campo numa proporção muito maior que os rapazes. Esta questão de gênero é ligada, particularmente, à precarização das relações sociais a que ainda são submetidas as mulheres no interior das famílias de agricultores e menos determinada por oportunidades de trabalho urbano favoráveis. Este processo vem sendo apontado como um fator de desertificação social no campo, em vista da não reprodução da família rural a partir dos tradicionais laços comunitários, com base na mãe e esposa.

Stropassolas (2006) em sua pesquisa, também na região oeste catarinense, aponta alguns fatores desta migração, como a falta de oportunidades para exercer atividades produtivas no espaço rural que proporcionem independência econômica e, assim, permitam constituir uma família; problemas de gêneros específicos, como de ordem cultural, que causam prejuízos as mulheres, pois são excluídas, por exemplo, da herança da terra; o descontentamento com a condição de sobrecarga de trabalho exigida nos sistemas de produção, como na bovinocultura do leite. Enfim, são vários elementos que contribuem para a desertificação social, principalmente entre os jovens.

Só se alcança a base de uma ética do desenvolvimento a partir de homens e mulheres que possuam uma ciência de mudanças profundas e efetivas nos valores e nas estruturas de poder. Quando vivemos num contexto histórico diferenciado de décadas passadas, quando o papel da mulher mudou significativamente, o desenvolvimento e suas bases acompanham estas transformações. (GOULET, 1968)

Caso contrário, este movimento de desterritorialização atinge diretamente a base familiar através dos jovens, não vendo perspectivas na agricultura mexendo estruturalmente no conhecimento das famílias, pois a geração vindoura herda uma bagagem social e empírica relacionada a valores éticos e funcionais, afetando sobremaneira o desenvolvimento rural.

Acompanhando as relações de gênero na agrovila, notamos significativas mudanças, seja na participação das conversas políticas, seja em relação ao desenvolvimento. As jovens são muito atuantes e se igualam aos rapazes em nível de estudo e em tomadas de decisão,

porém, a geração de seus pais, ainda com o peso histórico, reproduz uma situação anterior, conforme uma agricultora entrevistada:

“(…) esta questão da mulher, o Movimento desde que nós começamos eles têm dado muito apoio por causa da discriminação da mulher que ela tinha, e tem ainda né, ela conquistou vários espaços mas continua discriminada, então o Movimento sempre trabalhou nesse sentido por causa das participações tudo né, então até o pessoal comenta as vezes que ainda é pouco a participação das mulheres no Movimento, mas a gente sempre tenta tá junto, porque a opinião do homem é válida, mas com a da mulher é melhor ainda. A mulher tem bastante espaço dentro do Movimento, aliás, todos os espaço possíveis que ele tem ela também tem, apesar que é pouco, a mulher tem o problema que ela se apega à casa, aos filhos, ela acha que só ela que tem que fazer, se ela é mulher tem direito o pai também tem direito dos filhos e da casa também né.”. (Agricultora da agrovila, 37 anos)

Outra questão além do gênero vinculada ao êxodo dos jovens na agricultura familiar, inviabilizando o desenvolvimento no campo, está relacionada às oportunidades e condições educacionais e profissionais de demandas atuais. Na suas falas, existe certa consciência dos problemas relacionados à educação do campo, como veremos a seguir:

“(…) uma das batalhas nossa, que a piizada continue no campo, pelo menos estudando no campo até poderem se defender sabe? Questão política mesmo, não questão de luta, mas se defender politicamente. Eu não discordo com as propostas de educação agroecológica, as estabilização das escolas [a centralização], até facilitou um pouco mais, o transporte escolar ajudou a piizada, mas a educação na cidade se desvincula muito da nossa realidade, mesmo que Fraiburgo é um cidadezinha do interior, mas a cultura deles é urbana mesmo, não é? A cultura é diferente, bem diferente que a nossa, eu digo, tem pessoas lá que eram daqui que mudaram totalmente o tipo de vestimenta, o tipo de andar, o pessoal do interior não liga muito pra esse negócio de andar engravatado, o pessoal da cidade não, aí a piizada da gente sofre muito preconceito e o pior ainda se for moreno! Se for de pele escura eles chamam de negradinha do mato. Daí você não tem como fazer nada né cara, e este tipo de coisa não vem do mundo da criança, a criança sozinha não fala isso, tem alguma pessoa que fala. E por causa disso, eu queria, as crianças esse vínculo do interior com a cidade ela saber diferenciar isto é bom, a criança tal, se pegar ela bem de pequeninha e coloca ela, aqui do interior mesmo, direto na cidade, ela tem bastante dificuldade ela é bastante discriminada na escola e na cidade os melhores profissionais queira ou não queira tão lá, né. Então por ele por ser um profissional mais graduado, estudou lá, já tem o seu, a vivência econômica é diferente ele não vai viver no mato.

Hoje na escola agrícola nós temos profissionais excelentes né, por causa que são pessoas que se desafiaram, que eram daqui, que são daqui, tem gente que é do meio urbano que tá ali porque que gostam e também tem gente que são do meio rural, que tão ali porque gostam.”. (Agricultor da agrovila, 41 anos)

Um desenvolvimento autêntico terá que tratar a educação com valores dos próprios sujeitos do processo, através de uma ética, relegando o preconceito urbano, integrada com a valorização e a defesa da identidade camponesa e abarcando a realidade do campo (GOULET, 1968). Uma educação que, ao mesmo tempo, tenha a liberdade e a democracia como valores básicos e seja planejada para futuros moradores do campo, pensando não somente na produção agrícola, mas intercalando com atividades não-agrícolas, como vimos a tendência do “Novo Rural” (WANDERLEY, 2000); propriedades mais integradas à natureza, com base na agricultura familiar e conectadas às redes de desenvolvimento tradicionais e novas redes, sempre respeitando o meio ambiente. (MIOR, 2005).

Como afirma Caldart (2004, p. 26, grifos nossos), uma Educação do Campo trata de uma nova perspectiva de educação para as populações rurais. É uma educação **No Campo**, pois “o povo tem direito de ser educado no lugar onde vive” e **Do Campo**, porque “o povo tem direito a uma educação pensada desde o lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais”. É uma educação que se constitui como campo específico de conhecimento e alimenta ações, no sentido de construir outra ideia do meio rural. Aquela concepção de que o campo é um lugar de atraso e o mito de que a cidade é um lugar de progresso, dá lugar à ideia de que um é complementar ao outro.

A Educação do Campo é um movimento de reterritorialização da população do campo e uma das atuais possibilidades para o desenvolvimento. Sua maior contribuição é o resgate dos valores culturais e históricos, pois trata o campo como um lugar de vida, com pessoas vivendo em espaços rurais, valorizando a natureza. Podemos vislumbrá-la como uma significativa mudança e até mesmo um “Novo Rural” brasileiro.

Na agrovila, percebemos a questão da educação como primeira instância nas decisões dos agricultores; influenciados pelo Movimento, mas também pela experiência social, veem este valor como essencial para todos da comunidade; uma grande conquista, principalmente gerada pela luta social dentro do MST, um articulador, organizador e, fundamentalmente, educador destes agricultores. Sendo assim, esta reterritorialização empreendida através do movimento social é um fato relevante aos seus saberes e a um modelo de desenvolvimento.

### **3.6 O território de desenvolvimento e o saber singular dos agricultores – um saber próprio integrado a uma rede de saberes.**

Através do MST e outras organizações sociais rurais, estes agricultores se inserem em redes de desenvolvimento, fortalecendo o circuito da agroindústria familiar, por meio das CPAs, como no nosso estudo, a CPA Copercam, associadas às cooperativas regionais, como é o caso da Coopercontestado no município de Fraiburgo, utilizando a marca “Terra Viva”. A agrovila faz parte desta rede, deste território de desenvolvimento, também perpassado por relações com empresas integradas da agroindústria convencional da criação de suínos, frangos e, especificamente na nossa pesquisa, no cultivo do fumo e através do Estado, este como fomentador de créditos, extensão rural e projetos de desenvolvimento. (MIOR, 2007)

Acrescenta-se ainda, que, especificamente no oeste catarinense, através da influência dos órgãos estatais de extensão rural, ONGs e do próprio resgate cultural destes agricultores, redes de desenvolvimento vêm sendo formadas com base na abordagem territorial e na sustentabilidade, como a produção e comercialização de produtos coloniais, artesanais e orgânicos que são apontados no rol das alternativas de sobrevivência destes agricultores e fora do circuito da integração vertical da agroindústria tradicional, se agregando às cooperativas (MIOR, 2007)

Observa-se que alguns assentamentos não conseguem se inserir nestas redes, pela precariedade física, tecnológica e social, subjugado a relações ainda tradicionais do meio rural brasileiro, sem acesso aos mercados comerciais e de crédito e às políticas públicas básicas. Já em outros, se evidencia que nem mesmo a subsistência é garantida, pela dificuldade frente às empresas integradas e até mesmo por um fraco conhecimento agrícola daqueles assentados provenientes das periferias das cidades, filhos de antigos agricultores, que estão tendo que reaprender a prática agropecuária.

É o que constata Shiki (2004) em assentamentos recentes, numa nova faceta da democratização da terra no Brasil. Quando as famílias mudam do acampamento para o assentamento, além de perderem a posição de ator principal para as agências de desenvolvimento, como o Incra e prefeituras, que reconfiguram as relações internas, geralmente desenraizadas da vida na agricultura, herdam uma dívida ambiental pelo uso anterior do espaço natural, assim como adquirem dívidas pela contratação de créditos, sem um conhecimento empírico sólido e uma orientação devida na administração da atual

propriedade, como na produção e comercialização. Sobre esta questão na região estudada, um técnico do MST declara:

“Não dá pra generalizar, o [assentamento] Contestado é um caso a parte, se for pegar por exemplo, o [assentamento] Chico Mendes eles praticamente compram tudo, compram alface, ovos, pão e muitos deles investem em fumo e a renda do fumo anual é pra comprar tudo, deixam nem um cantinho pra horta, é o assalariado das fumageiras, mas a maioria tem, sobrevive pra subsistência, pobreza extrema não existe por aqui, eu não conheço, mas tem bastante pessoa miserável, nossa!”. (Técnico do MST, 26 anos)

Além deste território de desenvolvimento, na agrovila, a cultura e o lazer fazem parte do trabalho e da própria subsistência dos agricultores e do processo deste desenvolvimento (GOULET, 2001). O trabalho na agrovila do Assentamento Contestado não é dividido e fragmentado como é na cidade ou na produção verticalizada convencional. Ali, as pessoas conseguem visualizar sua reprodução como ser humano e agricultor integral que é diferente, por exemplo, da grande produção convencional do fumo, um modelo “fordista” de produção, em que a especialização fragmenta o trabalho do agricultor (PAULILO, 1990). Entretanto, o que vem acontecendo com o leite no oeste catarinense evidencia um processo de especialização (MELLO & SCHIMIDT, 2003). Na agrovila, há o diferencial de existir uma produção cooperativista.

“O serviço da agricultura é um serviço que tem que gostar, porque é um serviço que não é a mesma coisa no mesmo dia na agricultura, porque você tá colhendo aqui, mas tá plantando lá, não é a mesma coisa, é puxadinho! Não é fácil! Mas tem uma coisa, parado em outro lugar você não sobrevive, mas aqui na agricultura a gente tem um pouco mais de sossego do que no dia-a-dia da cidade, porque a agricultura virou agora, todo mês tem que trabalhar.

Hoje tem que ter uma renda mensal, não pode ser mais renda anual que nem antigamente era. O serviço daqui é mais pesado, mas é melhor, você coordena o serviço da melhor forma que você quiser.”. (Agricultor da agrovila, 41 anos)

Existe consciência dos agricultores da agrovila em relação à força hegemônica do capital e às mudanças ocorridas no contexto político-econômico, mas também dos direitos de cidadania, particularmente fomentada e salientada pelo Movimento e apreendida com a própria experiência de trabalhadores, acampados e assentados.

“Só que daí o movimento consegue assim, entende, que já que você adquiriu esta identidade Sem-Terra, tem tantas coisas pra adquirir né, e esta questão não é só da terra, é da educação, da saúde, do bem-estar, entendeu, todas essas coisas aí, que um pedaço de chão não quer dizer que o negócio tá garantido, né, tem a moradia, tem todas estas questões né, da infraestrutura, das estradas, então a luta vai se ampliando né cara, e por exemplo, se torna uma luta política, não é uma luta só reivindicatória, é uma luta política, porque o cidadão começa a buscar, ir atrás de seus direitos que tá na constituição e tudo mais, né, então aí que as coisas vai se agravando.”.  
(Agricultor da agrovila, 41 anos)

Sendo assim, a realidade deste lugar específico, a agrovila, é de uma diversidade grande de espaços, culturas, agricultura, companheirismo, solidariedade, coletividade e saberes, influenciada pelo Movimento sim, mas não reduzida a este.

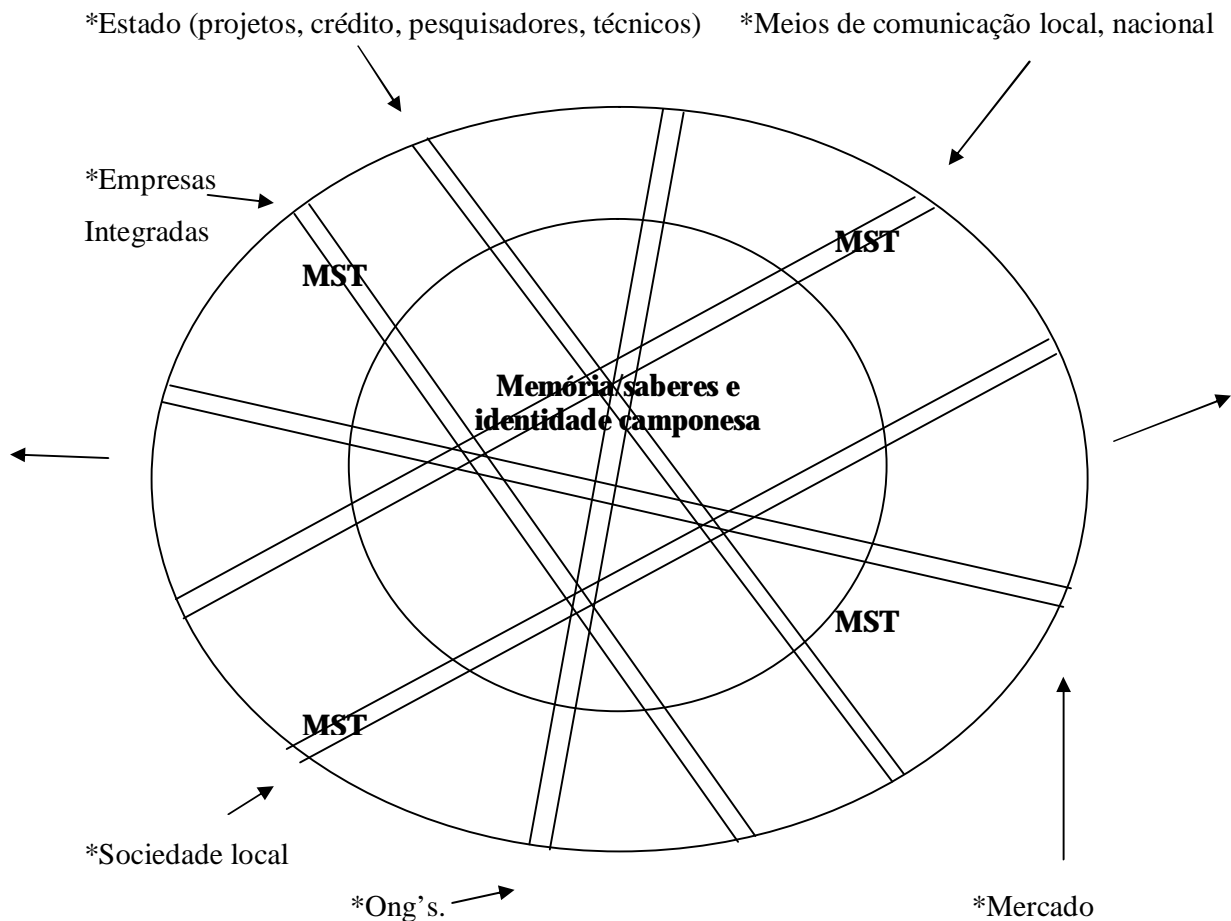
Como podemos observar no esquema seguinte (Esquema 01), a ideia recorrente dos assentamentos organizados pelo MST – territórios onde as interações diretas e, até mesmo relações capitalistas, não existiriam – é um mito. Conforme vamos verificar, estes territórios são entrecortados por relações que fazem do MST a influência maior, portanto, a territorialização do saber vai ser formada com base no Movimento, mas com várias vertentes que cruzam a agrovila, construindo um território singular e específico, com algumas semelhanças gerais, em relação a outros assentamentos.

Supõe-se que estes cruzamentos também influenciam o próprio MST, pois estão dentro de suas relações; além disso, estes territórios se entrecruzam desta forma: um interage com o outro numa complexa trama territorial, ficando difícil delimitar tal enredo; o que fizemos foi uma interpretação, descrevendo quando emerge um em maior ou menor intensidade. Outra questão é que este território não é restrito, e sim aberto, se mobilizando a outros espaços, sofrendo outras ações e, até mesmo, conquistando novos territórios.  
(HASBAERT, 2004)

O território se transforma concomitantemente às pessoas, num processo de des-re-territorialização, e o surgimento de um novo saber, através de uma síntese (HASBAERT, 2004). Os agricultores não são folhas brancas de papel, já que seus territórios são constituídos de rugosidades, de fluxos ancestrais e familiares tradicionais, de uma memória camponesa inserida na história, na cultura, nos seus afazeres cotidianos, na comida, no trato com os animais ou no cultivo de uma planta.

**Esquema 01:** O saber na agrovila e a territorialidade ou “campo de força” sobreposto.

(Elaborado pelo autor)



Também existe uma rede de movimentos sociais conectada em seu território, onde os diversos saberes são socializados e instituídos (SCHERER-WARREN, 1993). Informações preciosas são compartilhadas e sintetizadas conforme seus contextos de lugar, classe e identidade. Assim, um singular saber é constituído em relação à agrovila, mas relacionando com outras redes de saberes, formando um peculiar modo de ver o mundo e o desenvolvimento.



## Considerações Finais

A partir de nossa pesquisa, percebe-se um relativo sucesso econômico, social e ambiental no modelo de desenvolvimento através das cooperativas agrícola e de um sistema de produção coletivizada no campo, construído entre o MST e o Estado, e de uma longa experiência destes assentados como agricultores e sua relação com o mercado, através das redes de comercialização e integração e suas relações sociais nas redes de movimentos sociais. No assentamento Contestado, especificamente na agrovila pesquisada, encontramos grande influência do MST na organização social e produtiva, com base na agricultura convencional, na policultura e no trabalho familiar. A questão do desenvolvimento relaciona-se à identidade Sem-Terra e às propostas emergentes, como é o caso da agroecologia, alinhada ao discurso do desenvolvimento sustentável como forma de proteção cultural e econômica.

Entretanto, evidencia-se que os territórios do meio rural, quando se trata da questão do desenvolvimento e especialmente os territórios articulados pelo MST, não são estanques, delimitados e homogêneos, radicalizados pela sua ideologia. Também não são territórios que estariam acima de qualquer influência, como “territórios mágicos”. Constata-se que há uma rede ou uma teia territorial que perpassa a agrovila e seus espaços sociais, instituindo sim um saber próprio dos assentados, mas, além disso, um híbrido social cingido por intensas relações capitalistas, reforçada pelo próprio sentido que o Movimento apresenta com base no socialismo, num movimento de superação desta sociedade pela intensificação das forças produtivas.

Conforme nossa pesquisa evidencia, a territorialização e, por consequência, a constituição do saber na agrovila a partir dos planos de organização social, pelo enfoque do desenvolvimento, identificam a “Relação com o MST” como hegemônica em relação aos outros planos, mas não necessariamente determina-os. Por exemplo, quando identificamos a questão do “Desenvolvimento Humano”, este é permeado por uma cultura e pelo enraizamento, como é o caso dos agricultores familiares. Sua noção de uma vida com qualidade está relacionada com o cuidado com a semente, com a planta, com o animal e com a terra em si, incorporados ao seu trabalho e, principalmente, com o cuidado com a família, sempre enfatizando o Movimento como catalisador daquilo que eles conquistaram.

Já no plano “Agroecologia e sustentabilidade”, existe uma forte influência na relação com a militância social, contudo, a forma que é apresentada está em íntima relação com a

territorialização do desenvolvimento sustentável e com seus ideais no campo. Portanto, sofre influência das instituições públicas e Ong's, mas sempre vinculada aos ideais do MST. Da mesma forma, encontramos a relação com o “Mercado e a produção”. Sua face produtivista encontra justificativa no Movimento e na própria lógica do mercado, mas também numa melhora no nível de vida, que por consequência, está ligado às bases do desenvolvimento humano.

Desta forma, o saber que é territorializado sofre inúmeras interações, mas com um ator hegemônico. Sendo assim, as relações sociais serão acompanhadas pela concepção do Movimento, mas também por outras formas de saberes que não são excluídas. Isto se deve justamente pelo campo de forças que é tingido à agrovila, na qual se entrecruzam territórios justapostos e sobrepostos, como é o caso das empresas de fumo, que alocam dentro do assentamento todo o aparato moderno fumicultor, com base em insumos, mudas selecionadas e estufa, contratando o agricultor e suas terras na forma de trabalho, pagando em espécie toda a produção, sendo uma alternativa de complementação da renda familiar coletiva e interagindo outras formas de saberes.

Também vamos ter influência forte do Estado, mesmo que este não atue diretamente no locus espacial, mas sim através de projetos de desenvolvimento, principalmente através de créditos e orientações, que tem propiciado a construção de uma rede territorial de desenvolvimento. Vamos notar a influência da extensão rural do Estado catarinense, através de cursos e visita de técnicos e de universidades públicas e privadas, de pesquisadores, de professores e outros, como foi o nosso estudo. Também Ong's e os meios de comunicação são notadamente avaliadas como influências significativas.

Assim, os saberes derivam de várias fontes, formando um hibridismo rural/urbano. Contudo, destes saberes ainda uma tradicional fonte é a família e seus valores, sendo um grande símbolo de desenvolvimento e núcleo do trabalho. Tudo gira em torno da família e há efetivamente uma harmonia humana e de organização familiar ligadas a outras redes fora do assentamento e sempre, de alguma forma, com laços familiares. A agrovila é uma grande família e encontra na figura do dirigente do MST, um líder. Dentro do circuito dos assentamentos próximos, existe uma lógica coletiva e familiar, onde máquinas e insumos são compartilhados e trocados, assim como alimentos e produtos excedentes.

Existe certa dimensão sustentável, política e econômica, assim como ambiental nestas relações sociais e produtivas. Porém, para uma prática agroecológica encaminha-se para alguns princípios, mas carece ainda de condições muito específicas, como um mercado e a institucionalização deste modelo de agricultura nas redes de desenvolvimento regional.

Evidencia-se que a bovinocultura do leite é considerada a melhor alternativa para toda a agricultura familiar da região e para o Movimento, pois sua estruturação se consolidou de forma heterogênea e desconcentrada, constituindo-se importante geração de trabalho e renda, principalmente após a concentração pelas grandes agroindústrias na criação de suínos, uma atividade que foi tradicionalmente da agricultura familiar no oeste catarinense, a qual garantia uma renda significativa. (MELLO & SCHIMIDT, 2003)

Porém, há estudos mostrando uma baixa produtividade da atividade leiteira, e uma das soluções seria a especialização desta atividade, assim como foi a trajetória tecnológica do porco e do frango pelas grandes agroindústrias convencionais. Contudo, experiências em curso na região contrapõem-se a este prognóstico, avaliando outros caminhos para a produção e comercialização do leite, dentro de princípios efetivos da sustentabilidade. (MELLO & SCHIMIDT, 2003)

É evidente que é preciso um aprofundamento nesta pesquisa para verificar como se realizam efetivamente estas interações e como são formadas estas redes e reterritorializadas, com base neste saber singular, de cada lugar específico, demandando um melhor estudo. Outra questão é quando agricultores do próprio assentamento pesquisado não conseguem se inserir nestas redes de desenvolvimento. Seria um problema cultural, político ou da própria desterritorialização destes agricultores.

O Movimento, neste sentido, foi de fundamental importância na organização do trabalho, na constituição das cooperativas e redes de desenvolvimento. Sua importância está na constituição dos saberes relacionados a uma identidade social, dentro de uma concepção de desenvolvimento coletivo.

A partir dos processos de T-D-R, os saberes relacionados ao desenvolvimento são resignificados de acordo com as demandas locais e contextuais dos atores envolvidos. Quando a ideia do desenvolvimento é reterritorializada pelos assentados, esta vai ao encontro dos objetivos de sobrevivência, dos diretos e dos interesses políticos e sociais envolvidos. Porém, também sofre intenso processo de desterritorialização pelos problemas que a própria agricultura familiar sofre no Brasil, como a questão dos direitos fundamentais dos agricultores, seja pela falta de políticas públicas em torno da reprodução familiar, da educação e de incentivos para a permanência de jovens no campo, assim como pela ausência de uma política territorial de desenvolvimento.

Neste sentido, encontramos o Estado e o MST como fundamentais no apoio social e institucional destas questões. O primeiro, através de projetos de desenvolvimento, como apoio creditício e legislação específica para a agricultura familiar, como o Pronaf e programas de

educação do campo, como o Pronera. Já o segundo, amparado sobre uma base social e política, consegue suprir, de certa forma, a construção de uma identidade e um território de reprodução através da organização e produção.

É possível, então, afirmar, que quando os agricultores se reterritorializam em ações de base produtivas e práticas sociais, eles vão ao encontro de um desenvolvimento rural territorial sustentável. Ou seja, uma ética que contenha uma mudança efetiva de valores e das estruturas de poder, vislumbrando novas alternativas para a melhoria da vida no campo.

## **Bibliografia**

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec: ANPOCS: Editora da Unicamp, 1992.

\_\_\_\_\_. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ABRAMOVAY, Ricardo et al. **Juventude e agricultura familiar: Desafio dos novos padrões**. Brasília: UNESCO, 1998.

ANDRADE, Márcia Regina & DI PIERO, Maria Clara. **As Aprendizagens e os Desafios na Implementação do PRONERA**. In: A educação na Reforma Agrária em Perspectiva, São Paulo: Ação Educativa, Brasília: PRONERA, 2004.

ALMEIDA, Jalcione. **A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado**. Ensaio FEE. Porto Alegre, v.24, n.2, p.449-520, 2003.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba, RGS: Agropecuária, 2002.

ARROYO, Miguel G. **A educação Básica e o Movimento Social do Campo**. In: Arroyo M.G., Caldart R. S. e Molina M. C., (org.). - Por uma educação do campo, Petrópolis, RJ: Vozes, 2004, pgs. 65-86.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação como cultura**, São Paulo, Brasiliense, 1985.

BRANDT, Marlon. **Uso comum e apropriação da terra no município de Fraiburgo-SC: do Contestado à colonização**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

BRÜSEKE, Franz J. **Desestruturação e desenvolvimento**. In: L. a C. Ferreira e E. Viola (org.) Incertezas de sustentabilidade na globalização. Campinas, SP: Unicamp, 1996.

\_\_\_\_\_. **O problema do Desenvolvimento Sustentável**. In: CAVALCANTI C. (org.) Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo, Cortez, Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2003, pgs. 29-40.

BURKE, Thomas Joseph. **Fraiburgo. Do machado ao computador**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1994.

CALDART, Roseli. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Elementos para a Construção de um Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo**. In: Molina, M. C. Jesus, S.M.A. (org.) Educação do Campo: Contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004 (Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 5).

CARPORAL, Francisco R. & COSTABEBER, José A. **Agroecologia: Aproximando conceitos com a noção de sustentabilidade**. In: RUSCHEINSKY, Aloísio (org.) Sustentabilidade: uma paixão em movimento, Porto Alegre: Sulinas, 2004, pp. 46-61.

CARRIÈRE, Jean-Paul; CAZELLA, Ademir Antonio. **Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial**. In: Desenvolvimento Territorial Sustentável, Revista Eisforia, ano 4, vol. 4, Florianópolis, 2006, pp. 23-48.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 5. ed São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CASTORIADIS, Cornelius . **A instituição imaginária da sociedade**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CAZELLA, Ademir Antonio. **Assentamentos rurais e cooperação agrícola : políticas conflitantes. O caso do assentamento 30 de outubro-S.C.** 1992. (Dissertação de Mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais

\_\_\_\_\_. **Développement local et agriculture familiale: les enjeux territoriaux dans le département de l'Aude**. Thierval-Grignon, INRA, Mémoires et Thèses, nº 36, 2002.

\_\_\_\_\_. **Contribuições metodológicas da sócio-anthropologia para o desenvolvimento territorial sustentável**. In: Desenvolvimento Territorial Sustentável, Revista Eisforia, ano 4, vol. 4, Florianópolis, 2006, pp. 225-248.

CHAMPAGNE, P. **La restructuration de l'espace vilageois**. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, 1975p. 45-54.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas**, São Paulo: Cortez, 2003.

CONCRAB-MST, **Questões Práticas nos Assentamentos**. São Paulo:1994.

CORREA, Roberto L. **Territorialidade e corporação: um exemplo**. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade do século XXI. 4.ed. Rio de Janeiro: Record, 2002, pp. 251-256.

CORTEZ, Cácia; CORREA, Ciro Eduardo; MOREIRA, Vladimir Ricardo. **Sementes: patrimônio dos povos a serviço da humanidade**. Porto Alegre: BIONATUR, 2006.

CRISTÓVÃO, Artur Fernando. **Ambiente e desenvolvimento de áreas rurais marginais: O caminho tortuoso para uma relação potencialmente frutosa**. In: Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.01, nº01. jan/mar. 2000, pp. 46-56.

DAMASCENO, Maria N. & BESERRA, Bernadete. **Estado da Arte na Educação Rural no Brasil**. Educação e pesquisa, São Paulo, v. 30. n.1. 74-91, 2004.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília, 1994.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. Editora Vozes, Petrópolis, 2000.

FERREIRA, F. A. . **Contestado e MST: semelhanças e continuidades**. In: 26ª REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 2008, Porto Seguro - BA. Desigualdade na Diversidade, 2008.

FONSECA Maria T. L. **A Extensão Rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

FREITAS, Helana Célia de Abreu. **A construção da rede sócio-técnica de educação de assentados da Reforma Agrária: O PRONERA**. 2007 (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

FREIRE, Paulo, **Educação como prática da liberdade**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa**, São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

\_\_\_\_\_. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FURTADO, Eliane D. P. **Estudos sobre a Educação para a População Rural no Brasil**. In: [http://www.unesco.cl/medios/biblioteca/documentos/estudio\\_educacion\\_poblacion\\_rural\\_brasil.pdf](http://www.unesco.cl/medios/biblioteca/documentos/estudio_educacion_poblacion_rural_brasil.pdf) (acesso em: 28/11/2007).

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

\_\_\_\_\_. **Forma e variação na estrutura da aldeia balinesa**. In: Mosaico Revista de Ciências Sociais/Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Estudos Gerais, Departamento de Ciências Sociais. v.1, n.2, 1999, pp. 279-304.

GOULET, Denis **A Ética do desenvolvimento**. São Paulo: Duas Cidades, 1966.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento autêntico: fazendo-o sustentável**. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.) Meio ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas, São Paulo, Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001, pp. 72-82.

GUANZIROLI, C. et. al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: FAO/MDA. Garamond. Universitária, 2001.

GUIVANT, Júlia S. **A agricultura sustentável na perspectiva das ciências sociais**. In: VIOLA et al. (orgs.) Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais. São Paulo, Cortez, Florianópolis, UFSC, 2002, pp. 99-133.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HIRSCHMAN, Albert O. **Auto-subversão: teorias consagradas em xeque**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.



LAMARCHE, H. (Org.) **A agricultura familiar**, Campinas, 1993.

LENZ, Matias Martinho. **Conflito de identidade dos assentados de reforma agrário do MST**. In: RUSCHEINSKY, Aloísio (org.) *Sustentabilidade: uma paixão em movimento*, Porto Alegre: Sulinas, 2004, pp. 118-136.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação da chefias caboclas (1912-1916)**, Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**, 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

\_\_\_\_\_. **O poder do atraso : ensaios de sociologia da historia lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. **Impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária e à agricultura familiar no Brasil**. In: Trabalho apresentado no Seminário Interno sobre “Dilemas e Perspectivas para o Desenvolvimento Regional no Brasil, com ênfase no agrícola e rural na primeira década do século XXI, FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, Santiago do Chile, 11-13 de dezembro de 2001. Disponível em:< <http://www.fao.org/regional/LAmerica/prior/desrural/brasil/souza.PDF>>. Acesso em :15/01/2009.

MEDEIROS, Leonilde S. **Reforma agrária no Brasil**, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996.

MELLO, Márcio A. de; SCHMIDT, Wilson. **A agricultura familiar e a cadeia produtiva do leite no Oeste catarinense: possibilidades para a construção de modelos heterogêneos**. In: PAULILO, Maria Igenes et. ali. (org.). *Agricultura e espaço rural em Santa Catarina*, Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003, pp. 71-98..

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústria e redes de desenvolvimento rural**, Chapecó: Argos, 2005.

MONTEIRO, Rosa Cristina. **Novas ruralidades e políticas públicas.** In: FROEHLICH, José Marcos et. al. (org.) Desenvolvimento rural: tendências e debates contemporâneos, Ijuí: Ed. Unijuí, 2006, pp. 153-174.

MONTIBELLE-FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável: Meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtivo de mercadorias.** Florianópolis, UFSC, 2001.

MORIN, Edgar. **Terra-pátria.** Porto Alegre, Sulinas, 2002.

\_\_\_\_\_. **O método 6: ética,** Porto Alegre: Sulina, 2005.

MST, **Programa de Reforma Agrária.** Caderno de Formação nº23, São Paulo: 1995.

MUSSOI, Eros Marion. **Políticas públicas para o rural em Santa Catarina: descontinuidades na continuidade.** In: PAULILO, Maria Igenes et. ali. (org.). Agricultura e espaço rural em Santa Catarina, Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003, pp. 211-236.

NAVARRO, Zander. **‘Mobilização sem emancipação’** – as lutas sociais dos sem – terra no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza. (org.) Produzir para viver, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pp. 189-232.

\_\_\_\_\_. **‘Nunca cruzaremos este rio’** – a estranha associação entre o poder do atraso, a história lenta e a ‘Sociologia militante’, e o ocaso da reforma agrária no Brasil. XXXII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu – MG, out. 2008.

NETO, Canrobert C. e CANAVESSI, Flaviane. **Sustentabilidade em assentamentos rurais: O MST rumo à “reforma agrária agroecológica” no Brasil?** In: ALIMONDA, Héctor. Ecologia Política: Natureza, sociedad y utopia. Buenos Aires: Clacso, 2003.

PAIVA, Vanilda P. **Educação Popular e Educação de Adultos.** São Paulo: Loyola, 1987.

PAULILO, Maria Igenes Silveira. **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos.** Florianópolis: Ed. da UFSC, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1990.

\_\_\_\_\_. **Terra à vista - e ao longe.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 1996.

PERROUX, François. **Ensaio sobre a filosofia do novo desenvolvimento**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.

PIAZZA, Walter. **A colonização de Santa Catarina**, Florianópolis: Lunardeli, 1994.

RIBEIRO, Marlene. Educação do campo: a emergência de contradições. In: GRACINDO Regina V. (org.) et al. **Educação como exercício de diversidade: estudos em campos de desigualdades sócio-educacionais**. Brasília: Líber Ed., 2007, vol. 1, pgs. 153-170.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002a.

\_\_\_\_\_. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002b.

SANTOS, Milton et al. **O papel Ativo da Geografia: um manifesto**. Florianópolis: XII Encontro de Geógrafos, 2000, pp. 103-109.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Nobel/Fundap, 1993.

SALES, Iraci Galvão. **Trabalho, progresso e sociedade civilizada**. Hucitec, São Paulo, 1986.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**, São Paulo, Edições Loyola, 1993.

SCHMIDT, Wilson. **Agricultura Orgânica: entre a ética e o mercado?** In: Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.02, nº01. jan/mar. 2001, pp. 62-73.

SCHMIDT, Wilson et. ali. **Associativismo e cooperativismo: O terceiro setor no desenvolvimento rural catarinense**. In: VIEIRA, Paulo F. (org.) A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento, Florianópolis: APED, 2002, pp. 60-110.

SCHULTZ, Theodore W. **A transformação da agricultura tradicional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina – Instituto CEPA/SC.  
**Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional – SDR Videira**, Caracterização Regional, maio de 2003. Disponível em:  
<<http://cepa.epagri.sc.gov.br/Publicacoes/diagnostico/VIDEIRA.pdf>>. Acesso em: 03/02/2009.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SHIKI, Shigeo. **Caminhos agroecológicos em assentamentos de Reforma Agrária: Relação conflituosa entre atores sociais e naturais**. In: RUSCHEINSKY, Aloísio (org.) Sustentabilidade: uma paixão em movimento, Porto Alegre: Sulinas, 2004, pp. 34-45.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro, Zahar Editora, 1982.

\_\_\_\_\_. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas, SP: UNICAMP.IE, 2002. (Coleção Pesquisas, 1)

SILVA, José de Souza. **Desarrollo y Dominación. Descolonizando el pensamiento eurocêntrico y sepultando la “idea de desarrollo”**, Revista Eisforia, ano 2, vol. 2, nº 01, Florianópolis, 2004, pgs. 09-48.

SILVA, Marineide M. **A fumicultura em Santa Catarina: discutindo a rentabilidade à luz das implicações sociais e econômicas**. In: PAULILO, Maria I. (org.). Agricultura e espaço rural em Santa Catarina, Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003.

SOUZA, Maria A. **As formas organizacionais de produção em assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra**, Campinas, SP, 1999. (Tese de Doutorado) Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação.

SOUZA, Marcelo José Lopes. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, Iná Elias de. et ali (org) Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, pp. 77-116.

STRAPAZZON, João Paulo Lajus. **“... E o verbo se fez terra...”** Movimento dos trabalhadores rurais sem terra (SC) 1980-1990, Chapecó: Grifos 1998.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**, Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

THIOLLENT, Michel J. M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária.** São Paulo: Polis, 1985.

TÖNNIES, F. **Gemeinschaft and Gessellschaft.** In: Parson, T. et al. Theories of Society: Foundations of Modern Sociological Theory. Vol.I Nova York: Routledge.

VEIGA, José E. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula.** Campinas: Autores Associados, 2002.

VERAS, Melissa M. **Agroecologia em assentamentos do MST no Rio Grande do Sul: entre as virtudes do discurso e os desafios da prática.** Florianópolis: UFSC, 2005. (Dissertação de Mestrado)

VIEIRA, Paulo F. **Rumo ao Desenvolvimento Territorial Sustentável: Esboço de Roteiro Metodológico Participativo.** In: Desenvolvimento Territorial Sustentável, Revista Eisforia, ano 4, vol. 4, Florianópolis, 2006, pgs. 249-309.

WANDERLEY, Maria N. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades avançadas – o rural como espaço singular e ator coletivo.** In: Estudos sociedade e agricultura, 15, 87-146; out.,2000.

## ANEXO 1

### ROTEIRO DE ENTREVISTAS AGRICULTOR

Fazer um histórico desde o período que precedeu a entrada no MST.

Falar sobre a região de onde vem e um histórico familiar.

Falar sobre o acampamento: espaços de discussão, como era e a diferença de hoje.

Falar sobre a chegada no assentamento: as questões sobre o desenvolvimento, dificuldades.

E o conhecimento que vocês adquiriram na agricultura, vocês aprenderam com quem?

A questão do desenvolvimento na agrovila, como estão pensando?

A questão do desenvolvimento no assentamento, vocês de uma geração nova, como estão pensando? (para os jovens).

Com o movimento, quais os principais aprendizados, além do saber técnico?

E no assentamento em geral como vem sendo feita a questão da produção?

E a questão ambiental, com vem sendo tratada no assentamento?

O que você pensa sobre desenvolvimento, sua concepção ?

E a questão da assistência técnica, como é feita a relação com o saber tradicional?

Sobre a questão em torno do desenvolvimento, como você vê a região, no assentamento de maneira geral?

Qual a relação do assentamento com a agroecologia?

E a relação do agricultor com as agroindústrias de fertilizantes e agrotóxicos?

E a sustentabilidade de uma propriedade com produtos orgânicos ?

E a questão da comercialização?

Tem algum morador do assentamento que trabalha na cidade de Fraiburgo?

A questão da assistência técnica, como é a relação ?

No assentamento tem área de preservação? Como está sendo feita ?

Os principais aprendizados adquiridos no movimento quais são?

## ANEXO 02

### **ROTEIRO DE ENTREVISTAS DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ADMINISTRATIVA DO MST**

Qual sua trajetória como profissional e como pessoa na Coopercontestado e no MST?  
A questão da cooperativa, como é gerida? A contratação dos técnicos como é feita?  
Como é feita a assistência técnica? Quais as concepções dos técnicos em relação a transmissão dos conhecimentos e a própria assistência?  
E a agroecologia ?  
Como é a questão da mudança enquanto produção, em diversificar ou apostar em outros produtos, não somente para o agroecológico, mas em outros produtos como o mel?  
Aqui na região o que tem de concreto na agroecologia?  
E a questão do fumo, os assentamentos plantam fumo? Como é esta relação?  
E a questão da segurança do agrotóxico. O agricultor usa o equipamento?  
O que é ensinado na assistência técnica aos agricultores? Como é feita?  
E a questão dos conhecimentos deles, como é feita esta relação?  
E a questão dos conhecimentos de seus pais, avós dentro da agricultura familiar?  
E a questão do trabalho coletivo, todos os assentamentos participam, como é? E nos assentamentos onde não são familiares que participam do coletivo como é?  
A questão dos mediadores políticos além do MST, quem são?  
E o sindicato dos trabalhadores rurais aqui, como é?  
O que você pensa sobre desenvolvimento, sua concepção ?  
A partir do MST, quais foram os principais aprendizados que trouxeram para sua vida, seja profissional ou pessoal?  
Os principais produtos que são produzidos nos assentamentos ? E para a subsistência como é, conseguem ter todos os alimentos?  
Os assentados tem outras atividades fora do assentamento que não seja na atividade agrícola?

## **ANEXO 03**

### **ROTEIRO ENTREVISTA LIDERANÇA DO MST NA REGIÃO DE FRAIBURGO**

Fazer um histórico desde o período que precedeu a entrada no MST.

Falar sobre a região de onde vem e um histórico familiar.

Falar sobre o acampamento: espaços de discussão, como era e a diferença de hoje.

Falar sobre a chegada no assentamento: as questões sobre o desenvolvimento, dificuldades.

E o conhecimento que vocês adquiriram na agricultura, aprenderam com quem?

A produção dos assentamento é comercializada na cidade de Fraiburgo? De que maneira?

A questão da cooperativa Copercontestado na região, como se dá a relação com o agricultor?

Existem divergências?

A gestão da cooperativa é feita pelo Movimento ?

E a questão do meio ambiente como vem sendo tratada aqui?

Quais foram os principais aprendizados a partir do MST para você?

A questão do trabalho coletivo dentro dos assentamentos? No Contestado se consegue ter uma certa harmonia por serem todos da mesma família e em outros assentamentos?

Além do leite que a Coopercontestado trabalha, tem outros produtos?

Qual a sua concepção de desenvolvimento?

Qual outro mediador político na região com os assentamentos?



## **ANEXO 04**

### **ROTEIRO ENTREVISTA DIRIGENTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE FRAIBURGO**

Fazer um pequeno histórico da sua vida na região.

Como vê a questão do desenvolvimento rural na região de uma maneira geral?

Como vê o MST na região?

Qual o contexto do MST na região como agricultores familiares. Por exemplo, no Contestado eles criaram uma cooperativa, com vê esta questão?

O papel então da agricultura familiar na região hoje se resume a qual a proporção?

E politicamente como é a força?